

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

WELLINGTON GERALDO SILVA

A COR DO JORNAL - EXCLUSÃO E INCLUSÃO DO NEGRO
NA IMPRENSA BRASILEIRA

RIO DE JANEIRO

2020

WELLINGTON GERALDO SILVA

**A COR DO JORNAL - EXCLUSÃO E INCLUSÃO DO NEGRO NA IMPRENSA
BRASILEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio Janeiro (ECO/UFRJ) como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Muniz Sodré

Rio de Janeiro

2020

WELLINGTON GERALDO SILVA

A COR DO JORNAL - EXCLUSÃO E INCLUSÃO DO NEGRO NA IMPRENSA
BRASILEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio Janeiro (ECO/UFRJ) como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre.

Trabalho aprovado em ____, de _____ de _____

Prof. Dr. Muniz Sodré – orientador
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. João Paulo Malerba
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

Para Waldair Ferreira Silva, minha mãe
Para Geraldo Silva, meu pai
Para Andreia Oliveira Silva, minha mulher
Para Guilherme, Bernardo e Frederico, meus filhos

AGRADECIMENTOS

Agradecer e Abraçar
(...) E na hora marcada dona alvorada chegou para se banhar
E nada pediu, cantou pra o mar (e nada pediu)
Conversou com mar (e nada pediu)
E o dia sorriu
Uma dúzia de rosas, cheiro de alfazema
Presente eu fui levar
Nada pedi, entreguei ao mar (e nada pedi)
Me molhei no mar (e nada pedi) só agradeçi(...)
(*Gerônimo Santana*)

Este trabalho é resultado das relações de afeto e amizade que estabeleci com muitas pessoas ao longo da minha vida. A todas agradeço e abraço. Na figura de minha avó materna Maria da Piedade (Mãe Véia), concentro a reverência especial todos os meus ancestrais.

Algumas pessoas e instituições, por diversas circunstâncias, tiveram contribuição direta para a desta pesquisa.

Agradeço e abraço minha irmã Fátima Regina e meu cunhado Esperidião Campos pela provocação e pelo incentivo que me levaram a encarar o processo de seleção para o Mestrado.

Dedico agradecimento e abraço especiais ao Professor Muniz Sodré que, com afeto e generosidade compartilhou comigo seu olhar sobre as pessoas e as relações. Mais que orientações, ofereceu “régua e compasso” para que eu pudesse fazer o meu caminho. Um privilégio reservado pela vida tê-lo como guia nesta jornada.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM), da Escola de Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e seu corpo docente. Agradeço e abraço também a inestimável colaboração de Jorgina Costa e de Thiago Couto, da Secretaria do PPGCOM.

Agradeço e abraço os professores Eduardo Coutinho e João Paulo Malerba pelas contribuições fundamentais no processo de Qualificação.

Abraço os colegas de sala de aula, em especial Rafael Lopes, Maria de Fátima Fátima Tomaz, Evandro Luiz da Conceição, Julio Cesar Santos e Carmen Kemoly da Silva Santos O diálogo com vocês foi parte importante do aprendizado.

Agradeço aos companheiros de estudos Carol Fontenelle, Catarina Gonçalves, Conceição de Souza, Evandro Luiz da Conceição, Evelyn Torres, Flavia de O. Moreira Olaz, Fabiana Cimieri, Patricia Pamplona, Vanessa Lauria, Evandro Luiz da Conceição, Felipe Santos, Sheila Ferreira Pinto. Vocês tornaram a caminhada mais leve.

Agradeço a colaboração e o carinho dos amigos Aydano André, Fernanda Felisberto, Flávia Oliveira, Joaquim Barbosa, Lazaro Ramos, Luciano Dias, Márcia Rodrigues, Raul Cláudio, Silvio Albuquerque e Tais Araujo.

Faço um agradecimento especial ao Diretor de Redação da Folha de S.Paulo, jornalista Sérgio D'Avila pelo apoio a esta pesquisa. Agradeço aos jornalistas e colunistas da Folha de São Paulo Alexandra Moraes, Denise Mota, Flavia Lima, Paula Cesarino Costa, Thiago Amparo pelas fundamentais conversas.

Agradeço as contribuições dos pesquisadores Joel Zito Araújo, Valéria Bastos, Caio Tulio Costa, Ana Flávia Magalhães Pinto, Felipe Knoepfelmacher, Francisco Goes, Plínio Fraga, Patrícia Saldanha, Kelly Quirino.

Agradeço a Jordana Urquiza e a Roberta Tralhão pelo extremo carinho com meu texto.

RESUMO

Esta pesquisa debruça-se sobre movimento inédito no jornalismo brasileiro. O jornal Folha de S.Paulo, o principal do País em termos de circulação, decidiu criar uma Editoria de Diversidade e nomear uma jornalista negra para o importante cargo de Ombudsman. Pela primeira vez, um veículo da grande imprensa assume publicamente que a redação e o noticiário que produz são espaços de privilégios de pessoas brancas, e acena com mudanças. Este trabalho procurou analisar essas iniciativas e suas possíveis repercussões em termos de um jornalismo mais plural, que também contemple as vozes negras.

Durante o percurso desta pesquisa, evidenciamos o uso de variados instrumentos pelas elites nacionais para, desde a chegada, impedir a comunicação da população negra. Para sobreviver, africanos e seus descendentes tiveram que estabelecer novos vínculos comunitários, e desenvolver sistemas próprios de comunicação, como complexas redes de informação, que serviram de suporte para as rebeliões. Damos destaque aos jornais editados por negros no Século XIX e no Século XX.

Este trabalho analisa particularmente o papel da imprensa hegemônica no processo de silenciamento da população negra. Pudemos constatar as barreiras erguidas contra a presença de negros nas redações, o que resultou em uma imprensa feita por brancos para leitores brancos, e que, salvo o período anterior à abolição, esteve de costas para os negros. A abordagem que fazemos busca evidenciar que a ausência de negros permanece com principal problema da imprensa brasileira.

A parte final do presente trabalho apresenta, em detalhes, a inédita iniciativa da Folha de S.Paulo. Apesar do pouco tempo de implementação, algumas medidas já apresentam os primeiros resultados em termos de aumento de vozes negras.

ABSTRACT

This study examines an unprecedented advancement in Brazilian journalism. The newspaper Folha de Sao Paulo, the country's most-read paper, created an Editorial Board of Diversity, and assigned a black, female journalist to the key position of Ombudsman. For the first time in Brazil, a mainstream press outlet publicly recognized that the newsroom and the material it produces are spaces which privilege white people and indicated changes to come. This study will analyze these initiatives and its potential repercussions towards a more pluralistic journalism which includes black voices.

Throughout the course of this study, we demonstrate how, ever since their arrival on the continent, the national elite has used various instruments to impede communication in the black population. In order to survive, Africans and their descendants have had to establish novel communal ties and develop their own systems of communication, including complex information networks which helped to support rebellions. We give special emphasis to black-run newspapers from the 19th and 20th centuries.

This study specifically analyzes the hegemonic media's role in silencing the black population. We observe the barriers against blacks in the newsrooms, which resulted in white journalists writing the news for white readers. Apart from the period immediately prior to abolition, this news was produced with its back to the black population. Our approach seeks to prove that the absence of black voices continues to be the main problem in the Brazilian press.

The final part of this studies presents Folha de Sao Paulo's unprecedented initiative in detail. Despite having been implemented only recently, some measures have already presented early results in increasing the reach of black voices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. ATOS COMUNICATIVOS ABOLICIONISTAS E O ESTABELECIMENTO DO COMUM REPUBLICANO	22
1.1 O MAR QUE TRAZ NÃO É O MESMO MAR QUE LEVA	22
1.2 O EXEMPLO DO HAITI, A PRESSÃO EXTERNA E O DEBATE SOBRE A ABOLIÇÃO	24
1.3 COMUNICAÇÃO ABOLICIONISTA E O COMUM REPUBLICANO	27
1.4 A IMPRENSA COMO PARTE DO SISTEMA ESCRAVISTA	36
1.4.1 A presença dos escravos nos jornais	40
1.5 VOZES DISSONANTES NO JORNALISMO DE ELITE	44
CAPÍTULO 2. REELABORAÇÃO DO COMUM E RESISTÊNCIA	55
2.1. A CERZIDURA DE VÍNCULOS EM TERRAS ESTRANHAS	55
2.2 TRADIÇÃO, TRANSMISSÃO DE SABRES E LAÇOS COMUNITÁRIOS.....	58
2.3 REDES DE COMUNICAÇÃO E DE RESISTÊNCIA.....	62
2.3.1 A credibilidade da comunicação das lideranças religiosas	65
2.3.2 Conexões de redes de escravizados	67
2.4 COMUNICAÇÃO MULTIFORME DE NEGROS LIBERTOS	68
2.4.1 Imprensa negra e resistência à escravidão	71
2.4.2 Imprensa negra e combate solitário ao racismo	75
CAPÍTULO 3. A IMPRENSA QUE NÃO OUSA DIZER SUA COR	83
3.1 O RACISMO EM PERMANENTE MOVIMENTO	83
3.1.1 A Estética da Diplomacia	87
3.2 A ESTÉTICA DAS REDAÇÕES	91
3.2.1 Mudança estrutural afasta os negros das redações	93
3.2.2 Repórteres sob as sombras - De Vagalume a Tim Lopes	95
3.3 A ELITE BRANCA COMANDA AS REDAÇÕES	100
3.3.1 Barreiras à ascensão	104
3.3.2 O poder nas mãos de quem controla a pauta	106

CAPÍTULO 4. A FOLHA DE SÃO PAULO E A POSSIBILIDADE DE UM JORNALISMO PLURAL.....	114
4.1 JORNALISMO FEITO NO SINGULAR	114
4.1.1 A favor da democracia, mas contra as cotas raciais	115
4.1.2 A atuação em bloco da mídia	118
4.1.3 O histórico diante do protesto negro	120
4.2 O CAMINHO PARA UM JORNALISMO PLURAL	126
4.2.1 O exemplo que vem de fora	126
4.2.2 A inédita proposta de mudança	131
4.2.3 O rompimento com o Facebook	133
4.3 UMA EDITORIA PARA A DIVERSIDADE	135
4.4 A NOMEAÇÃO DE UMA MULHER NEGRA COMO OMBUDSMAN	138
4.5. OS PRIMEIROS RESULTADOS.....	146
4.5.1 Aumento da presença de negros na redação	147
4.5.2 Aumento no número de colunistas negros no jornal	147
4.5.3 Aumento do número de pessoas negras como fonte na “Entrevista da 2ª”	150
4.5.4 Aumento do número de pessoas negras como personagens das matérias	150
4.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	153
APÊNDICE	160

INTRODUÇÃO

Desde seus primeiros momentos, a imprensa hegemônica brasileira tem sido feita por pessoas de pele clara para pessoas de pele clara. Como consequência, sempre tivemos um jornalismo, que salvo o período anterior à abolição, esteve de costas para os negros, e contribuiu decisivamente para a criação e a manutenção do racismo. Esse fato nunca foi objeto de discussão pela própria mídia.

No começo de 2019, no entanto, um veículo da grande imprensa assumiu publicamente que a redação e o noticiário que produz são espaços de privilégios de pessoas brancas. O jornal Folha de S.Paulo decidiu criar uma Editoria de Diversidade e nomear uma jornalista negra para o importante cargo de Ombudsman. São movimentos sem precedentes. Por isso, decidimos conhecer essas iniciativas e suas possíveis repercussões em termos de um jornalismo mais plural, que também contemple as vozes negras.

Durante o percurso desta pesquisa, pudemos constatar o uso de variados instrumentos pelas elites nacionais para, desde a chegada, impedir a comunicação da população negra: isolamento, castigos, leis. Uma das primeiras medidas para rompimento dos vínculos dos africanos recém-chegados era o agrupamento de pessoas de diferentes etnias e regiões daquele continente. Com isso, criava-se no indivíduo um sentimento de solidão, de desamparo, que propiciava a total submissão. Para sobreviver foi necessário estabelecer novos vínculos comunitários, e desenvolver sistemas próprios de comunicação, como complexas redes clandestinas de informação, que serviram de suporte para as rebeliões, e guardavam semelhança com as redes desenvolvidas na Paris do Século XVIII, e que foram descritas por Robert Darnton em *Poesia e Polícia – Redes de Comunicação na Paris do Século XVIII (2014)*.

Se o processo de silenciamento teve diversos instrumentos, interessou-nos particularmente aquele promovido, ao longo dos séculos, pela mídia hegemônica, em particular os grandes jornais impressos. Por isso, quando tomamos conhecimento dos movimentos do jornal Folha de São Paulo, julgamos estar diante de uma oportunidade de realizar estudo inédito sobre a mídia no Brasil.

A discussão pública e a implementação de medidas para aumentar a diversidade significavam o reconhecimento daquele que, em nossa avaliação, é o mais grave problema da imprensa brasileira: a ausência de negros em seus quadros. A questão ganhava ainda maior relevância por ter sido abordada publicamente por uma das donas do jornal, a jornalista Maria Cristina Frias. Não temos lembrança de outra ocasião em que proprietário de veículo da grande imprensa tenha vindo a público falar sobre falta de diversidade na mídia.

A Folha de S.Paulo é o principal jornal do país em termos de circulação. De acordo com dados do IVC – Instituto Verificador de Comunicação, em 2019, a Folha registrou média mensal de 328.438 exemplares diários pagos, crescimento de 6,4% em relação à média de 2018. O Globo veio em segundo, com 323.172, e O Estado de S.Paulo em terceiro com 242.373. Ainda de acordo com informações do IVC, a Folha teve a maior circulação digital (236.059), seguida por Globo (213.352) e Estado (141.536).

O jornal é resultado da fusão de três outras publicações, sendo que, a primeira delas, Folha da Noite, criada em 1921. Tendo essa data como marco fundador, a FSP completa 100 anos em 2021. O jornal realizou a cobertura de eventos ligados ao protesto negro, como os 100 anos da Abolição, os 300 anos de Zumbi dos Palmares e a Conferência de Durban. Mas, a exemplo do conjunto da grande imprensa, nunca assumiu postura de efetivo combate ao racismo. Pelo contrário, posicionou-se contra a adoção das cotas raciais nas universidades.

A opção por um objeto de estudo em detrimento de um mar de outras possibilidades quase sempre tem como motivação experiências conscientes e inconscientes que acumulamos. O presente trabalho carrega as marcas de dois episódios que, apesar de separados por dez anos, revelaram a mesma realidade. Um deles ocorreu durante estágio de jornalismo em um grande jornal do Rio de Janeiro, em 1992, quando fui confundido por um subeditor de Política com o “rapaz que consertava computador”. A confusão revelava o imaginário do experiente jornalista sobre o papel destinado a um jovem negro que circulava pela redação. Outro evento foi a realização, dez anos depois, de reportagem sobre racismo nas redações do Rio de Janeiro, publicada pela revista do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro. Além de dar voz a negras e negros jornalistas, ouvi os intelectuais Joel Rufino dos Santos e Muniz Sodré, que fizeram análise sobre a baixíssima presença de negros na imprensa ao longo da história, principalmente em posições com capacidade de influenciar a linha editorial.

Podemos dizer que a constatação dessa quase total ausência foi o incômodo que motivou a realização deste trabalho. Por seu ineditismo, entendemos que o movimento da Folha de S.Paulo merecia ser estudado, ainda mais quando consideramos o habitual alinhamento dos grandes veículos da mídia brasileira com relação à abordagem do racismo. Por ocasião da discussão das cotas raciais nas universidades, todos os grandes veículos se posicionaram contra. Estaria acontecendo uma fissura no bloco?

As iniciativas que nos dispusemos a investigar começaram a ser implementadas há menos de dois anos. Mesmo assim procuramos identificar pesquisas que já tivessem abordado o tema. Em consulta ao banco de dissertações e teses da Capes, não identificamos trabalho com a abordagem que vamos realizar. Este fato é mais um a justificar a realização desta

pesquisa, que pretende contribuir para uma reflexão sobre as consequências sociais da ausência de profissionais negros nas redações dos veículos da grande mídia.

Histórico de Indiferença

A imprensa, mesmo em sua fase inicial, caracterizada pela produção artesanal, tiragens reduzidas e estilo polêmico (BAHIA, 1960) nunca esteve ao lado dos negros. Era parte do sistema escravista, com forte atuação como um dos braços de captura e repressão daqueles que desafiavam as regras vigentes e fugiam. Além dos anúncios, também o noticiário era utilizado para veicular informações que auxiliassem a captura dos cativos.

Durante cerca de 50 anos, os jornais de maior poder e prestígio do País no Século XIX mantiveram-se indiferentes com relação à escravidão. Quando o movimento abolicionista ganha vulto, uma imprensa hesitante resolve aderir, mas sem nunca romper as conexões com o sistema escravista. Nessa imprensa não havia espaço para o cotidiano dos escravos, que tinham seus rastros existenciais apagados das páginas dos jornais (BARBOSA, 2016). O processo de seleção do que merecia ser visto era comandado exclusivamente por homens brancos da elite, que desse lugar privilegiavam suas próprias vozes ao compor o noticiário sobre a escravidão e sobre o debate abolicionista.

Havia, na verdade, de certa forma, um antagonismo por parte da imprensa com relação aos negros. Esse contexto é apresentado por Schwarcz (1987), ao analisar elementos retóricos usados na construção de texto de jornal paulista que utiliza o termo “eles” para referir-se a um homem negro tido como suspeito de uma ocorrência. Fica clara contraposição a um “nós”, que inclui o jornalista e toda a sociedade branca. Imprensa de um lado e negros do lado oposto seria a tônica dessa relação.

A atuação de intelectuais negros como José do Patrocínio, Luiz Gama e Ferreira de Menezes, para ficarmos em alguns nomes, acontecia nas frestas de uma imprensa extremamente conservadora. Eram homens de fora da elite, de onde vinha a grande maioria dos jornalistas da época. De acordo com a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2018), a partir da vivência que tinham do cativo, faziam um jornalismo militante, comprometido em dar voz a negros escravizados e libertos, com os quais sempre mantiveram vínculos. O contato com o jornalismo de homens e negros e letrados do Século XIX foi fundamental para apontar caminhos percorridos por esta pesquisa, no sentido de evidenciar que a ausência de negros é o principal problema da imprensa brasileira.

O jornalismo que emerge no começo do Século XX caracteriza-se pelas bases empresariais em que se sustenta. Seus espaços são prerrogativas de filhos da elite, e sua causa é a defesa do emergente capitalismo, no qual não havia espaço para negros. Entre suas pautas está a defesa da importação de trabalhadores europeus, em especial alemães e italianos, para ocupar postos de trabalho que poderiam ser dos ex-escravos e seus descendentes. Nessa imprensa, negros como Lima Barreto, Francisco Guimarães (Vagalume) e Raimundo Sousa Dantas também entravam pelas frestas. Vamos abordar a trajetória desses jornalistas neste trabalho.

Conscientes do papel desempenhado pela imprensa hegemônica na exclusão a que eram submetidos, negros “semi-intelectuais e subproletários” (SANTOS, 2015), retomaram, nos anos 1930, projeto que vinha do século XIX, quando negros letrados criaram seus próprios jornais no processo de luta pela Abolição. A imprensa negra foi a continuação de uma tradição de criação de variadas formas de comunicação que pudessem sustentar as estratégias de sobrevivência. Se antes a pauta era o fim do cativo, agora a prioridade era a denúncia da discriminação racial que privava do emprego, da moradia, da educação. Na busca de evidências do racismo, acessamos documentos inéditos do Ministério das Relações Exteriores que revelam critérios de seleção de diplomatas.

A chamada moderna imprensa brasileira emerge na década de 50. Foi o momento de criação, pelos próprios jornalistas (todos brancos), dos marcos de um jornalismo que se apresentou como moderno e detentor da neutralidade fundamental para retratar a sociedade. De acordo com Barbosa (2007), nasce nesse período a mística da objetividade, que vai conferir autoridade e poder aos jornalistas, que passam a ser vistos como os únicos capazes de traduzir o mundo de forma fidedigna. Essa imprensa - que inclui a Folha de S.Paulo e demais jornais da mídia hegemônica - a exemplo daquela do começo do Século XX, manteve os negros fora das redações, fator que consideramos fundamental para a manutenção do racismo e da discriminação. Destacamos esse aspecto, uma vez que, conforme pudemos constatar, as correntes análises sobre o jornalismo brasileiro, ao relacionar seus principais problemas, não fazem menção à ausência de negros.

Imprensa e Racismo

Na obra *Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais*, Stuart Hall (2003), recorre ao pensamento do filósofo Antonio Gramsci para analisar o racismo contemporâneo. Segundo Hall (2008, p. 282), apesar de o pensador Italiano não ter escrito sobre raça, etnia ou racismo, em termos dos significados ou das manifestações contemporâneas destes, sua obra oferece

importantes linhas teóricas que podem embasar reflexões sobre o racismo. Hall destaca a abordagem não-reducitiva de classe de Gramsci, o que aponta caminho para uma abordagem não-reducionista da questão raça/classe. Outro ponto é a distinção que Gramsci faz entre Estado e Sociedade Civil, o que, segundo Hall, é uma ferramenta que permite análise mais acurada sobre o papel das instituições como família, escola, igrejas e organizações culturais (que inclui a mídia), exercem em formações sociais estruturadas com base na raça. Diz Hall:

A educação escolar, as organizações culturais, a vida sexual e em família, os padrões e modos de associação civil, as igrejas e as religiões, as formas comunitárias e organizacionais, as instituições etnicamente específicas, e muitos outros locais desse tipo exercem uma função vital na produção, sustentação e reprodução racialmente estruturada das sociedades. (2003, p. 313)

Na obra *Claros e Escuros – Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil* (2015), o professor Muniz Sodré analisa o papel da grande mídia e seu discurso na reprodução do preconceito e do racismo. Muniz destaca o fato de a mídia ter se desenvolvido no Brasil como um bem patrimonial da elite, definida por ele como “os grupos e as instituições com acesso diferenciado a mecanismos geradores de poder, tais como renda, emprego, educação e força repressiva”. (SODRE, 2015, p. 277). Segundo ele, são as elites que ocupam, em cada Estado nacional, sejam as posições de controle direto da mídia, sejam as possibilidades de moldar o seu discurso. No Brasil, essas elites específicas teriam basicamente uma natureza familiar. A mídia seria porta-voz dos interesses desses grupos. Conforme Sodré:

A mídia é o intelectual coletivo desse poderio, que se empenha em consolidar o velho entendimento de povo como “público”, sem comprometer-se com causas verdadeiramente públicas nem com a afirmação da diversidade da população brasileira. O racismo modula-se e cresce à sombra do difusionismo culturalista euro-americano e do entretenimento rebarbativo oferecido às massas pela televisão e outros ramos industriais do espetáculo. (SODRE, 2015, p. 277).

Sodré discorre sobre as elites intelectuais existentes dentro do sistema midiático, que ele denomina logotécnicas, “especializadas na neoretórica elaborada do discurso público”. São editorialistas, articulistas, editores, colunistas, âncoras de TV, publicitários, artistas que seriam responsáveis pela “absorção, reelaboração e retransmissão de um imaginário coletivo atuante nas representações sociais” (SODRE, 2015, p. 278). Segundo Sodré, essas elites logotécnicas tendem a considerar anacrônica a questão racial, contribuindo para a reprodução do fenômeno.

Um dos aspectos destacados por Muniz em sua análise é a reduzida presença de negros entre os profissionais da elite da mídia brasileira. Segundo ele “quando indivíduos de pele escura conseguem empregar-se em redações de jornais ou em estações de televisão, mesmo que possam eventualmente ocupar uma função importante, são destinados a tarefas ditas “de cozinha”, isto é, aquelas que se desempenham nos bastidores do serviço, longe da visibilidade pública”. (SODRE, 2015, p. 280).

Na obra *Racismo e discurso na América Latina* (2008), o linguista holandês Teun A. van Dijk propõe-se a analisar o processo de reprodução do discurso racista em países do continente, dentre eles o Brasil. Dijk parte da premissa de que o racismo decorre de um processo de aprendizagem com a família, a escola, a comunicação de massa, assim como a observação diária e a interação nas sociedades multiétnicas. Segundo o autor, “a maioria dos membros dos grupos dominantes aprende a ser racista devido às formas de texto e de fala numa ampla variedade de eventos comunicativos”. (DIJK, 2008, p. 15). O autor confere grande peso nesse processo ao que caracteriza como “elites simbólicas brancas”, dentre as quais inclui os jornalistas. Essa elite branca, na visão de Dijk, personificaria “a forma mais contemporânea de racismo” (DIJK, 2008, p. 16), uma vez que seria responsável pela propagação da ideologia racista. No caso do jornalismo, isso se manifestaria na escolha da linha editorial.

A partir das evidências da persistência da discriminação contra negros; do papel desempenhado pela mídia em sua reprodução, e da ausência de negros em postos decisórios nos veículos de comunicação no Brasil, identificamos questões que este trabalho vai buscar responder: a presença de uma mulher negra em um cargo com capacidade de influenciar a linha editorial é sinal de mudança do posicionamento do jornal com relação ao racismo? A criação de uma Editoria de Diversidade pode, de fato, aumentar a diversidade das vozes presentes no Jornal, em especial dos negros? Essas iniciativas sinalizam, de fato, mudança de postura do jornal com relação ao racismo?

Objetivo central e Hipótese

A partir dessas questões, definimos que o Objetivo Central desta pesquisa seria apresentar as medidas implementadas pela Folha de S.Paulo – no caso, a nomeação de uma mulher negra para o cargo de ombudsman e a criação da Editoria de Diversidade – e verificar sua repercussão em termos do aumento da diversidade de profissionais na redação e de vozes no jornal. A pesquisa buscou também verificar se estas medidas decorriam de mudança de

posicionamento do jornal com relação ao racismo, uma vez que, no passado, posicionou-se contra as cotas raciais.

O cargo de Ombudsman existe desde 1989, já tendo sido ocupado por 12 jornalistas. No entanto, até a nomeação da jornalista Flavia Lima, em 06.05.2019, nunca uma mulher ou um homem negro tinha sido titular. De acordo com o Manual de Redação da Folha (2018), a função do Ombudsman é “ser o representante dos interesses do leitor, das fontes e dos personagens do noticiário na estrutura do jornal” (2018, p. 33). Escolhido pela Direção de Redação, o Ombudsman tem mandato de um ano, que pode ser renovado três vezes. Durante o período de exercício do cargo, não pode ser demitido, e tem assegurados mais seis meses de estabilidade após o término do mandato.

Entre suas atribuições estão: receber, investigar e encaminhar as queixas dos leitores; a realização de uma crítica interna diária do jornal, a publicação de uma coluna de comentários críticos não só sobre a Folha, mas também sobre os meios de comunicação. Sem vínculos com a redação, possui independência para abordar os temas e questões que julgar conveniente, sem precisar submeter os textos da coluna à aprovação. Seja pela prerrogativa de poder fazer críticas ao trabalho das editorias; seja pela capacidade de induzir mudanças na abordagem de determinados temas; seja pela visibilidade que a coluna confere; seja pelo acesso direto ao diretor de redação, o fato é que o ombudsman é um cargo de prestígio e de poder dentro da redação da Folha de S.Paulo.

A Editoria de Diversidade foi concebida não para ser um espaço de diversidade no jornal, mas sim para ter uma atuação transversal a todas as demais editoriais. Na verdade, a proposta é que seu papel seja educativo, levando o olhar da diversidade para todo o jornal. A editoria não produz matérias nem tem repórteres. A titular do cargo, jornalista Alexandra Moraes, é responsável pela análise das reportagens publicadas, verificando se foram privilegiadas as falas de homens, heterossexuais e brancos. Tem também a função de sugerir novas fontes para pautas e artigos. Um dos aspectos mais importantes e inovadores da editoria de diversidade é a participação do titular nos processos de recrutamento e seleção de jornalistas, de modo que a preocupação com a diversidade esteja presente.

A Hipótese que assumimos neste estudo é de que a nomeação de uma mulher negra para o cargo de Ombudsman - considerada a sua vivência com o racismo cotidiano - e a criação de uma Editoria de Diversidade com o contorno anunciado podem aumentar a presença de vozes negras no jornal, e sinalizar uma mudança de posicionamento do jornal Folha de São Paulo com relação à discriminação racial.

A função de ombudsman compreende a crítica diária do noticiário produzido, o que permite que a profissional à frente do cargo possa sinalizar para o alto escalão do jornal e para os leitores os vícios racistas enraizados no noticiário e na opinião do jornal. Da mesma forma, o profissional responsável pela Editoria de Diversidade estará investido de prerrogativas para promover mudanças no processo de produção da notícia. Agora, consideramos que um pressuposto fundamental para que essa hipótese seja confirmada é que os sujeitos-profissionais à frente dos cargos sejam tenham consciência histórica e compromisso com a cidadania plena.

Percurso metodológico

Como dissemos, este trabalho não se debruça sobre a representação do negro na mídia. A investigação é sobre um importante aspecto do processo de produção das mensagens nos jornais brasileiros: a ausência de negros nas redações. Acreditamos que essa exclusão das pessoas de pele escura resulta naquilo que o sociólogo Clovis Moura caracterizou como imprensa branca: um jornalismo feito por brancos para leitores brancos.

O objeto que vamos analisar foi constituído recentemente, e pela primeira vez está sendo estudado. A imprensa brasileira tem como uma de suas características a pouca abertura para exposição de questões internas, principalmente quando se trata de fragilidades. Os profissionais – principalmente no nível em que precisávamos acessar – não costumam ser autorizados a conceder entrevistas abordando posicionamentos das publicações. Esse comportamento se agrava quando consideramos que estávamos abordando tema que, tradicionalmente, é evitado pelas pessoas de pele clara em nosso país: racismo. Acrescente-se a isso o fato de que tínhamos um objeto de estudo em movimento, um objeto em construção, uma vez que as iniciativas que o constituem estavam ainda em implementação.

Por conta desse quadro, foi necessário buscar ter acesso diretamente ao Diretor de Redação da Folha a fim de expor a natureza da pesquisa acadêmica que realizaríamos, e sua relevância para o campo da comunicação. Pela primeira vez na trajetória do jornalismo brasileiro, um veículo da grande imprensa reconhecia que não tinha diversidade na sua redação e no seu noticiário, e agia para promover mudanças nesse quadro. Nesses contatos mencionamos também as credenciais da UFRJ/PPGOM, e do orientador da Pesquisa, Professor Muniz Sodré.

Acreditamos, desde o começo, que ter o registro desse processo era algo relevante para a discussão do racismo presente na imprensa. Mesmo que fosse necessário contornar alguns aspectos mais rígidos das metodologias tradicionais. O ineditismo do assunto demandava a construção de diferentes formas de abordagem e de obtenção de respostas para as perguntas que formulamos. A pesquisadora Vera Veiga França (2016) considera que a metodologia se constrói em função do problema formulado. A visão é de método não como camisa-de-força que aprisiona e limita o pesquisador, mas, sim, como caminhos para chegar às respostas para as perguntas que foram formuladas. Assim procedemos.

Consideradas as características desta pesquisa, entendemos que para apreensão do objeto em todas as suas dimensões era fundamental a realização de entrevistas com os profissionais diretamente envolvidos com as duas iniciativas: o Diretor de Redação, Sérgio Davila, a primeira Editora de Diversidade, Paula Cesarino Costa, a profissional que a sucedeu no cargo, Alexandra Moraes, e a ocupante do cargo de ombudsman, jornalista Flávia Lima. A partir de pesquisa realizada nos arquivos digitais da Folha de São Paulo, e da revisão da bibliografia sobre a história do jornal, elaboramos os questionários. O objetivo era conhecer as motivações para as iniciativas, e a visão dessas pessoas sobre imprensa e sobre racismo.

Avaliamos que seria necessário trabalhar com informações oficiais fornecidas pelo jornal. Informações essenciais para as análises que pretendíamos realizar não eram públicas, e não seriam obtidas sem a colaboração da direção. Para que tivéssemos acesso, tivemos que assumir compromisso de utilizar o material exclusivamente na pesquisa, e sem anexá-lo ao trabalho. Com isso, pudemos conhecer inédito diagnóstico realizado sobre a presença de negros na redação e no noticiário, levantamento esse que serviu de base para a definição de metas a serem alcançadas em termos de diversidade.

No trabalho de verificação da hipótese que formulamos, estabelecemos recortes. Os espaços de opinião são considerados nobres nos jornais, e, tradicionalmente, são ocupados por vozes de pessoas brancas. Por isso, um dos recortes que fizemos nesta pesquisa foi a verificação da presença de negros como colunistas/articulistas, e como fontes da “Entrevista de 2ª”, seção nobre da editoria Poder. A partir dessa definição, consideramos evidências quantificáveis da presença de negros nesses espaços. O objetivo era encontrar resposta para as seguintes perguntas: desde que a editoria de diversidade foi criada, aumentou o número de negros colunistas/articulistas? Aumentou o número de negros entrevistados na seção Entrevista de 2ª?

Além da possibilidade de dar voz aos negros, esses espaços proporcionam também a visibilidade. A tradicional falta de visibilidade dos jornalistas negros é destacada pelo professor Muniz Sodré (2015) em suas análises sobre o racismo da mídia. Segundo ele, as brechas para os negros na imprensa não contemplariam a visibilidade pública da pessoa de pele escura. Nesse sentido, destacamos que os colunistas da Folha de São Paulo tem seus nomes e fotografias veiculados na versão do eletrônico do jornal. Da mesma forma, os personagens da seção Entrevista da 2ª tem suas fotos publicadas nas edições impressa e eletrônica.

Ainda com relação aos colunistas negros, julgamos importantes trazer a sua voz para o trabalho. Por isso, realizamos entrevistas com dois deles, o professor Thiago Amparo e a jornalista Denise Mota. Buscamos conhecer a opinião sobre racismo, sobre a mídia e sobre as iniciativas da Folha de S.Paulo.

Com relação ao trabalho da jornalista Flávia Lima como ombudsman, buscamos conhecer o posicionamento público sobre imprensa e racismo. Como não tivemos acesso às críticas internas realizadas diariamente, trabalhamos a com as colunas que são publicadas semanalmente aos domingos nas versões impressa e eletrônica, e é disponibilizada também na rede social twitter. Fizemos leitura de todos os textos publicados entre 06.05.2020 (data de início do mandato), e 03.11.2020, buscando identificar falas sobre diversidade, negros e racismo. Fragmentos dessas falas foram destacados neste trabalho.

Um aspecto muito importante a ser destacado foi o impacto da pandemia provocada pela COVID 19 sobre a vida das pessoas. A ocorrência da pandemia impediu que realizássemos entrevistas presenciais, e também impediu que pudéssemos fazer visitas à redação, conforme tínhamos planejado.

Os Capítulos

Para dar conta do desafio que nos colocamos, dividimos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, a questão central será a participação da imprensa na causa política da Abolição da escravidão e sua contribuição para o estabelecimento do Comum Republicano. Vamos analisar o Movimento Abolicionista, profundamente influenciado pelos exemplos de países estrangeiros, e sua estratégia de uso da comunicação para mudar a sensibilidade da sociedade com relação ao drama de negros e negras cativos. Apesar de habitarem um mesmo território, havia um abismo existencial entre escravizados e brancos no Brasil, que não constituíam uma comunidade. Não havia o vínculo de que nos fala o professor Sodré.

Comprometidos com seus interesses econômicos, uma vez que lucravam com a veiculação de anúncios de venda ou captura de escravos, a maioria dos grandes jornais da época adotavam postura ambígua com relação à abolição. Somente por volta dos anos 1870, com a aceleração da crise do escravismo e o crescimento do apoio ao fim do cativo nos meios urbanos, cresceu o espaço para as ideias abolicionistas nos jornais. Provavelmente, o único momento da história em que jornais da chamada grande imprensa assumiram explicitamente uma causa a favor dos negros.

Em um contexto em que a maioria dos jornalistas pertenciam à elite, e a imprensa fazia a defesa do abolicionismo sem dar voz aos negros, vamos destacar a atuação dos jornalistas Luiz Gama e José do Patrocínio, ambos negros e com vivência do cativo. Os dois praticavam um jornalismo militante, diferente daquele praticado pelos jornalistas abolicionistas brancos.

Neste capítulo, são centrais os conceitos de Cidadania, Estética e Comum Republicano. A fundamentação teórica foi buscada no pensamento de autores como Angela Alonso, Muniz Sodré, Maquiavel, Achile Mbembe, José Murilo de Carvalho, Jacques Rancière, Nelson Werneck Sodré, Marialva Barbosa, Ana Flávia Magalhães Pinto e Katia Matoso.

No segundo capítulo, discutimos o processo de reelaboração de vínculos pelos africanos que foram trazidos à força para o Brasil. A migração forçada tinha como elemento central o rompimento da vinculação com território, família, língua e outros elementos da cultura. A estratégia de silenciamento tinha o objetivo de facilitar a submissão do indivíduo. A criação de novos vínculos e o desenvolvimento de sistemas próprios de comunicação estiveram na base da luta pela sobrevivência e da rebeldia contra a escravidão.

Vamos abordar as iniciativas individuais ou coletivas de negros que criaram jornais a fim de lutar pelo fim da escravidão e para combater o racismo. O surgimento dessas iniciativas, até recentemente, esteve situado nas primeiras décadas do Século XX pela historiografia sobre o tema. A dissertação de Mestrado em História da pesquisadora Ana Flávia Magalhães Pinto contribui para os estudos sobre tema, ao apresentar evidências de existência de jornais produzidos por negros no Século XVIII, ainda durante a escravidão.

Nesta etapa, são centrais na abordagem que fazemos os seguintes conceitos: comum, vínculo, comunidade, tradição e imprensa negra. O referencial teórico será a produção intelectual de Edward Telles, Roger Bastide, C.L.R James, Muniz Sodré, Clóvis Moura, Joel Rufino dos Santos, Abdias do Nascimento, Ana Flávia Magalhães Pinto, Eduardo Coutinho, Raquel Paiva e Sidney Chalhoub.

O fim da escravidão sob a perspectiva jurídica e o início da República são marcos importantes da construção da cidadania. No entanto, esse novo edifício foi estruturado sob bases que tinham como pilares a forma social escravista. Neste capítulo, vamos abordar o racismo e o papel da imprensa em sua reprodução. Destacamos a obtenção de documentos internos no Ministério das Relações Exteriores que comprovam o uso de critérios raciais para a escolha de diplomatas que vão representar o Brasil junto às nações amigas. Entendemos que isso é uma clara demonstração das diversas formas que o racismo assume.

A imprensa em moldes empresariais que emerge no começo do século XX definiu uma estética que ainda hoje exclui os negros. Trata-se de uma imprensa que tem bases em capital de famílias brancas, e é feita por brancos para leitores brancos. A presença de negros sempre foi residual, e limitada a determinadas ocupações. Como consequência tem-se uma imprensa indiferente com relação ao racismo e a discriminação. A partir do pensamento de Muniz Sodré, Joel Rufino dos Santos e Teun A. van Dijk, analisamos o papel da imprensa na reprodução do discurso racista. Neste capítulo, procuramos também dar voz a Lima Barreto, Raimundo Souza Dantas, Juarez Bahia e Vagalume, homens negros que vivenciaram o jornalismo na primeira metade do século XX.

A exemplo dos demais grandes jornais, a Folha de S.Paulo sempre praticou um jornalismo indiferente à discriminação da população negra. Neste capítulo, analisamos as iniciativas que indicam a intenção de praticar um jornalismo mais plural. A nomeação de uma mulher negra como ombudsman, a criação de uma editoria de diversidade, a modificação de critérios de seleção de profissionais são iniciativas que somente encontram paralelo na imprensa americana, que desde 1967 adota medidas para promover a entrada de negros em suas redações.

Buscamos dar voz a negros diretamente envolvidos no processo iniciado pelo jornal. Ouvimos a ombudsman, a jornalista Flavia Lima, e dois dos dez colunistas negros do jornal, Thiago Amparo e Denise Mota. Consideramos fundamental ter a visão deles sobre as mudanças, uma vez que são partes diretamente envolvidas.

Neste capítulo, demos voz a intelectuais como Milton Santos, Eduardo Coutinho, Isabel Clavelin da Rosa, Fernando Conceição, Caio Tulio Costa.

CAPÍTULO 1. ATOS COMUNICATIVOS ABOLICIONISTAS E O ESTABELECIMENTO DO COMUM REPUBLICANO

1.1 O MAR QUE TRAZ NÃO É O MESMO MAR QUE LEVA

O viajante brasileiro chegara ao bairro *Tabom*, na periferia Acra, capital de Gana. As ruas empoeiradas, as casas de madeira, os vendedores ambulantes anunciando seus produtos, todo o cenário remetia aos bairros das periferias de um dos grandes centros do Brasil, onde vive a grande massa de negros brasileiros. Naquele pequeno pedaço de Gana estão abrigados a comunidade dos *Tabom* e um pedaço da história da escravização de negros africanos, um pedaço da história do Brasil. Os *Tabom* são descendentes de negros que foram capturados na região conhecida como Costa da Mina e levados à força para o Brasil, onde foram escravizados. Anos depois, quando conseguiram conquistar a liberdade, parte desses homens e mulheres retornaram para Gana. Diante da falta de compreensão da língua original, costumavam encerrar as conversas com os interlocutores com a expressão “está bom”. Acabaram ficando conhecidos como os *Tabom*. Os descendentes dos “escravos retornados” formam uma comunidade de cerca de duas mil pessoas. Conservaram traços da cultura brasileira, visíveis na culinária, na religião e nos nomes. A bandeira brasileira no alto de um mastro destaca-se na paisagem e ajuda a identificar a *Brazil House*, casa que abriga um memorial onde estão fotos e textos que ajudam a contar a história dos *Tabom* e também do Brasil. Nos fundos, fica um conjunto de pequenas casas, construídas lado a lado, à beira do mar que banha a cidade. Todas as portas e janelas são voltadas um pequeno pátio interno onde, em meio a brincadeiras das crianças, costumam ser ouvidas uma ou outra expressão em português. Ao vislumbrar o mar, o visitante brasileiro, intrigado, questiona o motivo de os moradores não desfrutarem da vista para a praia. Após alguns instantes de silêncio, uma das moradoras responde: “o mar não nos traz boas lembranças. O mar nos levava para sempre”.

A região onde está Gana era conhecida como Golfo da Guiné. De lá partiram boa parte dos homens e mulheres que seriam escravizados durante mais de trezentos anos no Brasil. A Fortaleza de São Jorge da Mina, construída pelos portugueses em 1482, localizada na cidade de Elmina, foi a primeira grande construção europeia na África tropical. Era o ponto sem retorno, o local para onde, homens, mulheres e crianças eram levados depois de capturados em seus locais de origem. Ali, esperavam, às vezes durante semanas, pela inspeção dos compradores. Dia e noite, sob sol ou chuva, amontoados em depósitos fétidos até o momento de embarcar, e serem levados mar a dentro, rumo ao desconhecido. Começava ali a

etapa mais dura do suplício: a partida da terra mãe; e a viagem de cerca de 50 dias acorrentados em porões de navios, em meio a fome, sede, excrementos e a rudeza do tratamento dos condutores. Um tormento descrito pelo historiador C. L. R James na obra *Os Jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos* (2010), sobre a revolução protagonizada por escravizados do Haiti. Segundo ele, os escravizados viajavam acorrentados, pois era comum a rebelião nos portos de embarque e também a bordo. Iniciada a viagem, a cada um era destinado um espaço de um metro a um metro e meio de largura, e de meio metro a um metro de altura. Esse espaço contíguo fazia com que ficassem sem condições de deitar ou sentar de forma ereta. Eram levados ao tombadilho uma vez por dia para que se exercitassem, e para que os excrementos fossem retirados. “A proximidade de tantos corpos humanos nus com a pele machucada e supurada, o ar fétido, a disenteria generalizada e a acumulação de imundícies tornavam esses buracos verdadeiros infernos” (JAMES, 2010, p. 23). Boa parte da “carga” costumava ser perdida durante a travessia. “Morriam não apenas por causa do tratamento, mas também de mágoa, de raiva e de desespero” (JAMES, 2010, p. 23).

Na obra, *Ser escravo no Brasil*, a historiadora Kátia de Queiros Mattoso (2003, p. 53) avalia que, entre a segunda metade do século XVI e 1850, data que assinala o fim definitivo do tráfico brasileiro, foram trazidos para o Brasil cerca de 3.600.000 pessoas de origem africana para serem submetidas a trabalho escravo. O Brasil teria respondido pela importação de 38% dos escravos trazidos da África para o Novo Mundo. Segundo a autora, todo esse fluxo compreendeu quatro grandes ciclos: o primeiro, o do século XVI, foi o ciclo da Guiné, região da África ao norte do Equador, que trouxe ao Brasil negros *uolof*, *mandingas*, *sonrais*, *mossis*, *haússas* e *peuls*, que foram empregados no cultivo da cana. No início do século XVII, ocorre o chamado ciclo do Congo e de Angola, que trouxe para a então Colônia os *bantus* da África Equatorial e Central, considerados excelentes agricultores. O terceiro ciclo, o da Costa da Mina, predomina em todo o século XVIII, e é caracterizado pela presença dos *sudaneses*. O século XIX presencia a chegada de negros de diversas procedências, mas com predomínio de homens e mulheres de Angola e Moçambique. As importações nos séculos XVI e XVII destinaram-se ao cultivo da cana-de-açúcar nas regiões de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. No século XVIII, a atividade de mineração do ouro fez aumentar o lucro dos traficantes, uma vez que a importação de negros estava oficialmente proibida.

A escravidão permeou todo o tecido social brasileiro. As instituições como a Igreja, a Justiça, o Exército e a Coroa estavam todas comprometidas com a preservação do trabalho escravo. Os escravos constituíam mercadoria acessível à maior parte da população, sendo

empregados em trabalhos nas casas e nas ruas. Sem essa coalização de interesses talvez fosse impossível a manutenção da escravidão por um período tão longo. Na obra, *Escravos da nação: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876*, a historiadora Ilana Peliciari Rocha (2018, p. 29), identifica uma especificidade da escravidão brasileira: a escravidão pública, ou seja, a Coroa era também proprietária de escravos. Em 3 de setembro de 1759, o rei dom José I de Portugal determinou a expulsão dos jesuítas de todos os domínios portugueses, confiscando seus bens. No Brasil, os Jesuítas chegaram a ter cerca de 2.200 escravos. Com o confisco, a Coroa passou a ser proprietária desses povos negros escravizados, nesse período da história do Brasil, considerados “peças”, humanos que foram desumanizados.

1.2 O EXEMPLO DO HAITI, A PRESSÃO EXTERNA E O DEBATE SOBRE A ABOLIÇÃO

O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir o trabalho escravo. À vista dos convergentes interesses da coroa, da igreja, dos produtores rurais, dos comerciantes, a manutenção de negros e negras em cativeiros privados e públicos, submetidos aos mais sádicos e inclementes castigos, foi sendo prolongada. Os argumentos brandidos contra o fim da iniquidade tinham pequenas nuances em função de características específicas de cada um dos grupos interessados na manutenção do *status quo*, mas em geral a cantilena versava em torno de: o fim da escravidão arruinaria as finanças nacionais, e provocaria a anarquia política. Os argumentos de caráter humanitário não encontravam eco. Apesar de todas as formas de resistência dos negros, não seria por iniciativa da elite local que o suplício teria fim.

Uma grande mudança no contexto internacional na primeira metade do século XIX, no entanto, isolou o Brasil na condição de um dos poucos países escravistas do mundo. Segundo a historiadora Angela Alonso (2015), um grande ciclo de abolições começaram por São Domingos (Haiti), onde a rebelião liderada pelo negro Toussaint-Louverture, em 1791, aboliu a escravidão dos negros, depois de cortar cabeças de brancos de três exércitos imperiais. Essa insurreição dos escravizados da colônia francesa de São Domingos passou a assombrar as grandes potências, que temiam o efeito desse feito sobre as colônias. Em 1807, o Império britânico e os Estados Unidos acabaram com o tráfico em seus domínios. Em 1815, um congresso em Viena, com a participação de Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria, Suécia e Portugal, declarou ilegal o comércio internacional de escravos. A maioria das colônias espanholas da América encaminhou, no início do século XIX, dois processos: independência

e abolição. Ao longo dos anos 1820, o cativo acabou no Peru, Chile, Costa Rica, Honduras, Panamá, Guatemala, Bolívia, México. Na década seguinte, foi a vez da Guiana Inglesa e das Ilhas Maurício.

Posteriormente, uma nova onda abolicionista passou pela Colômbia (1851), Havai (1852), Argentina (1853), Jamaica e Venezuela (1854), Peru e Moldávia (1855), além das colônias bávaras (1863) e portuguesas (1869). No fim dos anos de 1860, o Brasil escravista estava sozinho no Ocidente. Segundo Alonso, é:

controverso se a razão desse domínio foi econômica, com a expansão de formas capitalistas de produção, que consumiam trabalho livre e requisitavam novos mercados consumidores, ou se se deveu à difusão de nova moralidade humanista, a reclamar a extensão de cidadania. Indisputável é que a sequência de abolições criou novo ambiente político internacional, no qual a escravidão quadrava mal (ALONSO, 2015, p. 27).

O fato é que a escravidão desaparecia do horizonte. E a pressão internacional sobre o Brasil com relação à manutenção da escravidão vinha de longe. As demandas do Império Britânico, maior potência mundial da época, remontam à própria independência em 1822. À época, o preço a ser pago aos ingleses pelo reconhecimento da nação independente seria o fim do tráfico negreiro. No entanto, tratados firmados em 1826 e 1831 não foram cumpridos, sendo considerados para “inglês ver”. O tráfico internacional continuou a fornecer mão de obra de origem africana para o Brasil de forma clandestina até 1850, quando os ingleses deram ultimato, e adotaram medidas como fiscalização de embarcações, apreensão de escravos, e patrulhamento da costa brasileira com navios dotados de canhões. Só então, o governo decidiu contrariar sua base social de proprietários e traficantes de escravos, e aprovar a Lei Eusébio de Queirós, que proibia o comércio ultramarino de negros e negras. Depois de ter sido ludibriada no passado, dessa vez a Marinha Inglesa ficou de ronda nas águas brasileiras a fim de assegurar o cumprimento da ordem. Mesmo assim, ainda foram contrabandeados para o Brasil mais de nove mil africanos após o início da vigência da Lei.

Em uma estratégia de entregar anéis para manter a mão que empunhava o chicote, a organização política escravista viu-se compelida a fazer concessões, de forma a tentar manter o controle do processo. Nesse contexto, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que dava a liberdade aos filhos de escravizados nascidos naquele ano, mas sob draconianas condições. Os proprietários tinham a opção de ficar com os as crianças trabalhando para eles até que alcançassem 21 anos, sem direito de receber indenização posteriormente. Tinham também a opção de libertar os escravos com oito anos de idade, tendo, nesses casos, direito à indenização. Com o claro objetivo de arrefecer cobranças e

demandas, foi aprovada a Lei dos Sexagenários. Essa Lei concedia a liberdade às pessoas escravizadas que tivessem mais de sessenta anos, desde que trabalhassem mais três anos de graça. Uma lei inócua que soava como provocação, uma vez que, depois de anos de trabalho forçado e torturas, a possibilidade de um escravizado alcançar os sessenta e três anos em boas condições físicas e psíquicas, e aptos para trabalhar era reduzidíssima. Segundo a historiadora Lilia Schwarcz (1987) nessas condições os escravizados significavam despesas para os proprietários, que para se livrar de qualquer obrigação preferiam conceder-lhes a liberdade. Libertos, sem saúde, sem abrigo, sem comida.

O fato é que a pressão e os exemplos das demais nações foram decisivos no processo de Abolição, principalmente na conformação do movimento abolicionista, como veremos mais à frente. Apesar de não haver à época uma governança global, aos poucos, foi-se criando consenso internacional sobre o fim da escravidão. Os esforços de convergência dos países resultaram, inicialmente, na experiência da Liga das Nações, que malogrou por conta da oposição dos Estados Unidos. Mais tarde, já em 1945, acontece a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que nasceu tendo como a missão o combate ao racismo e à discriminação no mundo. De acordo com Silvio Albuquerque e Silva (2011), a atuação da ONU em causas humanitárias pode ser considerada sucedânea do combate que a comunidade internacional empreendeu contra a escravidão no século XIX.

Ao rememorarmos esses marcos, encontramos paralelo entre os discursos dos escravagistas contra a interferência estrangeira, e a atual política externa brasileira, caracterizada por críticas aos organismos multilaterais, e pelo auto-isolamento com relação aos países europeus e, mais recentemente, até mesmo com relação à vizinha Argentina. A política externa do atual Governo está configurada no sentido de não reconhecer e contestar organismo multilaterais como a ONU e suas agências. O movimento passa pelo não reconhecimento da legitimidade de cobranças e questionamentos com relação à agenda ambiental do país, principalmente no tocante à preservação da Amazônia. Na visão governamental, expressa em manifestações públicas de autoridades, o país tem o direito de conduzir suas questões internas sem observar resoluções ou tratados multilaterais. Tratar-se-ia de respeito à soberania do Estado Brasileiro. Essa retórica cunhou a alcunha “globalismo” para o sistema de governança estabelecido pelas nações de todo o mundo a partir da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), logo após o término da Segunda Grande Guerra. O dito “globalismo” seria a tentativa de impor consenso e padrões de conduta alheios aos interesses nacionais. Seria a causa da ruína econômica e da degeneração dos valores da civilização ocidental.

Essa visão tem sido traduzida em iniciativas da Política Externa brasileira. Logo no início da gestão do atual Governo, o Brasil comunicou à Organização das Nações Unidas (ONU) que retiraria sua assinatura do chamado Pacto Global de Migração, assinado por 164 países da organização. Esse ato violou o compromisso do país com a proteção e defesa dos direitos dos migrantes brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil. O detalhe é que o Brasil participou de todas as negociações que conduziram à aprovação do Pacto. Em outra iniciativa, o Governo cancelou a realização da COP 25, Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o clima, prevista para acontecer no Brasil em 2019, mas que acabou transferida para a Espanha. A ONU reagiu de forma bastante negativa à decisão brasileira, que veio associada a ameaças de saída do acordo de Paris sobre o clima. Na Organização Mundial do Comércio (OMC), por pressão dos EUA, o Brasil abriu mão do tratamento especial e diferenciado que recebia como nação em desenvolvimento. Fazer parte da lista de países em desenvolvimento da OMC confere vantagem nas negociações multilaterais de comércio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A Índia e mesmo a China fazem parte dessa lista de países com tratamento especial.

Julgamos importantes esse paralelo para evidenciar que o discurso “antiglobalista” nasce, muitas vezes, do inconformismo com instrumentos de proteção de direitos de pessoas ou grupos. Pois, foi justamente a influência e os exemplos de países estrangeiros que ajudaram a acabar com a chaga da escravidão no Brasil. O movimento abolicionista brasileiro é filho do “globalismo” da época, pois nasce sob a inspiração de iniciativas e práticas de outras nações. Apesar de todas as formas de resistência de negros e negras ao cativeiro, a escravidão manteve-se por três séculos graças à legitimidade moral concedida pela sociedade da época. Como falamos anteriormente, havia uma total convergência de interesses dos vários segmentos sociais com relação à manutenção do trabalho escravo. A sociedade estava estruturada em torno da escravidão, o que impedia que o drama de um enorme contingente da população entrasse na agenda pública.

1.3 COMUNICAÇÃO ABOLICIONISTA E O COMUM REPUBLICANO

Na obra, *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro* (2015), a historiadora Angela Alonso conta a trajetória do Movimento, caracterizado como uma “grande, estruturada e duradoura rede de ativistas, associações e manifestações públicas antiescravistas que, a exemplo de outros países, conformou um movimento social nacional – o primeiro no Brasil de seu gênero” (2015, p. 17). Segundo a autora, apesar da existência de

manifestações individuais de caráter antiescravista, o movimento abolicionista demorou a se configurar no Brasil, pois faltavam condições básicas. Para existir um movimento social precisa organizar associações e eventos públicos, materializar-se como mobilização coletiva, o que só ocorre em conjunturas políticas que facilitam o uso do espaço público para exprimir reivindicações. Tal situação se configurou no Brasil no fim dos 1860, graças a três importantes mudanças: a primeira foi a cena internacional, com o ciclo de abolições que se iniciou no século XVIII e, nos anos 1860, atingiu os dois outros grandes escravismos do continente, Estados Unidos e Cuba; a segunda foi a aceleração da urbanização, que propiciou o espaço público para a discussão de assuntos de interesse coletivo; a terceira mudança foi a conjuntura política nacional, com o Partido Liberal usando o espaço público para contestar a supremacia dos conservadores no sistema político.

O movimento abolicionista tinha uma clara estratégia, que consistia na adoção de iniciativas de acordo com as variações da conjuntura política, e com as iniciativas de governos e escravistas. Segundo a autora, alternavam o uso do espaço público para propaganda (flores) e as iniciativas nas instituições políticas e jurídicas (votos), mas também não descartavam afrontar a ordem escravista, fomentando fugas e rebeliões (balas). Desde o seu início, o movimento buscou ampliar o número de apoiadores de sua causa dentro e fora do país. Para isso, investiu na construção de ferramentas de persuasão da opinião pública, em um processo que, no contexto atual, seria caracterizado como uma “campanha de comunicação”. Merece destaque também a atuação “em rede” por meio da criação de associações e a articulação de contatos com abolicionistas da França, Espanha, Estados Unidos e Inglaterra.

O Italiano Nicolau Maquiavel foi o primeiro pensador a elaborar o que pode ser considerada uma teoria sobre o Estado moderno. Ofertada aos Médicis, que retomavam o poder em Florença, em sua obra o *Príncipe* descreve os princípios que devem reger o exercício do poder pelos governantes na condução do Estado. O fundamento principal do pensamento de Maquiavel é a separação da moral e da política, princípio que viria a influenciar decisivamente toda uma gama de pensadores.

Na obra de Maquiavel, dentre outros aspectos, é possível identificar a preocupação com questões que hoje estariam relacionadas ao campo teórico da comunicação social. O autor aborda a relevância das questões culturais, como a língua e os costumes, nos processos de consolidação de poder do Príncipe em Estados conquistados e depois agregados ao Estado mais antigo. O processo de tomada e manutenção do poder sobre o novo território é mais fácil quando o Príncipe fala a mesma língua e consegue se comunicar com a população. A manutenção do poder em terras em que os povos não são capazes de entender a língua do

Príncipe é mais difícil, e exige estratégias e habilidades diferentes das habituais. Ou seja, o uso da comunicação é fundamental para instauração de uma nova ordem.

O movimento abolicionista, que nasce no seio da elite social da época, defendia a instalação de uma nova ordem, e para isso usou sistematicamente instrumentos de comunicação. Um conjunto de reformas promovidas no Governo do Conservador Visconde do Rio Branco criou condições para a implementação dessa estratégia. Dentre outras mudanças no campo institucional, destacamos as mudanças no Judiciário, a expansão das comunicações com a instalação do telégrafo, e as mudanças no sistema educacional, o que beneficiou elementos das classes populares que puderam ter acesso às faculdades, e passaram a tomar parte também nos debates públicos. No campo econômico, merece destaque a melhoria da infraestrutura urbana e o barateamento de maquinário. Esta última medida impulsionou a produção de revistas e livros, e proporcionou o surgimento de diversos jornais de médio porte e dezenas de pequenos jornais.

Observadas em seu conjunto, essas iniciativas modernizadoras expandiram serviços urbanos, assim como confeitarias, cafés, livrarias, teatros, que viraram pontos de debate de artes e política na Corte e em outros locais. Segundo Alonso (2015), tudo isso contribuiu para o alargamento da esfera pública, com o provimento de novos espaços para o debate político, como os teatros e a imprensa, e a incorporação de agentes sociais sem origem aristocrática e sem acesso ao *establishment* político. O alargamento da esfera pública foi decisivo para aumentar a circulação das ideias abolicionistas, e dar visibilidade a um debate que em sua origem estava restrito a uma elite.

Em face do ineditismo do movimento e da falta de apoio das instituições – todas comprometidas com a manutenção do sistema escravista – os abolicionistas usaram como referências as experiências estrangeiras. Os exemplos do exterior, por sinal, acabaram conformando todo o debate em torno do fim da escravidão. Defensores e opositores da abolição – quase todos pertencentes à elite – conheciam por viagens, livros, visitas de estrangeiros e jornais, processos de abolição ocorridos em vários países. Segundo Alonso (2015), os abolicionistas se inspiraram no repertório estrangeiro, mas com adaptações ao contexto nacional. Enquanto ingleses e americanos contaram com o apoio da Igreja e sua estrutura organizacional para difusão do abolicionismo, no Brasil o quadro era outro. A união entre Igreja – somente a congregação dos Jesuítas tinha cerca de dois mil escravos – e o Estado escravagista obrigou os abolicionistas brasileiros a buscar outro espaço para os eventos de persuasão da opinião pública. Apossaram-se dos teatros e, assim, poemas e óperas

deram o tom laico à propaganda. As artes assumiram no abolicionismo brasileiro o papel que no abolicionismo anglo-americano coube à religião.

1.3.1 O apelo ao sensível para mudar mentalidades

Também no que se refere ao discurso, o abolicionismo brasileiro foi buscar inspiração na experiência estrangeira. Movimentos ocorridos nos Estados Unidos e Europa já tinham elaborado argumentos que constituiriam a retórica antiescravista. Esse repertório estava ancorado em princípios como compaixão, direito e progresso. Apelou-se ao sensível como forma de mudar os esquemas mentais que naturalizavam a escravidão e a tornavam socialmente justificável. Mais que alterar um modelo político ou econômico, era preciso provocar mudanças no sentir e no pensar. No lugar do discurso racional das injunções econômicas, entrava uma comunicação emotiva, que visava despertar compaixão. Na obra, *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política* (2016), o professor Muniz Sodré examina a preponderância do sensório na economia, na política e na cultura. Ao discorrer sobre a força da *Estesia*, Sodré destaca a eficácia do apelo ao sensível nos exercícios retóricos. Segundo ele, desde a Antiguidade grega, os grandes oradores sabem que a mais poderosa eloquência é aquela que se vale da paixão, mas controlando-a calculadamente, como no caso dos variados recursos recobertos pela retórica clássica. No campo dessa técnica política de linguagem, os *tropos* ou *figuras de sentido* sempre constituíram excelentes recursos de mobilização emocional do interlocutor pela palavra. Afirma Sodré (2016):

Na dialética platônica ou aristotélica, é perfeitamente lícito apelar-se para as sensações, portanto para uma retórica que inclui estados ou disposições psíquicas. Às sensações externas e internas produzidas no corpo e das quais o indivíduo tem consciência, refere-se o verbo grego *aisthanomai*, traduzido pelos latinos como *sentire* (SODRÉ, M, 2016, p. 44-45).

A retórica abolicionista esmerou-se então no apelo ao emocional, a fim de provocar mudança na forma de percepção. Na busca de uma nova e maior audiência, os abolicionistas tiveram seus esforços facilitados pelo processo de aceleração da circulação de informações na segunda metade do século XIX. O avanço tecnológico traduzido em máquinas e equipamentos como telégrafo, trens, navios a vapor, linotipos aumentou a circulação de pessoas, invenções sociais e, principalmente, ideias. Nesse mesmo momento, o país experimentava também um movimento de urbanização que incluía o surgimento de novos ofícios, e a ampliação do acesso à educação, cuja marca principal foi o acesso de indivíduos das classes populares aos bancos das universidades. A educação, materializada em livros, imprensa, faculdades e

exemplos vindos do exterior exercera forte influência junto as novas gerações, fazendo emergir um estilo de vida mimetizado das capitais europeias, além de uma nova sensibilidade.

O discurso dos abolicionistas brasileiros acrescentou um elemento que não estava presente no repertório estrangeiro: a ideia de cidadania incompleta. Segundo Alonso (2015, p. 101), nos Estados Unidos a conjunção de liberalismo e escravidão não incomodava a elite política. Esse país constituía o que o cientista político Achille Mbembe em *Políticas da inimizade* (2017, p. 34), designa “democracia de escravos”. Esta caracteriza-se pela sua bifurcação, onde coexistem duas ordens – uma comunidade de semelhantes, regida, teoricamente, pela lei da igualdade, e uma categoria de não-semelhantes, ou sem-lugar, também ela instituída por lei. Os sem-lugar não têm qualquer direito a ter direitos. Os abolicionistas brasileiros, segundo Angela Alonso (2015, p. 101), queriam instituir um ordenamento em que valores democráticos não tivessem que conviver com o regime de trabalho escravo. Segundo a autora, defendiam que a liberdade, como igualdade civil entre todos os brasileiros, era indispensável para completar a formação da Nação. A abolição era apresentada em cerimônias públicas como um equivalente da independência do país, sendo que, desta vez, a libertação seria de grande parcela do povo. Ainda segundo a autora, o abolicionismo brasileiro usou a retórica baseada no direito em três vertentes: a filosófica, do direito natural; a jurídica, de tribunal; e a política, de associação com a construção da cidadania.

Em *Cidadania no Brasil – o longo caminho*, o historiador José Murilo de Carvalho (2001, p. 24) afirma que o latifúndio monocultor e exportador de base escravista marcou durante séculos a economia e a sociedade brasileira. Da perspectiva do estabelecimento da cidadania, a escravidão era o fator mais negativo. Na obra, *Cidadania, classe social e status* (1967, p. 63), o sociólogo T. H. Marshall analisa o conceito de cidadania. Segundo ele, o conceito *cidadania* pode ser dividido em três elementos: civil, político e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. As instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e o governo local. O elemento social engloba do direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar por completo na herança social e levar a vida

de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com esse direito são o sistema educacional e os serviços sociais.

Com base na definição de T.H Marshall (1967) é possível constatar que os escravizados não eram cidadãos. Não tinham acesso aos direitos civis mais básicos, como o direito à integridade física, e direito à própria vida. De acordo com a lei vigente, seus corpos eram governados pelos seus proprietários, que podiam espancá-los até a morte, caso desejassem, já que eram equiparados aos animais. Segundo Carvalho (2018), mesmo entre a população livre e os senhores de engenho faltavam condições básicas para o exercício dos direitos civis, como a noção de igualdade de todos perante a lei, no caso destes últimos. No que se refere aos direitos políticos, os escravos estavam excluídos naquilo que Jacques Rancière (2015), na obra *A partilha do sensível: estética e política*, chama de “a partilha do sensível”, entendida como um sistema que faz ver e faz sentir, e define quem toma parte ou não na política. O autor define partilha do sensível da seguinte forma:

o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2015, p. 15)

A partilha do sensível, como um regime de visibilidade, faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela ocupação define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum. Existe, portanto, na base da política, uma “estética” que não tem nada a ver com a “*estetização da política*”, própria à Era “*das massas*”. Essa estética não deve ser entendida no sentido de uma captura perversa da política por uma vontade de arte, pelo pensamento do povo como obra de arte. Conforme Rancière:

É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das prioridades do espaço e dos possíveis do tempo (RANCIÈRE, 2015, p. 16).

Os escravizados eram invisíveis no Brasil do século XIX, não tinham voz. Portanto, estavam fora do jogo da política. Um enorme contingente da população estava privado dos direitos mais elementares. De acordo com informação publicada em *Ser escravo no Brasil* (2003), em 1872, o contingente de pessoas escravizadas era de 1.510.802, e o contingente de pessoas livres equivalia a 8.419.672. Apesar de habitarem o mesmo espaço, não havia entre

esses dois contingentes o vínculo de que nos fala o professor Muniz Sodré, no artigo *Uma lógica perversa de lugar* (2018, p. 14). Segundo Sodré (2018), pelo vínculo ou pelo entrelaçamento econômico, político, cultural e afetivo que constitui o ser social surgem as instituições (nação, família, associações diversas, etc.) capazes de funcionar tanto como pano de fundo quanto como operadores da identidade humana. São vinculativos os discursos, as ficções e os mitos de fundação da comunidade histórica que preside às identificações – como Estada-nação, com os valores (comunidade, família, trabalho, etc.) e com o *ethos* ou *atmosfera emocional coletiva*. A questão da vinculação está presente também em outra obra do professor Muniz Sodré, *As estratégias sensíveis – afeto, mídia e política* (2016). Segundo o autor:

Vincular-se (diferentemente de apenas relacionar-se) é muito mais do que um mero processo interativo, porque pressupõe a inserção social e existencial do indivíduo desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até às deliberações perante as orientações práticas de conduta, isto é aos valores. A vinculação é propriamente simbólica, no sentido de uma exigência radical de partilha da existência com o Outro, portanto dentro de uma lógica profunda de deveres para com o socius, para além de qualquer racionalismo instrumental ou de qualquer funcionalidade societária (SODRÉ, M, 2016, p. 93).

Apesar de habitarem um mesmo território, havia um abismo existencial entre escravizados e brancos no Brasil, que não constituíam uma comunidade. Esta, segundo Sodré (2016, p. 93), “pressupõe a partilha de uma realização, o compartilhamento (ou uma troca), relativo a uma tarefa, um *múnus*, implícito na obrigação originária (*ónus*) que se tem para com o *Outro*.” Esse arranjo, em que coabitam um segmento que goza de privilégios e prerrogativas - inclusive sobre o corpo do outro - e um segmento da população que não tem direito a ter direitos é regido pela lei da desigualdade, sendo esta fundada no preconceito da raça. Segundo o cientista político Achille Mbembe (2017), no que se refere à lei, os escravos estavam na posição de estrangeiros dentro dos países em que viviam. Mbembe afirma que:

Esta desigualdade e a lei que a institui e na qual se baseia fundam-se no preconceito de raça. Tanto o próprio preconceito como a Lei que o fundamenta permitem manter uma distância quase inultrapassável entre a comunidade dos semelhantes e os seus outros. Se se considerar uma comunidade, a democracia de escravos não pode ser senão uma *comunidade de separação*. (MBEMBE, 2017, p. 34).

O movimento abolicionista e o movimento republicano tinham pontos de contato. Alguns dos principais nomes do abolicionismo, como José do Patrocínio, militavam também em favor do estabelecimento da República. Patrocínio frequentava reuniões e colaborava com jornais do Partido Republicano. Havia a identificação da escravidão com o regime político vigente à época. À medida que se prolongava o martírio da escravidão, inflamavam-se as críticas ao Império mantenedor da situação aviltante. A inspiração vinha do pensamento iluminista europeu, e seus ideais de liberdade e de igualdade entre todos os homens. “A

retórica do progresso – “a luz do século” – pedia a um só tempo reforma social e política, abolição e república” (ALONSO, 2015, p. 133). Segundo José Murilo de Carvalho (2018, p. 56), fora do campo religioso, o principal argumento que se apresentava a favor da abolição era o que se pode chamar “razão nacional”, que contrastava com a “razão individual” presente no pensamento europeus e norte-americanos que defendiam o fim da escravidão.

1.3.2 Escravidão como obstáculo ao Comum Republicado

Homens do mundo da política como José Bonifácio e Joaquim Nabuco argumentavam que a escravidão era um obstáculo à formação de uma verdadeira nação, pois mantinha parcela da população subjugada a uma outra parcela. A escravidão impediria a integração social e política do país. Ainda segundo Carvalho (2018), a defesa da abolição brandia de maneira tímida o argumento da liberdade individual como um direito inalienável, como era da tradição anglo-saxônica. No caso do Brasil, prevalecia o apelo a valores bíblicos e à preservação do Estado nacional. Essa postura seria decorrência da tradição cultural ibérica, que não dava ênfase aos direitos naturais e à liberdade individual. Essa tradição destacaria os aspectos comunitários da vida religiosa e política, e insistiria na supremacia do todo sobre as partes, da cooperação sobre a competição e o conflito, da hierarquia sobre a igualdade. Sobre essa visão:

Havia nela características positivas, como a visão comunitária da vida. Mas a influência do Estado absolutista, em Portugal, acrescida da influência da escravidão, no Brasil, deturpou-a. Não podendo haver comunidade de cidadãos em Estado absolutista, nem comunidade humana em plantação escravista, o que restava de tradição comunitária eram apelos, quase sempre ignorados, em favor de um tratamento benevolente dos súditos e dos escravos. O melhor que se podia obter nessas circunstâncias era o paternalismo do governo e dos senhores (CARVALHO, 2018, p. 57).

Esse paternalismo podia minorar sofrimentos individuais, mas não podia construir uma autêntica comunidade. O Império e a escravidão negavam um direito elementar – o direito à vida – a um enorme contingente de homens e mulheres. Eram incompatíveis com uma cidadania ativa.

Na obra *A ciência do comum – notas para o método comunicacional* (2014), o professor Muniz Sodré propõe uma nova forma de compreensão da comunicação humana. Em sua análise, vai além dos modelos e das abordagens correntes na Sociologia e na Linguística, que privilegiavam o estudo do trajeto da informação entre o emissor e o receptor. Sodré coloca em primeiro plano os aspectos éticos e políticos que fundamentam a relação entre os homens. Formula um pensamento original que coloca a Comunicação como o elemento que

amalgama o *comum*, o elo de coesão da comunidade. O comum se estabelece a partir dos vínculos entre os integrantes de uma comunidade. Essa vinculação transcende aspectos visíveis, e atua como uma força compulsiva que independe da consciência. Muniz Sodré afirma que:

a vinculação é a força de onde não raro provêm as atitudes tomadas no interior das relações intersubjetivas sem o recurso prévio a uma reflexão mais demorada. A atitude – definida como mero ato reflexo de uma vinculação afetiva que se desconhece conceitualmente – precede a representação” (SODRÉ, M, 2014, p. 200).

Ainda de acordo com Muniz Sodré (2014, p. 212), a comunidade enquanto “*o comum*” não pode ser pensada a partir do ser humano já constituído como indivíduo, logo, não é uma substância compartilhada por sujeitos da consciência. Segundo o autor, “vinculando-se, cada um perde a si mesmo, na medida em que lhe falta o absoluto domínio da subjetividade e da identidade – portanto, indivíduos vazios ou “impróprios” em função da abertura para o outro” (SODRÉ, 2014, p. 213). Sobre o *comum* afirma o autor:

em termos grupais, essa imanência afetiva está presente no que o antigo grego chama de *philia*, termo cujo sentido não se limita ao de “amizade”, pois abrange o de laço comum, traçando o círculo do convívio e significando tanto partilha como vizinhança. É, portanto, o comum que “cola” a cidade (o glutinum mundi dos alquimistas) e permite ao indivíduo transpor os limites da dualidade para a comunicação com o anônimo social, dentro da forma representativa atinente a cada comunidade particular (SODRÉ, M, 2014, p. 201).

Segundo Sodré, a modernidade suscita princípios de natureza política ou geopolítica diferentes para visibilizar o “vazio” que caracterizamos “*comum*”. Como exposto anteriormente neste trabalho, o autor atribui à ideia de comum o conceito de uma ausência ou um “nada” constitutivo, não apenas do que é visível no vínculo social, mas principalmente do comum que não se vê, o “despercebido imanente”. De acordo com o autor (2014, p. 215), na *philia* antiga, essa imanência não se definia como autorreferência humana: além da eventualidade do sagrado, a transcendência situava-se no Bem (to agathon), ou seja, no ponto para onde convergem todas as forças de fundação da polis.

Na modernidade, a imanência despercebida é o comum dessacralizado que cimenta a cidade e permite ao indivíduo transpor os limites da dualidade para a comunicação com o anônimo social e assumir a forma representativa atinente a cada sociedade particular. Essa forma é configurada pela política republicana (SODRÉ, M, 2014, p. 215).

Ainda segundo o autor (2014), o comum republicano investe-se do ponto de vista do Estado-nação, das formas homogeneizantes do ordenamento jurídico e das fronteiras territoriais, que dissolvem ou tentam dissolver todas as outras formas assumidas pelo laço comunitário. Mas, do ponto de vista da sociedade civil, comum investe-se da forma de esfera pública, que entendemos como o espaço de comunicação em que cada indivíduo passa do

discurso dual à relação discursiva com a massa anônima, portanto, como um espaço cultural de propriedade politicamente comum.

O estabelecimento do *Comum Republicano* era, portanto, impossível em uma sociedade onde um grande contingente de pessoas era colocado à margem, onde o vínculo não existia. Segundo Sodré, é pelo vínculo ou pelo entrelaçamento simbólico constitutivo do ser social que surgem as instituições. Conforme Sodré:

A vinculação é propriamente simbólica, no sentido de uma exigência radical de partilha da existência com o Outro, portanto dentro de uma lógica profunda de deveres para com o *socius*, para além de qualquer racionalismo instrumental ou de qualquer funcionalidade societária (SODRÉ, M, 2016, p. 93).

O movimento pelo estabelecimento da República era também embalado nas ideias de modernização e progresso. Segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (1987, p. 38), junto com o projeto de República florescia uma série de ideias liberais que traziam críticas aos privilégios, às ligações entre Estado e Igreja, à escravidão e à falta de igualdade. No entanto, segundo ela, a igualdade e a liberdade pregadas estavam limitadas pelos interesses dos cafeicultores ligados ao Partido Republicano. O liberalismo europeu foi tropicalizado, ganhando nuances nacionais. No artigo *Uma lógica perversa de lugar* (2018), Sodré afirma que a defesa que alguns segmentos da elite faziam da abolição da escravatura não estava comprometida com a realidade social e humana dos africanos e seus descendentes e, sim, com a adequação das ideias nacionais ao ideário culto da Europa. O fim da escravização chegara em 1888, como um réquiem do império. A nascente República, apesar da propalada como um evento civilizatório, continuava a manter à margem um enorme contingente da população do país. Segundo Sodré (2018), a Abolição incidiu sobre a relação, e não sobre o vínculo. Na verdade, a ambição das elites dirigentes era ter um perfil identitário com alguma valorização frente à Europa e, ao mesmo tempo, manter nos lugares dominados os índios e os negros, sendo que sobre estes recaiu a barreira do racismo, tema que abordaremos em outro capítulo.

1.4 A IMPRENSA COMO PARTE DO SISTEMA ESCRAVISTA

Em *A ciência do Comum*, Sodré (2014) atribui a ascensão do conceito de cultura na Modernidade à redescritção do *comum* sob a forma de esfera pública, entendida como um espaço de trocas do indivíduo com a massa anônima, logo um espaço cultural. Segundo o autor, a emergência de uma nova realidade, reinterpretada pela política e pela cultura, na Europa do século XVIII, foi um dos efeitos da transformação das relações de produção (Revolução Industrial), aliada à expansão da democracia burguesa. Nesse sentido, a educação

e a cultura eram fundamentais para a propagação de uma visão da democracia como valor e como fim, e não apenas como mecanismo de governo. Segundo Sodré “a disseminação dos dogmas da “soberania do povo” demandava o livre trânsito de ideias”. Dessa forma, afirma:

Fortalecido na Europa ao longo dos séculos XVIII e XIX como lugar de manifestação da “vontade geral” e não de “vontades particulares”, o espaço público sempre foi, portanto, simultaneamente político e cultural, uma conjugação de política e Letras (na acepção ampla, e não apenas literária, da palavra). Discursivamente, ele se apoiava em instituições literárias, arenas de debate e meios editoriais, além da imprensa como “agente promotor de cultura” (SODRÉ, M, 2014, p. 216).

Segundo Sodré, a associação entre o parlamento e as letras era familiar aos intelectuais oitocentistas europeus. Essa associação foi assimilada pela elite do Brasil, e esteve no cerne do movimento abolicionista. Segundo a historiadora Angela Alonso (2015), o repertório abolicionista internacional, que chegava por jornais, livros ou viagens continha ao menos três maneiras de lutar pela abolição. Ingleses e estadunidenses combinavam estratégias parlamentares com grandes campanhas no espaço público, valendo-se de jornais, panfletos, literatura, associações, petições, boicotes e *meetings*. Os franceses preferiram a via elitista, de lobby e ações no sistema político, sem expressivas manifestações populares. O terceiro estilo era extremo: a rebelião escrava, à maneira do Haiti. Duas dessas estratégias de luta já estavam em curso no Brasil: a atuação junto às autoridades políticas e o ativismo judicial.

Diante da falta de base popular para uma revolução similar à do Haiti, militantes brasileiros optaram por tentar reproduzir a estratégia dos abolicionistas norte-americanos de mobilização da população contra a escravidão. Esse trabalho consistia em fazer circular no espaço público a retórica anti-escravista, por meio de mobilizações populares, e do uso de instrumentos de comunicação como livros, manifestos, panfletos e jornais. Em face das barreiras impostas pela alta taxa de analfabetismo, cerca de 84,3%, os abolicionistas brasileiros procuravam conjugar a militância da forma letrada com o uso das linguagens não escritas. Para efeitos deste trabalho, interessa-nos analisar o uso da imprensa para difusão das mensagens abolicionistas, e particularmente a atuação de José do Patrocínio e Luiz Gama, os dois negros, descendentes de africanos escravizados.

No artigo, *O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado*, o professor Bernard Miege discorre sobre as relações que se estabelecem entre mídias e as mediações, e os efeitos sobre a constituição do espaço público. Como parte dessa análise, busca recompor as etapas históricas das sociedades liberais-democráticas e os respectivos modelos de comunicação. O autor começa o percurso pela “imprensa de opinião”. Disseminada a partir de meados do século XVIII, é caracterizada pela produção artesanal, tiragens reduzidas, e pelo

estilo polêmico, que atiçava a fúria da maior parte dos governos. A linguagem atrevida muitas vezes tinha como consequências processos e penalidades judiciais, o que fazia com que os leitores tivessem que providenciar recursos para pagar a defesa dos jornais. Já em meados do século XIX, segundo o autor, emerge a “imprensa comercial”, sem que o anterior desapareça. A imprensa comercial tem como características a organização em bases industriais e orientação para o lucro, a partir da venda de publicidade. Politicamente ligada à democracia parlamentar, já não abriga mais discursos contundentes, e passa a priorizar a difusão de notícias.

A despeito da circulação de ideias e informações no Brasil desde a chegada dos portugueses, o fato é que até a chegada da Família Real, em 1808, não circulavam jornais no Brasil¹. Na parte da América colonizada pelos espanhóis, por sua vez, já eram conhecidas iniciativas nesse sentido desde o século XVI - o México conheceu a imprensa em 1539; o Peru em 1583. Na obra *História da imprensa no Brasil* (1977), Nelson Werneck Sodrê discorre sobre os motivos que teriam atrasado o desenvolvimento da imprensa no Brasil em comparação ao que ocorreu na América espanhola. A explicação estava parte em Portugal, onde a coroa controlava com extremo rigor o processo de produção gráfica, sendo vedada a impressão de livros sem prévia autorização oficial. Parte da explicação estava no próprio Brasil e na natureza das relações que a coroa portuguesa estabeleceu com os povos indígenas que aqui encontrou. Segundo Werneck Sodrê, nas ocupações portuguesas prevaleceram a destruição física com os assassinatos de comunidades inteiras e a destruição cultural, a partir da catequese dos Jesuítas. Os colonizadores espanhóis, por sua vez, teriam encontrado povos com culturas com nível de complexidade diferente, incluindo o domínio de técnicas como a mineração e a metalurgia, o que era de grande interesse para o projeto colonizador, baseado desde o princípio na exploração de ouro e prata. A submissão de povos como os *astecas* e *incas* não poderia ser simplesmente a aniquilação física. O processo deveria se dar via destruição cultural, com o uso de instrumentos da cultura do próprio invasor em substituição aos valores culturais preexistentes. A necessidade de aniquilamento cultural dos povos indígenas justificaria a instalação de universidades e da imprensa na chamada América Espanhola antes da ocorrência dessas instituições na América Portuguesa. Segundo Werneck Sodrê:

o aparecimento precoce da Universidade e da imprensa, assim, esteve longe de caracterizar uma posição de tolerância. Foi, ao contrário, sintoma de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição, da necessidade de, pelo uso de instrumentos adequados, implantar a cultura externa, justificatória do domínio, da ocupação, da exploração (SODRÊ, W, 1977, p. 14).

¹ Adotamos a definição da professora Marialva Barbosa: “Só existe imprensa, no sentido estrito do termo, quando a troca de informações regular se torna pública, acessível ao público em geral” (2010, pg.20).

Na obra, *História cultural da imprensa* (2010), a professora Marialva Barbosa expande a análise das causas do atraso para além das razões sociais, econômicas e políticas como a proibição de circulação de impressos. Segundo a autora as raízes do atraso devem ser buscadas também nas mudanças culturais provocadas pela chegada da Família Real. A transferência da Família Real, a instalação de uma burocracia, a intensificação das trocas materiais e imateriais com outros países, produziram mudanças no processo de urbanização do Rio de Janeiro, principalmente no que se refere à circulação de informações e de ideias. Em seu conjunto, essas mudanças contribuíram para a criação de uma nova mentalidade, que teria criado o ambiente propício para o início do que pode ser caracterizado como imprensa.

De acordo com a historiografia sobre a imprensa, os dois grandes marcos do início da imprensa no Brasil seriam A Gazeta do Rio de Janeiro, um impresso de quatro páginas que reproduzia o conteúdo de jornais ingleses e portugueses, cuja primeira edição circulou em 10 de setembro de 1808. Foi o primeiro a ser impresso e a ter circulação regular, tornando-se acessível a um público mais amplo. Produzido nos prelos da Impressão Régia, que tinha o monopólio da impressão de qualquer material tipográfico, o jornal era submetido ao poder censório da Coroa, o que não impedia que abordasse informações de interesse mais amplo.

No mesmo período, começou a circular também o Correio Braziliense, este editado na Inglaterra. Entrava de forma clandestina, e o que lhe dava caráter nacional era a discussão de temas internos. O papel desse jornal na história da imprensa brasileira é visto de maneira crítica pelos estudiosos do tema. Na obra, *História cultural da imprensa* (2010), Marialva Barbosa afirma que foi construída a posteriori uma mística de jornal de oposição, combativo para o *Correio*, o que conferiria o selo de verdadeiro jornalismo, e em contraposição ao oficialismo de *A Gazeta*. Werneck Sodré, por sua vez, questiona a própria inclusão do *Correio* no rol das publicações brasileiras. Destaca ainda seu caráter conservador. Segundo ele, os críticos do jornal sempre destacam o fato de o tema escravidão ter merecido raras abordagens em suas páginas.

A publicação e circulação de jornais sempre foram objetos de preocupação da coroa, que criava obstáculos para a livre circulação de ideias. Em 1820, um decreto aboliu a censura prévia, mas manteve a possibilidade de vetos por ocasião da leitura das provas tipográficas. Esse relativo afrouxamento foi suficiente para que houvesse iniciativas de criação de jornais em diversos pontos do País. Segundo Barbosa (2010, p. 50), esses impressos tinham como marca a polêmica em torno de temas públicos, que passaram a circular em novos espaços como cafés, livrarias e sociedades secretas como a Maçonaria.

A imprensa contava cerca de oito décadas de existência por ocasião da eclosão do movimento abolicionista. Considerados os períodos de oficialismo e censura, contava com cerca de cinquenta anos de atuação efetiva. Na obra *Raízes do Conservadorismo Brasileiro – a abolição na imprensa e no imaginário social* (2017), Juremir Machado analisa o comportamento da imprensa frente ao debate sobre a abolição. Segundo o autor, “o exame da grande imprensa brasileira dos últimos anos da escravidão revela um traço de seu imaginário mais permanente: a hesitação conservadora intencional” (MACHADO, 2017, p. 296). De acordo com Machado (2017, p. 296), “não houve até os anos 1860 um só jornal mais robusto no Brasil que defendesse a abolição como prioridade”. Uma das justificativas para uma certa hesitação em assumir de forma contundente a defesa do fim da escravidão residia nas relações comerciais mantidas pelos jornais com os proprietários de escravos. Conforme o autor:

Certos jornais, como o *Diário do Rio de Janeiro*, viviam de anúncios de fugas de escravos. O problema central de cada veículo era a sobrevivência. Nada menos garantido que o dia seguinte. A informação não era o produto principal à venda. Os títulos é que se vendiam conforme disputas momentâneas, o poder econômico dos interessados, as ideias em jogo, as causas a serem defendidas e as oportunidades de negócio. Anúncios de venda ou captura de escravos eram uma fonte de renda permanente. Dificilmente o dono de um periódico se dava ao luxo de recusá-los (MACHADO, 2017, p. 297).

A veiculação não decorria somente de interesse comercial, mas muitas vezes também da crença do dono do jornal na instituição escravidão. Os jornais e seus proprietários eram partes integrantes do sistema escravagista, eram parte da estrutura de poder vigente.

1.4.1 A presença dos escravos nos jornais

Na obra, *História cultural da imprensa* (2010), a professora Marialva Barbosa analisa o desenvolvimento da imprensa do Brasil no século XIX. Dedicar espaço às reflexões sobre a relação da imprensa com os escravos, a partir de duas perspectivas: a maneira como se relacionam como leitores de primeira, de segunda ou de terceira natureza com essas publicações e a forma como os jornais representam suas imagens. Segundo a autora, os estudos históricos sempre privilegiaram em suas análises uma visão positiva do papel da imprensa no que se refere ao combate à escravidão. No entanto, essa relação carregaria as marcas da complexidade e da contradição, uma vez que mesmo os jornais tidos como libertários espalhavam as ideias conservadoras predominantes à época. Segundo a autora, falar da relação com a imprensa e o mundo dos escravos é mostrar não somente a forma como os periódicos se referem a eles ou realçar discursos favoráveis à abolição. Cabe também analisar as marcas que os escravos como sujeitos da história deixam nos jornais.

Essa análise está presente em *Escravos e o mundo da comunicação – oralidade, leitura e escrita no século XIX* (2016), obra em que Marialva Barbosa, a partir de abordagem original de rastros e restos, reconstitui parte da existência dos escravos no Brasil. O trabalho resgata do esquecimento as práticas comunicacionais de homens e mulheres que constituíram o maior contingente populacional do Brasil no século XIX. Barbosa afirma:

Durante três séculos o Brasil recebeu, segundo estimativas, um milhão de escravos vindos de diferentes lugares da África. Aqui produziram modos duradouros de comunicação, misturando as suas práticas orais extremamente complexas, modos letrados de comunicar. Sabiam ler, escrever e contar. Tinham habilidades que os faziam ocupar profissões pouco prováveis, como por exemplo ser livreiros, amanuenses, carpinteiros, mestres chapeleiros, entre dezena de outras, que mostram o imperativo de manejarem a leitura e a escrita. (BARBOSA, 2016, p. 10).

Essa realidade não encontrava abrigo nos jornais da época, que apagavam de suas páginas os rastros do dia-a-dia dos escravos, privilegiando as vozes e as narrativas da elite branca sobre a escravidão. A partir da priorização de determinadas narrativas em detrimentos de outras, construía-se o esquecimento sobre o conhecimento produzido por um enorme contingente populacional do país. Decisões editoriais apresentadas como se históricas fossem. No que se refere à atuação da chamada imprensa abolicionista, Barbosa afirma que:

Ainda que muitos órgãos da imprensa, sobretudo após 1880, proclamem sua adesão à causa “emancipadora”, os discursos dominantes enfatizam a luta dos que têm voz e rosto – políticos e jornalistas abolicionistas – e apagaram as imagens cotidianas dos escravos pelas ruas, praças, campos e matas. Nesses jornais e revistas há a produção de um esquecimento comandado de suas imagens (BARBOSA, 2016, p. 121).

Na introdução da obra *Retrato em branco e negro* (1987, p. 11) a historiadora Lilia Schwarcz analisa uma notícia publicada em um jornal paulista já no final do século XIX. A matéria analisada pela historiadora possui o título *Como elles são* que narra o furto de um relógio de um passageiro durante a viagem de um navio. O suspeito era um descendente de escravos, descrito como *creoullo*, que estava a bordo. Segundo a autora, todo o relato jornalístico é construído em torno do clima de “contraposição entre o *creoullo*.” em si e a sociedade branca. Schwarcz afirma que:

A começar pelo título *Como elles são*, fica claro como o “eles” marca uma oposição a um “nós” implícito no texto e que, por sua vez, corresponderia logicamente ao jornalista que redigiu a matéria e aos leitores do jornal na época (SCHWARCZ, 1987, p. 11).

Schwarcz pontua ainda que toda a construção do texto lança mão de elementos retóricos como a ironia, a ênfase em determinadas características do *creoullo*, e mesmo a escolha das palavras que acabam reforçando a definição do *creoullo* como o “outro” estranho ao universo do jornalista e também dos leitores.

Em *Retrato em branco e negro* (1987), a autora busca, a partir da análise de diferentes seções dos grandes jornais paulistas do século XIX, entender a dinâmica de construção e manipulação da imagem do negro cativo ou liberto no final do processo de abolição, quando cresce a repercussão da própria campanha abolicionista. Segundo a autora, mais que um conceito único e definidor buscava-se interpretar a diversidade de concepções existentes, o pensamento vigente à época. O olhar sob os jornais buscou ir além do discurso aparente de cada uma das notícias, cuja veracidade não era questão fundamental. A preocupação residia no modo como foram produzidas, difundidas, e a repercussão que tiveram. Elas em si já estavam plenas de significado. O que o trabalho de Schwarcz buscou foi, a partir da utilização dos jornais como fonte, entender os modos como os brancos falavam sobre o negro e o representavam. O trabalho envolveu a análise de diferentes seções dos jornais, como editoriais e seções, notícias e anúncios. Do conjunto dos pequenos pedaços de significação, emerge definições e conceitos recorrentes sobre o negro e sua condição de escravo. Uma hora é o negro das ocorrências policiais, o negro violento, o negro centro das notícias escandalosas, o negro dependente e serviçal, o negro objeto de discursos editoriais científicos. A pesquisa apresenta-se reveladora da grande participação da imprensa brasileira do século XIX na construção do imaginário social sobre os africanos e seus descendentes.

Nas seções científicas, predominava o pensamento positivista e uma versão “tropicalizada” da teoria da evolução. O embrião do pensamento eugenista que, no Brasil, teve em Nina Rodrigues um de seus principais expoentes, estava posto. A ciência aqui era utilizada para aviltar ainda mais a condição do negro. Em um tempo em que se começava a discutir a fundação da República e temas como igualdade e cidadania, os negros eram apresentados pelos jornais como diferentes, em estágio inferior de evolução. Portanto, por não serem semelhantes, por serem inferiores, não podiam ser cidadãos. Da mesma forma, os editoriais descreviam a África como a fonte de toda a inferioridade, lugar de *barbarismo*, superstições, violência e imoralidade. Segundo a autora, enquanto a República surgia, proclamando a igualdade e o direito de cidadania, a *ciência* e o jornal buscavam desmentir o que acusavam de *utopia*. A ciência e a imprensa estavam a serviço da manutenção da desigualdade.

A seção denominada *Notícias* era uma das mais importantes dos jornais, tendo destaque nas edições. Por ela passavam diariamente notícias sobre os mais variados temas, de diversos locais do país. Nela, o negro estava presente relacionado constantemente a atributos como assassino, frio e cínico, humilde e serviçal. Na pesquisa, essa Seção mereceu de Schwarcz (1987) destaque em função de ser aquela em que a construção do discurso negativo

em relação ao negro estivesse melhor delineada. Haveria uma seleção direcionada das notícias de modo a associar uma imagem negativa aos negros. Essa estratégia estaria evidenciada na regularidade de temas e abordagens. Segundo a autora, apesar da quantidade e da variedade de notícias, existia uma recorrência de alguns temas, assim como semelhanças marcantes ao que refere-se ao *discurso*, na forma como eram redigidas. Ao que tange à violência, por exemplo, quase sempre o negro era apresentado como o culpado, bárbaro, violento. Os senhores, por sua vez, eram apresentados como cidadãos civilizados e vítimas. A partir da década de 1880, os negros passaram a ser apresentados também como degenerados, bêbados, imorais e portadores de práticas “bárbaras” como o samba e a capoeira.

Os jornais pesquisados tinham duas ou quatro páginas. Metade desse espaço era ocupada por anúncios, que constituíam a maior fonte de renda das publicações. Até o início da década de 1880, grande parte dos anúncios que ocupavam as páginas dos jornais diziam respeito a negros e negras escravizados. Estes eram personagens de transações comerciais de toda a natureza: compra, venda, aluguel, leilão, seguro, fugas, testamentos, alienação, empréstimos, hipotecas, penhora, doação, transmissão, depósito e usufruto. Segundo Schwarcz (1987), os escravizados eram descritos como objetos, recebendo nesse sentido o mesmo tratamento, ao nível da linguagem, dos fogões ou bebidas que ao seu lado eram anunciados. Eram apresentados como “peças bonitas”, “bonito lote”, “peças em liquidação”, “primeira ordem ou qualidade”, “bonita estampa”. Além das vendas, boa parte dos anúncios referia-se a fugas de escravos. Os proprietários utilizavam os jornais para descrever características físicas e psicológicas dos escravizados, na tentativa de recuperá-los.

A autora analisou também o espaço reservado nos jornais às ocorrências policiais. Neste espaço, a presença do negro é uma constante, sendo que, invariavelmente, é apresentado de forma negativa. A começar pela identificação, em que a cor precede o próprio nome do indivíduo. O termo “preto” ou “preta” funcionava como se fosse uma marca a distinguir os naturalmente maus dos bons. Outro aspecto que se depreende é que para os olhos do jornal todos os negros eram “escravos”, não se considera, inicialmente, a possibilidade de ser um negro liberto. Na dúvida, prendia-se o suspeito de ser um escravo em fuga. O negro era apresentado nessas páginas como um ser violento, brutal, sempre o agente da violência, enquanto aos brancos estava reservado o papel de vítima. Segundo Schwarcz (1987), a associação da violência com elementos de cor era tão imediata que frente a qualquer crime não explicado todas as observações recaíam sobre os escravos, logo considerados os principais suspeitos. A associação do negro à violência e à criminalidade tão presente em nossa sociedade é construção de séculos. Com a decisiva contribuição da imprensa.

1.5 VOZES DISSONANTES NO JORNALISMO DE ELITE

Os principais estudos e análises sobre o movimento abolicionista costumam destacar seu caráter elitista. As discussões sobre a necessidade de encerramento do processo de escravização chegaram aqui nas bagagens trazidas da Europa pelos filhos da elite que tinham acesso aos livros, viagens, contatos com estrangeiros, jornais e conhecimento sobre processos de libertação de outros países. Alguns membros do parlamento brasileiro eram, inclusive, conectados a redes abolicionistas estrangeiras, como a “British and Foreign Anti-Slavery Society” e a “Sociedade Francesa pela Abolição da Escravidão”. Em um processo de mimetização dessas organizações, no Brasil foram criadas sociedades e associações defendendo medidas para acabar com o cativeiro. Alonso (2015) menciona a existência dessas entidades nos estados que ela designa como polos anti-escravistas: Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Salvador, por sinal, foi berço da *Sociedade Libertadora 2 de Julho*, que viria a promover, em 1862, a primeira passeata abolicionista no Brasil (uma dessas associações, *A Libertadora*, também da Bahia, criou um jornal *O Abolicionista*). Os membros dessas associações eram, em sua grande maioria vinculados à elite social, como viscondes, barões, e outros detentores de posições importantes na burocracia do império. De acordo com Alonso (2015), eram homens com acesso à política de dentro e de fora das instituições. Como eram parte do sistema, queriam reformá-lo, e não o destruir. “Nada de radicalismos, mas mesmo assim perturbadores para um sistema político que houve por bem discutir o fim do tráfico em sessões secretas em 1850” (ALONSO, 2015, p. 39).

Parte desse mesmo sistema de poder, a imprensa refletia esse elitismo, assumindo um papel marcadamente conservador, caracterizado pela hesitação entre a defesa do pensamento ilustrado pró-abolição e a racionalidade meramente econômica dos ganhos auferidos com a publicação de anúncios de fuga de escravos. Segundo o sociólogo Juremir Machado da Silva (2018, p. 298), “depois da curta vida dos poucos jornais que lutaram contra o tráfico de escravos, não houve, até os anos 1860, um só jornal mais robusto no Brasil que defendesse a abolição como prioridade”. Permanecia a postura ambígua. Ao mesmo tempo em que criticava os proprietários de escravos, recebia deles os recursos que asseguravam a sobrevivência dos jornais. O sistema escravista mantinha a imprensa. Ainda de acordo com Machado da Silva (2018), anúncios de venda ou de captura de escravos eram uma fonte de renda permanente. Segundo o autor, dificilmente, o dono de um periódico se dava ao luxo de recusá-los. Em alguns casos, a publicação ocorria por afinidade ideológica do dono com a instituição escravidão.

Durante muito tempo valorizada, a participação da imprensa no movimento pela abolição tornou-se objeto de análises críticas à medida que surgem novas abordagens sobre a escravidão e sobre a trajetória da imprensa no Brasil. Na obra, *História cultural da imprensa* (2010), a professora Marialva Barbosa chama a atenção para a complexidade da relação imprensa e escravidão. Segundo ela, a análise deve ir além da simples leitura das notícias sobre os escravos ou das manifestações pró-abolição de alguns jornais. É preciso avançar na direção de uma visão crítica sobre as marcas que os escravos, como atores e sujeitos da história também deixavam nos jornais (2010, p. 80). Essa visão está presente também em outra obra da autora *Escravos e o mundo da comunicação* (2016). Nesse trabalho, Barbosa busca mostrar a forma como as marcas dos corpos, gestos, resistências, violências e sofrimentos dos escravos foram fixadas na imprensa. Utilizando como fonte alguns dos periódicos mais importantes que circulavam no Rio de Janeiro e em outras capitais nas décadas de 1870/1880, a autora traça um quadro em que predomina a invisibilidade dos escravos.

Conseguir localizar os rostos e os corpos, o eco de suas palavras, as sensações e os sentimentos dos escravos é tarefa quase impossível quando se toma a imprensa como fonte privilegiada para ingressar no passado. Mesmo nos anos próximos que antecederam à Abolição e nos jornais e revistas que passaram à História como libelos a favor da “causa emancipadora”, como a Revista Ilustrada e Cidade do Rio, são esparsas as descrições, visuais ou escriturárias, que colocam o escravo no centro da trama (BARBOSA, 2016, p. 122).

De acordo com Barbosa (2016), já no começo do século XIX circulavam no Rio de Janeiro alguns pequenos jornais criticando a escravidão, os preconceitos raciais e o tráfico negreiro. Eram veículos de alcance limitado, com tiragens que não ultrapassavam os 500 exemplares, destinados basicamente a um público composto por insatisfeitos com o governo. Porém, vai ser na década de 1880 que vão florescer os debates mais intensos sobre o fim da escravidão, em especial no Rio de Janeiro. A cidade ganhara um dinamismo maior desde a chegada da família real, mas vai ser a partir da década de 1880, que no bojo de um maior dinamismo econômico, um conjunto de reformas urbanas e educacionais vão contribuir para mudanças significativas na circulação de informações e nas mentalidades. A modernização expandiu serviços e comércio urbanos, ampliando o número de cafés, confeitarias e livrarias. Esse espaço público ampliado criou o ambiente propício para a circulação de ideias e para o debate político, que ganha as ruas.

O acirramento dos debates sobre a abolição fez com que boa parte da imprensa tivesse que assumir posição na luta entre a defesa do cativo e a defesa da abolição. Os estudos sobre a participação da imprensa no movimento abolicionistas comportam visões distintas sobre a relevância do papel dos jornais. Divergências compatíveis com a

complexidade do tema. Nélon Werneck Sodré, na célebre obra *História da imprensa no Brasil*, destaca o caráter combativo dos jornais no ataque à escravidão, ao latifúndio e à monarquia; e na defesa da abolição e da República. Segundo o autor, ao defender a abolição a imprensa retomara um papel histórico em consonância com os interesses do país e com os interesses do povo. Afirma Werneck Sodré:

Tratava-se de liquidar o escravismo, inteiramente obsoleto, obstáculo ao desenvolvimento material e cultural do País, e de destruir a monarquia, que era a sua roupagem institucional. A imprensa era, por isso, abolicionista e republicana, pelos seus melhores jornais, pelos seus melhores jornalistas (SODRÉ, W, 1977, p. 268).

O sociólogo Juremir Machado, como dito anteriormente, aponta os interesses comerciais dos jornais relacionados à escravidão, uma vez que os anúncios de venda ou captura de escravos representavam importante fonte de recursos. Destaca ainda o caráter conservador da imprensa, mas considera que a imprensa teve um papel determinante no processo do fim da escravidão. Segundo ele, não seria possível ganhar uma “guerra” no século XIX sem as armas de um jornal combativo. A luta era travada pela conquista da chamada opinião pública. Conforme Machado:

Os atores sociais sabiam que, sem conquistar a opinião pública, nada se conseguia de sólido. A propaganda já era a alma do negócio, o espírito da política e a arte das guerras. Os métodos adotados para abrir caminho não eram muito diferentes do que alguns praticados ainda hoje. Jornalismo é persuasão e custava dinheiro. (MACHADO, 2017, p. 298).

A autora Marialva Barbosa, por sua vez, tem uma postura crítica com relação à chamada “imprensa abolicionista”. Apesar de reconhecer o papel desempenhado pela imprensa, principalmente a partir do acirramento da crise do escravismo, Barbosa joga luz sob tênue fronteira entre a reafirmação de valores da elite colonial como o preconceito contra negros e a defesa do fim da escravidão. Uma relação cuja complexidade não comporta análises simplistas. Segundo Barbosa:

Ainda que muitos órgãos de imprensa proclamem sua adesão à causa da abolição, os discursos dominantes enfatizam a luta dos que têm voz e rosto – políticos e jornalistas abolicionistas – e apagam as imagens do cotidiano dos escravos pelas ruas, praças, campos e matas. Nesses jornais e revistas há a produção de um esquecimento comandado de suas imagens. (BARBOSA, 2016, p. 121).

O fato é que as marcas dos escravos estavam presentes na imprensa. Seus sofrimentos, sua resistência, sua rebeldia estavam presentes nos noticiários e nos anúncios de fugas. Sua presença era viva também nos debates sobre a própria existência da escravidão. Não figuravam somente de forma passiva, pois cumpriam também tarefa fundamental para a sobrevivência da imprensa ao desempenharem, com seus gritos, a função de vendedores ambulantes dos jornais, dos quais eram

também leitores. Em *Escravos e o mundo da comunicação*, Marialva Barbosa defende que os escravizados eram leitores:

Leitores de primeira natureza porque sabem e de fato leem; de segunda natureza porque escutam o que outros podiam ler para eles, em voz alta; E, finalmente, leitores de terceira natureza, porque tomam conhecimento do que se comenta a partir das leituras (BARBOSA, 2016, p. 82).

Apesar de ser parte importante do cotidiano da imprensa, os escravos não tinham voz. Mesmo na imprensa abolicionista, a perspectiva das narrativas era sempre a do abolicionista, na grande maioria dos casos um homem branco da elite. Estes estavam imersos no contexto em que predominavam o pensamento conservador e a naturalização da escravidão. Um processo permanente de invisibilização. A esse respeito Barbosa afirma:

O que os periódicos abolicionistas fazem, seguidamente, é falar politicamente da importância do término da escravidão, colocando em evidência ações dos abolicionistas, que passam a ocupar, assim, o ângulo da narrativa. Referem-se ao mundo da escravidão, mas continuam privilegiando a voz e os propósitos dos que podem falar publicamente. Há a ausência dos rostos, dos corpos, dos gestos e da fala dos escravos nos periódicos. Há um apagamento generalizado de suas faces (BARBOSA, 2016, p. 122).

Barbosa (2010, p. 109) afirma que a mística de defensores destemidos da abolição teria sido construída ao longo do tempo pelo jornalismo e pelos jornalistas, não correspondendo ao que de fato aconteceu no passado. No calor dos acontecimentos o que se revelava era uma postura de comprometimento da imprensa com o mundo dos que tinham voz na sociedade. A autora analisou algumas das publicações consideradas mais combatentes e atuantes a favor da causa da libertação, e concluiu que, mesmo nessas, raramente, os escravos estiveram no centro da trama. Após debruçar-se sobre todas as edições de 1887- um ano antes da Abolição, diga-se - da *Revista Ilustrada*, uma das mais importantes da capital do Império, e que passou à História como um periódico abolicionista dos mais ferrenhos, verificou que em apenas cinco edições aparecem imagens representando escravos.

1.5.1 O jornalismo militante dos intelectuais negros

Um aspecto pouco destacado nos estudos sobre o movimento abolicionista foi a atuação de negros livres e letrados, notadamente na imprensa. Na obra, *Escritos de liberdade – literatos negros, racismo e cidadania no Brasil* (2018), a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto assumiu o desafio de suprir essa lacuna das pesquisas historiográficas. Ao refazer o percurso de intelectuais negros como Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio, Ignacio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro,

a autora encontra histórias repletas de dores, injustiças, indignação e solidariedade. Tendo conseguido alcançar a liberdade e superado as barreiras do letramento, esses homens passaram a dedicar o conhecimento adquirido à causa da libertação de negros ainda cativos, e à causa da cidadania de negros libertos. Faziam isso utilizando como arma principal a palavra impressa nos jornais da época e também nos tribunais, sempre em defesa de mulheres e homens negros vitimados pela violência de particulares e também do aparato estatal. Para efeito deste trabalho, decidimos priorizar as trajetórias do baiano Luiz Gama e do carioca José do Patrocínio, que, embora residentes em cidades diferentes – Gama, em São Paulo, e Patrocínio, no Rio – desenvolveram intensa parceria.

O trabalho de Ana Flávia Magalhães Pinto (2018) faz um importante contraponto em relação às abordagens tradicionais sobre a imprensa abolicionista, que sempre identificaram os homens brancos como elementos centrais. Apesar de não conhecerem as mazelas do cotidiano do cativo, esses intelectuais atuavam como porta-vozes, uma vez que os negros seriam incapazes de formular um pensamento crítico sobre a própria condição. Em suas pesquisas, a autora lança luz sobre a atuação na imprensa de homens como Gama e Patrocínio, cujo trabalho teria importante diferencial pelo fato de partilharem o comum e o sensível com escravos e ex-escravos. Ambos conheciam as estratégias de sobrevivência elaboradas e partilhadas no cativeiro. Segundo a autora, em decorrência do contato empírico com a precariedade da cidadania negra, os negros que atuavam na imprensa empreenderam ações abolicionistas mais elaboradas do que as comumente mencionadas. Segundo Pinto, as análises generalizantes sobre o movimento abolicionista e sobre a imprensa não dariam conta da complexidade de determinadas práticas e iniciativas. Seria necessária a revisão de conceitos e ideias que tem conduzido os estudos sobre as lutas políticas travadas na segunda metade do século XIX. “Trata-se, portanto, de uma oportunidade para pensar sobre os abolicionismos (no plural) existentes, articulados e em disputa”, afirma Pinto (2018, p. 236).

O movimento abolicionista brasileiro nasce profundamente influenciado pela conjuntura internacional. A elite do império, que conhecia por livros, viagens, visitas de estrangeiros e jornais, foi a primeira parcela da população a tomar contato com processos de abolição. A partir dos exemplos vindos do estrangeiro, esse segmento foi, aos poucos, criando convicção do risco que a manutenção da escravidão representava para o País. Um dos fantasmas era a repetição do que ocorrera nos Estados Unidos, onde duas regiões entraram em guerra. Era um momento em que os debates eram liderados por políticos e intelectuais brancos, e versavam sobre a maneira mais suave e menos traumática de fazer a abolição acontecer. Era, nas palavras de Angela Alonso, um abolicionismo de elite (2015). Os

membros das sociedades e associações abolicionistas pertenciam aos estratos privilegiados do império: viscondes, barões e altos funcionários públicos. Essa composição dava um caráter necessariamente conciliador ao movimento: a abolição deveria ser alcançada sem guerras, e sem conflitos que pudessem abalar a ordem estabelecida. Buscava-se uma transição lenta, gradual e segura.

Um conjunto de mudanças e reformas ocorridas durante o Gabinete do Visconde do Rio Branco, que durou até 1875, aumentou a circulação de pessoas, mercadorias e informações, trazendo inédito dinamismo para a sociedade. As mudanças incluíram a expansão das comunicações, com a instalação do telégrafo, e o barateamento das máquinas de impressão, o que fez florescer todo um conjunto de iniciativas na área de imprensa. Na economia, as mudanças incluíram melhora na infraestrutura urbana, incentivo a negócios. A reforma do ensino superior provavelmente foi a que mais impacto trouxe para a dinâmica política do Império. A ampliação do acesso às faculdades permitiu a formação de jovens de fora da elite, que passaram a contestar o sistema vigente. A modernização expandiu serviços e comércios urbanos, assim como confeitarias, cafés, livrarias, teatros, que viraram pontos de debate em cidades como Rio e Recife, e também no interior. Por esses espaços circulavam vários gêneros de ascendentes sociais produzidos pelas iniciativas modernizadoras: estudantes, beneficiários da reforma das faculdades, jornalistas, tipógrafos, desenhistas, escritores, empregados na nova imprensa de médio porte, instrumentistas, cantores, atrizes, comediantes, compositores, e jovens ex-combatentes da Guerra do Paraguai. Segundo Alonso, “todos sem voz nas instituições políticas, cheios de ideias de modernidade e críticos do Império” (2015, p. 90). É neste contexto que negros como Luiz Gama e José do Patrocínio, elementos de fora da elite social, tomam parte no debate público sobre a abolição, trazendo um novo tom para as discussões sobre os rumos do país.

Até a abolição, pela legislação do Império, os escravos e os libertos não tinham o direito de frequentar escolas. Ensinar um escravo a ler ou a escrever significava infringir regras, coisa que poucos ousavam fazer. O escravo Luiz Gonzaga Pinto da Gama (Salvador, 1830 – São Paulo, 1882) rompeu essa imensa barreira somente aos 17 anos de idade, quando foi alfabetizado graças à transgressão de um estudante que morava na casa do seu senhor. Filho de Luiza Mahin, africana livre que se notabilizou pelo papel de destaque na Revolta dos Malês, Luiz Gama foi vendido, aos 10 anos de idade, como escravo pelo próprio pai, um descendente de portugueses. A experiência do cativo forjou o sentimento de rebeldia diante das injustiça que viria a movê-lo durante toda a vida. Notabilizou-se pela aguerrida militância política na justiça e na imprensa contra a redução de pessoas livres à escravidão. A insaciável

busca pelo conhecimento fez com que, em poucos anos, percorresse o caminho entre a ignorância que era imposta aos escravos e o reconhecimento como um dos mais destacados intelectuais do século XIX. Dono de estilo peculiar, era contundente, mordaz, ácido em suas intervenções. Segundo a professora Ligia Fonseca Ferreira (2011), estudiosa de sua obra, era um grande comunicador, capaz de mobilizar amplas plateias, do escravo ao Imperador. Autodidata, colocou os conhecimentos que possuía de literatura, leis e política a favor da cidadania de pessoas livres criminosamente reescravizadas, e também na defesa da libertação daqueles que ainda eram mantidos escravizados.

Gama fez da imprensa tribuna para a aguerrida defesa que fazia das ideias republicanas e abolicionistas. Ao lado do caricaturista Ângelo Agostini, criou o semanário *Diabo Coxo*, primeiro jornal ilustrado da cidade de São Paulo. Posteriormente, junto com Rui Barbosa, fundou o *Radical Paulistano*, órgão do Partido Liberal Radical paulista, onde também era redator. Apesar do interesse que nutria por outras causas, dedicou sua militância política ao combate ao escravismo. Por conta disso, esmerava-se nas críticas ao sistema judicial, que violava direitos elementares de negros e negras. Segundo Ferreira (2011, p. 27), em seus artigos em o *Radical Paulistano*, Gama punha “a nu a arbitrariedade de advogados e juízes no trato com as *causas da liberdade*”. Dedicava especial atenção também “aos desmandos do governo imperial, à corrupção do judiciário, à hipocrisia escravista, à falsa grandeza dos homens” (FERREIRA, 2011, p. 93).

A despeito de não ter cursado a Faculdade de Direito, seu fascínio pelas ciências jurídicas fez com que, em 1869, obtivesse autorização para exercer a profissão de advogado em primeira instância. A partir de então amalgamou a atuação na imprensa com a atuação nos tribunais, sempre em defesa de negros ilegalmente escravizados ou reescravizados. Sempre gratuitamente. Advogado brilhante, em pouco tempo tornou-se a grande referência em ações judiciais contra proprietários de escravos.

A história da vida de José do Patrocínio reúne elementos que revelam uma das faces mais perversas da escravidão. A ativa participação da Igreja Católica na exploração e na violação de direitos elementares de homens e mulheres de origem africana. Sua concepção foi resultado dos abusos praticados por um padre de 54 anos contra uma jovem negra de 13 anos que trabalhava como quitandeira. O desenrolar da história seguiu o caminho típico de histórias semelhantes a época. A privação da paternidade, a vergonha da situação, as constantes humilhações sofridas pela mãe. O fato de ter nascido de figura detentora de poder local, assegurou a infância sem privações materiais, mas rica em vivência do drama de ser negro em uma sociedade escravocrata. Os dias passados na fazenda do pai colocavam o

menino mulato José Carlos em meio à atmosfera de sofrimento da gente cativa. Não raro, presenciava o suplício de escravos espancados. Todo esse contexto teria profunda influência no papel fundamental que viria a desempenhar no movimento abolicionista.

As boas relações sociais e do dinheiro do pai padre ajudaram no momento de deixar a cidade de Campos dos Goitacazes, aos 14 anos. Já no Rio de Janeiro, pode contar com uma rede de proteção e cuidados que lhe garantiu casa, comida, emprego como aprendiz em uma farmácia. Posteriormente teve acesso à Faculdade de Medicina, curso que acabou não concluindo em função do tratamento discriminatório que recebeu. Um de seus professores armou-se de antipatia e resolveu barrar sua trajetória reprovando-o sem maiores justificativas. Segundo Angela Alonso (2015), essa triste experiência com o racismo teria sido fundamental para o desenvolvimento do sentimento contra o império e suas instituições, o que viria ser a tônica de toda a sua vida.

A trajetória na imprensa começa em 1871, quando publica poemas de inspiração abolicionista e republicana em *A República* e, posteriormente, no jornal estudantil *Lábaro Acadêmico*. Em 1875, criou junto com um colega de faculdade o jornal *Os Ferrões*, cuja linha editorial era de ataques à Igreja, aos bem nascidos e aos escravocratas. Passa pelo *O Mequetrefe*, um pequeno jornal onde assinava como *Zé do Pato*. O engajamento na política acontece na esteira dos atos promovidos pelo *Partido Liberal*, tendo tornado-se redator de *A Reforma*, órgão oficial do Partido. Esteve em contato também com integrantes do *Partido Republicano carioca*, tendo sido redator de *A República*. Nesse período, uniu, mais uma vez, duas causas, somando abolicionismo e republicanismo. Pouco tempo depois, teria o encontro que marcaria sua trajetória no jornalismo e no combate à escravidão. A amizade com o também mulato José Ferreira de Araújo, também ex-aluno da faculdade de medicina, levou para a *Gazeta de Notícias*, descrito por Alonso como “um jornal médio, novidadeiro, barato, esquerdista sem partido e vagamente abolicionista” (2015, p. 116). Começou como revisor, mas em pouco tempo assumia o espaço nobre da crônica política, assinando a coluna *Semana Política* com o pseudônimo *Prudhomm*.

Segundo Angela Alonso (2015), três acontecimentos foram fundamentais para a conversão da indignação contra injustiças sociais forjada ainda na infância em luta política permanente contra o escravismo: o casamento, em 1881, com uma moça branca – o que lhe renderia muitas críticas - cujo pai, homem de posses, forneceu-lhe os recursos necessários para comprar a *Gazeta da Tarde*, onde já atuava, e que passava por dificuldades; a aliança com jovens dramaturgos, caricaturistas, poetas que passaram a produzir o jornal, e deram ainda mais vigor ao discurso abolicionista; o terceiro marco foi a aliança com o negro e

também militante abolicionista André Rebouças. Depois de tornar-se proprietário, Patrocínio dobrou a circulação do jornal, que passou para 4 mil exemplares, quase um terço da tiragem do periódico mais estabelecido, o *Jornal do Comércio*. A mudança na linha editorial, com a adoção de um discurso muito contundente, ampliou o prestígio e a repercussão de a *Gazeta da Tarde*. As polêmicas alimentadas por Patrocínio provocavam as autoridades que eram quase que obrigadas a ler e a responder seus artigos. A *Gazeta da Tarde* fora transformada no maior e melhor de todos os jornais abolicionista do país.

Segundo Pinto, um dos principais traços da atuação de Luiz Gama e de José do Patrocínio era o fato de não se orientarem pela separação rígida entre escravos, libertos e livres. A origem e a trajetória de ambos conferiam a eles uma capacidade diferente de entendimento do cotidiano de negros que ainda viviam o drama do cativo e daqueles que, mesmo libertos, viviam em clima de constante insegurança, em função da permanente ameaça de captura e redução à condição de escravo. Essa empatia resultava no aguerrido jornalismo que praticavam, fazendo com que passassem a ser vistos como o “último recurso” em diversas situações de injustiça e violência que vitimavam negros e negras. Gama e Patrocínio tinham forte articulação em sua atuação política. Certa vez, ao ler o discurso de um inflamado proprietário de escravos contra o parceiro Patrocínio, Gama munuiu-se de sua ácida retórica e respondeu em outro importante jornal da cidade de São Paulo com uma nota em defesa do colega de profissão e companheiro de luta abolicionista.

Ex-tipógrafo, Gama tinha como uma de suas características estilísticas o uso de recursos tipográficos (itálicos, maiúsculas, aspas, pontos de interrogação) para destacar erros ou aberrações dos discursos dos adversários, e para atrair atenção do leitor para as teses que defendia. Gama dedicava-se de corpo e alma à defesa de negros contra os chamados crimes de justiça. Considerava que os chamados operadores do Direito eram os mantenedores das ilegalidades que vitimavam escravos e ex-escravos. Como estratégia de combate a esse estado de coisa, usava o espaço que tinha na imprensa para denunciar e desmascarar a Justiça. Entre os anos de 1869 e 1870, em uma série de artigos no jornal *Radical Paulistano* analisou detalhadamente sentenças judiciais proferidas a favor de proprietários de escravos, denunciando erros e injustiças cometidas por juízes corruptos ou incompetentes. Queria exibir aos leitores atuação tendenciosa e fora da lei de autoridades do executivo e membros do judiciário. Tinha plena consciência dos riscos que corria por conta dessa atuação independente e corajosa, uma vez que recebia ameaças. A defesa de um escravo nas páginas de o *Radical Paulistano* custou-lhe o cargo que mantinha na Secretaria de Polícia.

A partir da leitura de exemplares de a *Gazeta da Tarde*, jornal em que Patrocínio atuava, a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2018) colheu das páginas diversas histórias de violências e injustiças cometidas contra negros e negras livres. São casos como o da “*Parda Luiza*” que procurou a polícia para denunciar a tentativa de reescravização empreendida por seu antigo proprietário. Quando doente, Luiza recebera a carta de alforria; recuperada tempos depois, o ex-senhor queria recuperar o “ativo” de volta. As arbitrariedades partiam também do Estado brasileiro. O soldado do Exército Manoel Felix de Almeida fora acusado de ser escravo fugido do Estado de Pernambuco. Sem considerar a presunção de inocência, que deveria favorecer a liberdade, o Ministério da Guerra emitiu portaria determinando que o militar fosse enviado de volta para Pernambuco. Em todos esses casos, Patrocínio e seu jornal assumiram a defesa dos negros.

A pesquisadora abre espaço na obra também para aspectos vistos como negativos na atuação de Patrocínio. Alguns autores como o Historiador Humberto Fernandes Machado criticam o que seria a dubiedade do discurso do abolicionista. Na obra *Palavras e brados – José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro* (2014), Humberto Machado, após analisar textos publicados em jornais e material biográfico, apresenta um Patrocínio esmaecido pelo casamento com uma mulher branca, dotado de uma postura paternalista, e sempre disposto a reformar. Ao rebater, Ana Flávia Magalhães Pinto, mulher negra, argumenta que o historiador, orientado pelo costume de lançar mão do repertório de concepções fundadas na divisão binária livres-escravos, que supostamente daria conta de explicar as relações sociais da época, não pressupõe os laços mantidos entre intelectuais negros e a população negra cativa. Pinto argumenta também com o fato de que a ambiguidade do discurso desses intelectuais seria, na verdade, uma estratégia de dissimulação típica de povos oprimidos, que para sobreviver precisam lançar mão de despiste e do uso de códigos que sejam do conhecimento somente de seus semelhantes.

Segundo Magalhães Pinto (2018), a atuação de intelectuais como Gama e Patrocínio na imprensa tinha uma face visível expressa em parte dos editoriais, e de textos que pareciam se dirigir prioritariamente a representantes das camadas abastadas, e uma face que era percebida pelos seus semelhantes, em um diálogo que foi sempre constante. Na verdade, tratava-se de dissimulação das reais intenções, traço permanente da resistência dos negros em sua trajetória no Brasil. Algo que é tratado por Muniz Sodré em *Samba, o dono do corpo* (1998, p. 15). Na obra, Muniz Sodré trata das estratégias de resistência da comunidade negra para resistir ao aniquilamento físico e cultural. Uma vez que seus costumes, modelos de comportamento e religião sempre sofreram inclemente desqualificação e perseguição, os negros

desenvolveram estratégias de resistência, quase todas baseadas em um “duplo” comportamento: um que ficava em contato com as práticas sociais dominantes, e outro privativo dos contatos com os iguais. A atuação de Patrocínio e Gama no jornalismo tinha a marca desse duplo.

A leitura do trabalho da historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto leva-nos a concluir que a origem e a vivência da escravidão foram fatores determinantes para a atuação diferenciada de ambos na imprensa. Em um contexto em que o estigma da cor era determinante para a suspeição de qualquer negro, ambos tiveram atuação corajosa no sentido de acolher denúncias contra arbitrariedades cometidas contra homens, mulheres, pessoas solteiras e famílias inteiras. Uma atuação marcadamente influenciada pelo vínculo que mantiveram com negros cativos e negros libertos. Este assunto será retomado neste trabalho mais à frente.

CAPÍTULO 2. REELABORAÇÃO DO COMUM E RESISTÊNCIA

2.1. A CERZIDURA DE VÍNCULOS EM TERRAS ESTRANHAS

A migração forçada de pessoas da África para o Brasil tinha como um de seus fundamentos principais o rompimento dos vínculos das pessoas que eram sequestradas com o território, com a família, com a língua e outros elementos da cultura. O isolamento e o silenciamento tinham como finalidade criar a sensação de solidão, que facilitava o controle e a submissão do indivíduo. Já no Brasil, procedentes de diversas regiões do continente africano, foi preciso que os escravizados reelaborassem, em conjunto, suas antigas práticas, a partir das novas experiências trazidas pela diáspora. Graças à manutenção da tradição, com a transmissão de antigos saberes, foi possível a criação de novos vínculos comunitários, de novas formas de comunicação, que estiveram na base da luta pela sobrevivência e da rebelião dos negros no Brasil. É sobre esse processo que vamos falar neste capítulo.

De acordo com o historiador Flavio Gomes (2006), os cativos embarcados nos navios provenientes da África criavam laços de solidariedade durante a viagem. Chamavam-se de Malungo. Esses relacionamentos estabelecidos, em meio aos horrores da travessia do Atlântico, poderiam ser a base de novos vínculos. Mas havia a clara determinação por parte de mercadores e compradores de evitar essa vinculação.

Segundo a historiadora Kátia Matoso (2003, p. 100), ignora-se o prazo decorrido entre a chegada ao Brasil, a exposição nos mercados e a efetivação da venda, quando recebiam no peito a marca que tentava imprimir a ferro e fogo uma nova identidade. O medo, provavelmente, explica a imediata adoção pelo sistema escravista de medidas para romper os vínculos existentes entre os recém-chegados. Era a maneira de evitar que, juntos, pudessem realizar conspirações e organizar motins ou rebeliões. Por isso, por ocasião da comercialização, compunham lotes com indivíduos de diferentes etnias - com costumes e hábitos distintos - e regiões do continente africano. Além de estimular a emergência de eventuais conflitos preexistentes na África, a mistura teria o objetivo de restringir a comunicação, aumentando a sensação de isolamento do recém-chegado.

À época do processo de escravização, povos africanos detinham conhecimentos ainda desconhecidos no continente Europeu, como, por exemplo, um sofisticado sistema de comunicação em rede baseado em toques de tambores. Na obra *A informação* (2013, p. 21), o jornalista James Gleick descreve o espanto dos europeus que, no século XVIII, visitavam a África e constatavam a eficiência da transmissão de informações por meio dos sons dos

tambores. Segundo o autor, os viajantes não conseguiam disfarçar o espanto com a técnica que permitia a comunicação de longa distância, de forma rápida, sem a necessidade de deslocamento de mensageiros. Dependendo do local, do horário e das condições climáticas – a ocorrência de ventos era fundamental - o som do tambor era capaz de levar informações a um ponto que ficasse a dez quilômetros de distância. Transmitidas de vilarejo em vilarejo, as mensagens podiam percorrer cerca de 150 quilômetros em questão de uma hora. Segundo o autor, a despeito de toda visão eurocêntrica que comportava uma série de preconceitos, os viajantes perceberam que os africanos tinham conseguido alcançar “o antigo sonho de toda a cultura humana” ao estabelecer um sistema de transmissão de mensagens mais rápido do que os melhores mensageiros montados nos melhores cavalos cruzando as estradas de melhor qualidade, e contando com revezamento. (2013, p. 24). Os africanos conseguiram, com base no trabalho de gerações, desenvolver uma linguagem baseada em sons simples que fosse de domínio de toda a comunidade. À época, os europeus ainda trabalhavam no desenvolvimento do código que viria ser denominado “Morse”, e era baseado em um “batuque eletromagnético projetado para pulsar percorrendo o fio do telégrafo” (2013, p. 27). A rede africana chegara antes.

A escravização de povos africanos fez com que indivíduos dotados de grande capacidade intelectual experimentassem um traumático processo de desterritorialização e dessocialização, decorrente da violência da captura, do afastamento de seu meio social, e do rompimento de suas relações familiares e de amizade. O resultado foi uma espécie de “despersonalização”, uma condição em que não só eram privados do que possuíam antes, mas também do que eram em sua sociedade de origem (MATOSO, 2003, p. 101). Na obra *Pensar Nagô*, o professor Muniz Sodré relata a chegada à cidade de Salvador (BA) de africanos de alto nível intelectual, um contingente que reunia príncipes, princesas e sacerdotes. Na verdade, tratavam-se de presos políticos, que foram capturados na África, aprisionados e trazidos para o Brasil por conta de disputas locais. Enuncia o pesquisador Muniz Sodré, que:

Enquanto da Europa vinham degredados, da África vinham príncipes, princesas e sacerdotes, a exemplo de Otampê Ojaró, filha gêmea do Alaketu (rei de Ketu), fundadora do primeiro terreiro Ketu na Bahia, sucedida por sua filha brasileira Iya Akobiodé. Uma elite africana formou-se aqui por meio de um implícito pacto simbólico entre indivíduos de etnias diferentes, a despeito das hostilidades entre crioulos (nascidos no Brasil) e africanos da Costa da Mina ou Costa dos Escravos (SODRÉ, M, 2017, p. 91).

Segundo o cientista político Achile Mbembe, essa transferência forçada da África para a América marcava um novo começo para um enorme contingente de seres humanos. Deste modo:

Dava-se início a uma vida doravante vivida segundo um princípio essencialmente racial. Mas, longe de ter apenas um puro significado biológico, a raça assim entendida remetia para um corpo sem mundo e sem terra, um corpo de energia combustível, uma espécie de duplo da natureza que era possível transformar, pelo trabalho, em stock ou fundo disponível. (MBEMBE, 2017, p. 23).

Tinha início uma existência fundada em jornadas de trabalho diárias de até quinze horas, castigos inclementes, e condições de moradia e alimentação sub-humanas. Tamanho suplício nunca fora aceito de forma passiva, e alimentava rancores que seriam, diuturnamente, convertidos em atos de rebeldia e resistência. O historiador Olivier Pétré-Grenouilleau (2009, p. 130) classifica as formas de resistência dos escravizados em duas categorias: as passivas e as ativas. Aquelas compreenderiam iniciativas sem violência, tais como greves de ventre (não ter filhos que viessem a ser escravos), trabalho malfeito, simulação de doenças, fugas. As segundas compreendem os movimentos mais coletivos e com uso da violência, como as fugas para formação de quilombos. Pétré-Grenouilleau (2009) evidencia as duas naturezas, mas não as hierarquiza. Segundo ele, violenta ou não, individual ou coletiva qualquer forma de resistência à opressão merece reconhecimento, pois o que determina o emprego de cada modalidade são as circunstâncias, quase sempre extremamente adversas. “Dizer que algumas formas de resistência são passivas e outras são ativas leva forçosamente à desvalorização das passivas” (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 130). Para Pétré-Grenouilleau (2009), a distinção seria indevida porque nem sempre as formas de resistências mais espetaculares são as mais eficazes. Assim,

grandes revoltas violentas (porém raras) podem ser menos perigosas para os escravagistas do que múltiplos atos que no dia a dia atrapalham seus projetos e provocam medo, ou até pavor, como a fobia de envenenamentos ou incêndios que tomou conta de muitos fazendeiros americanos. (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 131).

Em um primeiro momento, em um ambiente desconhecido, hostil, submetidos ao senhor, a estratégia para a sobrevivência dos escravizados consistia na obediência e na humildade. Essa obediência era na “verdade uma forma eficaz e sutil de resistência do negro face a uma sociedade que pretende despojá-lo de toda uma herança moral e cultural” (MATOSO, 2003, p. 103). Mesmo nesse contexto extremamente adverso, alcançada uma adaptação mínima, tinham início outras formas de contestação cuja implementação dependiam somente do próprio indivíduo, tais como greves de ventre (não ter filhos que viessem a ser escravos), trabalho malfeito, simulação de doenças, fugas. As iniciativas de

cunho coletivo, como os enfrentamentos; as fugas coletivas com formação de quilombos e as rebeliões para tomada de poder tiveram que ser precedidas do processo de recomposição dos vínculos e da coesão comunitária.

As rebeldias coletivas eram iniciativas de maior dificuldade para execução, dentre outras razões, por envolver grandes contingentes de pessoas, muitas vezes, de localidades diferentes. Isso exigia o desenvolvimento de complexas estratégias para obtenção, preservação e disseminação de informações fundamentais para a execução das ações. Requeria também, tal como nas batalhas, confiança entre os combatentes. Para isso, era necessária a reelaboração da comunicação, não somente aquela atinente à fala e aos símbolos, mas como, segundo Sodré:

forma modeladora (organização de troca de ideias) e um processo (ação) de por diferenças em comum, sem que o processo e ação possam ser considerados como arbitrários por parte dos indivíduos, pois implicam a força de uma transcendência que, na Antiguidade, era o sagrado”. (SODRÉ, M, 2014, p. 193).

A partir do sagrado, esse *ser-em-comum*, resulta a vinculação que engloba as dimensões econômica, política, cultural e afetiva, e está na gênese das instituições e dos grupos sociais. Essa vinculação compreende, segundo Sodré:

uma exigência radical de partilha da existência com o *Outro*, portanto dentro de uma lógica profunda de deveres para com o *socius*, para além de qualquer racionalismo instrumental ou de qualquer funcionalidade societária. (SODRÉ, M, 2016, p. 93).

2.2 TRADIÇÃO, TRANSMISSÃO DE SABRES E LAÇOS COMUNITÁRIOS

O trabalho criava entre os negros escravizados os primeiros espaços de convivência e de trocas. O reencontro de um companheiro de viagem - denominado Malungo - ou de exposição no mercado em meio aos trabalhos na mina ou na plantação aliviava medo e solidão, e podia iniciar a cerzidura de laços. A partir desses reencontros “estabelecem-se vínculos sólidos, amizade que representa para o escravo o primeiro passo uma amizade que representa para o escravo o primeiro passo numa forma de inserção social, por tênue que seja”. (MATOSO, 2003, p. 100). A lealdade e a solidariedade aos companheiros de infortúnio no dia-a-dia do trabalho tinham como contrapartida a consideração e o apoio do grupo. Ocorre que a vida da comunidade do trabalho, na cidade ou no campo, era insuficiente para preencher o vazio existencial criado a partir da emigração forçada. Rompidos à força os vínculos com a comunidade original, era preciso estabelecer novos laços comunitários, fundamentais para a sobrevivência e para a resistência à escravidão. De acordo com Paiva (2003, p. 11) as comunidades tem como traços “a reciprocidade entre seus membros, a defesa enfática de seus

valores, normas e costumes frente ao outro não pertencente à coletividade, onde os interesses considerados são aqueles dos indivíduos como um todo”. Paiva salienta, ainda, o papel fundamental da identificação, pautada por afetividade e proximidade, em se tratando de comunidade. No caso da comunidade estabelecida pelos escravizados, essa identidade, definida pelo compartilhamento de valores comuns, viria a ocupar o lugar da identificação baseada no território, uma vez que foram desterritorializados.

Apesar de todo esforço do sistema escravocrata para transformar pessoas em um mero ativo econômico, os laços invisíveis começaram a ser cerzidos a partir de valores essenciais das civilizações africanas, notadamente os valores religiosos. Cada escravizado trouxe consigo parte do vasto saber produzido pelas civilizações africanas. Conforme Sodré (2019):

perdida a antiga dimensão do poder guerreiro, ficou para os membros de uma civilização desprovida de território físico a possibilidade de reterritorializar na diáspora através de um patrimônio simbólico consubstanciado no saber vinculado ao culto dos muitos deuses, à institucionalização das festas, das dramatizações dançadas e das formas musicais. (SODRÉ, M, 2019, p. 52).

O termo patrimônio é empregado como forma social, compreendendo “uma metáfora para o legado de uma memória coletiva, algo culturalmente comum a um grupo”. (SODRÉ, 2019, p. 51). A base físico-cultural dessa patrimonialização é a comunidade litúrgica, o terreiro de candomblé, que aparece na primeira metade do século XIX. Esse patrimônio imaterial, herança ancestral, foi transmitido para as novas gerações quase sempre de forma oral, como é da tradição dos povos africanos, com as mulheres tendo grande protagonismo. Esse processo ocorre de forma dinâmica, viva, uma vez que se completa a partir da reinterpretação das mensagens ancestrais à luz de elementos do presente, constituindo uma tradição. A comunicação viva entre gerações é abordada pelo professor Eduardo Coutinho na obra *Velhas histórias, memórias futuras – o sentido da tradição em Paulinho da Viola* (2011). Para ele comunicação intertemporal:

é a reelaboração de um traço que nos foi legado pelas gerações passadas. Ao reinterpretá-lo, a partir de dados e perspectivas presentes, estamos afirmando valores e ideias que por sua vez irão demandar uma resposta das gerações futuras. (COUTINHO, 2011, p. 37).

Todo o patrimônio acumulado ao longo de gerações em território africano teve que ser reinterpretado a partir das condições totalmente adversas de vida dos escravizados. Isso ocorreu principalmente no plano religioso, principal elemento de reconstituição da identidade social perdida a partir da brutal captura na comunidade de origem. Por isso mesmo, sempre foi objeto de preocupação e repressão por parte dos senhores.

Podemos dizer que essa religiosidade teve que ser vivenciada de forma ambígua, reunindo práticas africanas – que contemplam práticas de diferentes nações e comunidades – que foram, pouco a pouco, harmonizadas; e a prática católica dos senhores. Essa ambiguidade, que nasce da necessidade de sobrevivência, estava presente em várias dimensões da vida dos escravos, não só na questão religiosa. Dissimulavam o sofisticado conhecimento que detinham; escamoteavam as intenções e os humores na presença dos senhores.

Havia por parte do sistema escravista grande desconfiança em relação a qualquer possibilidade de atuação coletiva dos negros. Na classe senhorial, predominava o que o sociólogo Clóvis Moura (1988, p. 231) chamou de “síndrome do medo”, cujo principal sintoma era o permanente receio de que a comunicação entre os escravos pudesse resultar em insurreições. Havia, por exemplo, um verdadeiro pânico em relação a um possível intercâmbio de experiências dos escravizados brasileiros com cativos de outros países, em especial com aqueles de São Domingos (Haiti), que passaram a representar um grande perigo para o sistema, a partir do sucesso do movimento revolucionário que realizaram. Tudo isso, segundo Moura, levou a classe senhorial a adotar um comportamento neurótico com relação à possibilidade de uma insurgência. “Os senhores de escravos, por isto, especialmente os senhores de engenho, onde a massa negra era bem superior à branca e os meios de comunicação escassos estavam sempre a pedir providências acauteladoras ao governo”. (MOURA, 1988, p. 232).

E os temores não eram infundados. A religião desempenhara papel fundamental na organização e efetivação de atos de resistência à escravidão no Brasil e em, pelo menos, outro país das Américas: o Haiti. O mais emblemático e mais temido de todos os movimentos, a revolução protagonizada, em 1791, pelos negros da colônia francesa de São Domingos (Haiti), tinha a religiosidade como elemento organizador e mobilizador. Após mais de um século de lutas, os mais de doze mil negros, liderados por Toussaint L’Ouverture, promoveram o levante final e tomaram o poder dos opressores franceses, em um movimento que, segundo C.L.R James foi estrategicamente preparado. Segundo a análise de James, os escravizados, a partir, a partir de uma dura experiência:

aprenderam que esforços isolados estavam condenados ao fracasso, e nos primeiros meses de 1791, dentro e nos arredores de Le Cap, eles estavam se organizando para a revolução. O vodu era o meio da conspiração. Apesar de todas as proibições, os escravos viajavam quilômetros para cantar, dançar, praticar os seus ritos e conversar; e então, desde a Revolução, escutar as novidades políticas e traçar seus planos. (JAMES, 2010, p. 91)

Os sacerdotes religiosos tiveram papel de liderança na Revolução, que teve uma das insurreições liderada por um escravizado de nome Boukman, que desempenhava a função de alto-sacerdote do *Vodu*. Era capataz de uma fazenda, e aproveitava-se da relativa proximidade que mantinha de brancos e mulatos para obter informações necessárias para o movimento rebelde. Por ocasião de uma das batalhas, Boukman transmitiu as últimas instruções para os combatentes, após fazer encantamentos, e beber o sangue de um porco. O rito final de preparação contou ainda com uma oração proferida em *creole*. Outro líder de rebeliões de nome Mackandal, tido como corajoso e exímio orador, dizia ter o poder de prever o futuro, e realizar adivinhações. Segundo James, convenceu seus seguidores de que era imortal.

Em *Pensar Nagô* (2017), o professor Muniz Sodré aponta a presença na história nacional, a partir do Século XVIII, de um complexo paradigma civilizatório, diferencialmente distante do modelo europeu centrado nos poderes da organização capitalista e da racionalidade dos signos. Esse paradigma corresponde a um complexo cultural que compreende várias nações africanas, e que recebeu a designação genérica de Nagô. Segundo Sodré, em torno do culto aos orixás nagôs aconteceria a reelaboração do sentimento de pertencimento que teria ficado suspenso em função da migração forçada. Apenas viver, apenas ser indivíduo são contingências fracas diante da necessidade existencial do pertencimento ao grupo originário, de onde procedem os imperativos cosmológicos e éticos. “A comunidade litúrgica afro-brasileira ou terreiro implica, antes de mais nada, a ideia de um corpo grupal forte o suficiente para dar proteção contra as adversidades, contra o estrangeiro hostil” (SODRE, 2015, p. 195). A comunidade litúrgica teria sido elemento essencial na recomposição dos vínculos entre os escravizados, o que, possibilitou o desenvolvimento de redes de solidariedade e de comunicação, que seriam essenciais para a sobrevivência no cotidiano e para os atos de resistência à escravidão. Essas redes, invisíveis aos olhos dos estranhos ao grupo, com caráter *contra hegemônico*, estariam no subterrâneo de rebeliões coletivas que envolviam a participação de grandes números de escravos, com fuga e formação de quilombos. Ao analisar dois desses eventos, a partir da concepção de comunicação sistematizada pelo professor Sodré, colhemos indícios, que reunidos, podem evidenciar um sofisticado sistema de comunicação desenvolvido pelos escravizados.

2.3 REDES DE COMUNICAÇÃO E DE RESISTÊNCIA

Por meio de pesquisa em diversas fontes documentais, o historiador Flavio dos Santos Gomes (2006) buscou reconstituir insurreição ocorrida no Século XVIII, quando cerca de 500 escravizados fugiram de uma fazenda de café na cidade de Vassouras (RJ), e formaram um quilombo. O autor destaca o papel da cultura e da comunidade para a organização e efetivação da rebelião. Na obra *Histórias de Quilombos – Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX* (2006), encontramos elementos que indicam papel central da religiosidade na reconstituição dos vínculos rompidos na diáspora, na junção de “pedaços de projetos, desejos, esperanças, recordações e sonhos de liberdade”, de negros procedentes de diversas regiões da África e que se viram reunidos em uma fazenda no interior do Rio de Janeiro. Mesmo em meio a uma estafante rotina de trabalho, encontravam formas de compartilhar o comum, fosse na cadência do ritmo de trabalho; fosse nos cantos que usavam para amenizar a fadiga, fosse nas conversas e rituais promovidos nas senzalas. Conforme Gomes:

A comunidade de senzalas que planejou a fuga com certeza compartilhou de algo mais do que somente o desejo de livrar-se do domínio senhorial e do regime de trabalho. Escravos de procedências diversas, constituídos em comunidades, tinham criado os germes de novos significados culturais, reelaborados a partir de suas vivências africanas e das experiências na diáspora. Esse processo de recriação foi fundamental na constituição de comunidades e cultura próprias. (GOMES, 2016, p. 205)

Foi a partir do desenvolvimento de um novo senso de comunidade, forjado no sofrimento do cativo, que foi possível organizar uma complexa fuga – a qual envolvia escravizados com ocupações diversas e de localidades diferentes – que demandava suprimentos, equipamentos e domínio da geografia do território. A base dessa construção coletiva teria sido o estabelecimento de um “*senso comum* entre os escravizados a respeito das formas de opressão senhorial e das suas condições de cativos, a despeito do paternalismo que podia marcar as relações senhor-escravo no interior da casa grande”. (GOMES, 2006, p. 185). No entanto, a efetivação desse ato de rebeldia não teria sido possível sem o desenvolvimento de um sofisticado e complexo sistema de obtenção e disseminação de informações fundamentais para o planejamento e execução da fuga.

Apesar de Gomes não ter a comunicação como questão central de sua pesquisa, é possível encontrar em seu trabalho – quando consideramos comunicação sob a perspectiva do pensamento do professor Muniz Sodré – indícios que permitem afirmar que os escravizados

desenvolveram e utilizaram nessa ação ocorrida no Século XVIII o que, hoje, poderíamos chamar de rede de comunicação.

Na obra *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do Século XVIII* (2014), o historiador Robert Danton identificou elementos que compunham redes de comunicação naquela cidade francesa. A partir da análise de documentos e de canções de época, o autor consegue traçar o percurso de um conjunto de poemas de contestação à autoridade do Rei Luís XIV que circulou em Paris. Segundo Danton, a pouca presença de análises da comunicação oral nos estudos de história da comunicação deve-se à ausência de indícios de sua existência. No caso específico da rede parisiense, em que a oralidade teve papel central, a obtenção de evidências foi viabilizada pela existência de vestígios nos registros das investigações realizadas à época pelo Estado, uma vez que os versos muitas vezes insultavam alguém importante ou buscava contestar a autoridade real.

De autoria quase sempre desconhecida, os versos passavam por diversos meios de divulgação: eram copiados em tiras de papel, ditados, memorizados, declamados, impressos em panfletos clandestinos e, em certos casos, incorporados a determinadas melodias, constituindo o que o autor caracterizou como uma complexa rede de comunicação clandestina, que funcionava em uma sociedade semialfabetizada. No que se refere à circulação, a memorização dos poemas era um dos recursos mais utilizados. A transmissão tinha como um de seus principais suportes melodias musicais, que ao incorporar os versos, davam grande dinamismo ao processo de difusão. À medida que ganhavam as ruas, essas canções conhecidas pela expressão *chansonniers* eram adaptadas, incorporando novas temáticas em função dos novos acontecimentos políticos. Analisados da perspectiva da recepção, os poemas passaram a ser procurados, memorizados e retransmitidos pela população, o que, segundo Darnton, comprova a adesão às causas dos poetas. Dessa forma:

A fim de estudar a reação dos contemporâneos aos poemas, devemos consultar os diários e as memórias da época: mas eles não foram escritos a fim de satisfazer a curiosidade dos pesquisadores modernos. Em geral, mencionam antes fatos do que reações a poemas. Porém, os próprios fatos desencadeavam reações, produzindo sem querer, uma espécie de propaganda da proeza, que se espalhava de início de boca em boca e depois por meio de poemas e canções. (DARNTON, 2014, p. 122)

O autor relata episódio em que poemas panfletos foram capazes de mobilizar gente do povo contra o sequestro de um nobre francês em uma ópera. O burburinho inicial da plateia do teatro rapidamente ganhou as ruas parisienses sob a forma de versos e panfletos. Mesmo com a indiferença dos jornais da época, que fizeram sucintos registros do episódio em função de pressões do governo francês, que temia uma sublevação popular em defesa do príncipe

encarcerado, a notícia se propagou na base do boca-a-boca. A indignação com o episódio alcançou as pessoas do povo, que passaram a manifestar sua contrariedade sob a forma de protesto.

Consideradas diferenças fundamentais, como o fato de a rede francesa ser composta de pessoas livres, podemos encontrar semelhanças entre o fenômeno verificado na França, e a ocorrência do que entendemos ser uma rede de comunicação estabelecida por escravizados no interior do Rio de Janeiro, no século XVIII. Assim como o trabalho de Darnton, o estudo de Flávio dos Santos Gomes teve como uma de suas fontes arquivos dos inquiridos promovidos por ocasião da repressão ao levante. Na análise que o autor fez desse material, estão presentes elementos que, sob o olhar do pesquisador do campo da comunicação, constituem indicativos de um circuito de comunicação, o qual, em determinados aspectos, guarda grande semelhança com a iniciativa dos cidadãos europeus. Um primeiro ponto a ser destacado é o fato de ambas as redes, à luz do pensamento de Gramsci, terem um caráter contra hegemônico. Se a rede dos franceses se insurgia contra a realeza, a rede de comunicação montada pelos escravos – que também funcionava de forma clandestina – estava em oposição ao poder constituído, representado pelo sistema escravagista. Era uma rede a serviço da rebelião.

Como abordamos no capítulo anterior, no Brasil, todas as instituições tiravam proveito do trabalho escravo, incluindo o Estado. Os escravizados estavam sozinhos em sua luta pela liberdade, e por isso tiveram que reelaborar práticas de comunicação – uma vez que as tinham na África – adequando-as para um contexto totalmente adverso. Não podiam contar com o apoio da imprensa da época, que funcionava como um “braço” dos senhores. Gomes (2016) afirma que, além de noticiar fatos, a imprensa da época participava indiretamente da repressão aos escravos rebelados em Vassouras, cobrando providências das autoridades, e publicando denúncias com forte viés pró-fazendeiros, e forte conotação anti-negros. Gomes afirma, que:

A narrativa do jornal assemelhava-se à de uma investigação, possivelmente levada a cabo pelos editores do periódico com a ajuda de informantes e denúncias (por cartas anônimas enviadas à redação do jornal). Segundo O Sete d’Abril – baseado em “fontes verdadeiras” – o episódio de 1838 tinha sido comandado por cativos “feiticeiros” pertencentes ao capitão-mor. (GOMES, 2016, p. 206).

Ainda segundo Gomes (2016), a despeito das ironias e do deboche do jornal, a menção à presença de “feiticeiros” na liderança da fuga coletiva forneceria “indícios sobre significados culturais nas senzalas, em torno das quais foi gestada a fuga”. (GOMES, 2016, p. 206). Essa questão será abordada neste trabalho.

2.3.1 A credibilidade da comunicação das lideranças religiosas

Pode-se dizer que o circuito de comunicação da comunidade negra tinha início com a obtenção de informações úteis para o planejamento das fugas. Nesse sentido, as mulheres desempenhavam papel fundamental, uma vez que a grande maioria delas trabalhava na casa-grande, e era nesse espaço que circulavam as conversas sobre vendas e transferências de escravizados; temores de insurreições; preparativos de expedições contra quilombos próximos. A partir do que viam e ouviam durante o trabalho, essas mulheres de muita inteligência e muita perspicácia, podiam municiar a comunidade com informações de grande serventia. Mesmo o noticiário dos jornais podia ser fonte de informação, uma vez que os escravizados entravam em contato com as notícias a partir do que ouviam sobre elas, constituindo o que a professora Marialva Barbosa (2016, p. 82) chama de leitor de terceira natureza. O processo de retenção das informações obtidas era, provavelmente, baseado na memorização, uma vez que o texto de Gomes não faz menção à produção de material escrito.

Gomes (2006) enfatiza e identifica o papel desempenhado pelas mulheres nas rebeliões escravas e na preservação da cultura da diáspora. Segundo ele, apesar do reduzido número de pesquisas específicas no Brasil, estudos sobre a escravidão no Caribe indicam a ativa participação feminina no protesto escravo. A rebelião de 1838, em Vassouras, pode ter contado com ativo papel das mulheres – dentre elas Mariana Crioula, tida como uma das líderes – no enfrentamento da expedição reescravizadora, e, principalmente, “na coesão da comunidade escrava que se formava, e em torno da qual foi gestada a insurreição quilombola” (GOMES, 2006, p. 189). Eram as mulheres as responsáveis pela manutenção dos arranjos familiares existentes, e pela manutenção dos vínculos e da tradição. “Sendo a espinha dorsal na constituição de laços familiares, tinham o papel-chave na transmissão oral das crenças e valores das comunidades em gestação”. (GOMES, 2006, p. 189).

O trabalho era um dos principais elementos de construção da solidariedade entre os escravizados. Em meio a jornadas de trabalho que podiam durar 14, 15 horas, encontravam formas de compartilhar a dura existência. Os cafezais e os canaviais eram, provavelmente, locais onde ocorria a codificação – uma vez que estavam sob a vigilância dos capatazes – e posterior transmissão de informações fundamentais para o cotidiano; e para a trama e para a execução das rebeliões, muitas vezes sob a forma de cantos, o que mais uma vez remete à rede francesa e o uso das músicas populares para propagação das mensagens. De acordo com Gomes (2006), o local de trabalho podia ser também o ambiente onde os planos de fugas e insurreições tomavam formas.

Deste modo descreve:

Lembremos que os escravos de Manuel Francisco Xavier fugiram inicialmente da Fazenda Maravilha em 5 de novembro de 1838, durante a noite. Por certo aquele longo dia de trabalho que chegava ao fim serviu para alinhavarem os últimos preparativos para o levante e posterior fuga para o quilombo. Os que trabalhavam na lavoura esperaram pelo anoitecer, quando voltaram à fazenda e encontraram-se com os que lá ficaram trabalhando (GOMES, 2006, p. 178).

De acordo com as informações sobre a rebelião, podemos afirmar que havia forte presença do componente religioso na rede de comunicação que deu suporte à sublevação ocorrida no Rio de Janeiro, em 1838. Esta é outra semelhança com a rede que difundia poemas em Paris, no Século XVIII, e que contava com figuras (padres e abades) da igreja católica entre seus mais ativos disseminadores. Segundo Gomes (2006), os líderes da rebelião de Vassouras – dentre eles, Manuel Congo, a principal liderança – eram descritos como “feiticeiros” pela imprensa. Além disso, eram chamados de “pai” pelos outros escravizados, o que tanto poderia ser uma simples deferência para com os líderes, como poderia significar o reconhecimento de alguma função religiosa e importância no interior das senzalas. Conforme Gomes:

Embora seja somente um indício, é possível refletir a respeito da existência de aspectos mágico-religiosos profundos na organização, na liderança e nos objetivos do levante em Vassouras. A denominação “pai” associada às lideranças é sugestiva. Talvez mais do que fruto de uma simples deferência para com os líderes, pudesse significar o reconhecimento de alguma função religiosa e importância no interior das senzalas. (GOMES, 2006, p. 208)

O fato de serem sacerdotes religiosos pode ter conferido a alguns escravizados liderança natural junto à comunidade. Segundo Gomes, na província do Rio de Janeiro, além do movimento em questão, havia rumores sobre outras revoltas comandadas por cativos considerados “chefes feiticeiros”.

Na própria Vassouras, em 1847, foi descoberta uma “sociedade secreta” de escravos que preparava um grande levante. Segundo consta, essa organização era dirigida por um “patrono negro” denominado Kebanda que tinha poderes espirituais (GOMES, 2006, p. 208).

Por serem reconhecidos como detentores de poderes espirituais, a palavra desses homens e dessas mulheres tinha grande autoridade e grande credibilidade, o que facilitava todo o processo de comunicação das orientações fundamentais para a organização e para a execução dos levantes. A própria ocorrência do levante – envolvendo centenas de pessoas, de locais diferentes – aponta a efetividade da comunicação, a despeito da violenta repressão que se seguiu ao movimento.

Um dos aspectos que pode sinalizar o nível de organização do levante de Vassouras é a presença considerável de cativos com ocupações especializadas entre os líderes do movimento. Aquele que é considerado o principal deles, Manuel Congo, era ferreiro. Esses especialistas, segundo Gomes (2006) tinham a movimentação facilitada, o que permitiria que atuassem como disseminadores de informações, inclusive junto a escravizados de fazendas vizinhas. De acordo com informações do processo da insurreição, dos 32 indiciados ou citados, 17 constituíam mão de obra especializada ou semiespecializada, sendo sete carpinteiros. Segundo Barbosa, havia a suposição generalizada de que não havia letramento no mundo dos escravos, o que não correspondia à verdade. A presença desses profissionais entre os insurretos merece análise mais detida, uma vez que podiam sinalizar capacidade de leitura. Apesar de os registros não mencionarem a existência de comunicação escrita na rebelião, o desempenho do ofício de carpinteiro, por exemplo, pode ser um indicativo de letramento desses escravizados. Essa hipótese é discutida pela professora Marialva Barbosa em *Estudo sobre a comunicação dos escravizados* (2016). Afirma sobre ofícios dos escravizados e indicativos de letramento:

Muitos, entretanto, mesmo sem saber manejar os códigos escritos, eram letrados: sabiam contar; eram capazes de exercer o ofício de carpinteiro e pedreiro, para os quais é indispensável o conhecimento dos códigos numéricos; podiam ser mestres chapeleiros; exerciam o ofício de vendedores; impressores; enfim, diversas profissões para as quais os códigos letrados são fundamentais”. (BARBOSA, 2016, p. 15).

2.3.2 Conexões de redes de escravizados

A presença de elementos letrados entre na rede de comunicação dos escravizados de Vassouras constituiria mais uma semelhança com a rede parisiense. As redes de comunicação estabelecidas pelos escravizados no Brasil podiam ter, inclusive, conexões com escravizados de outros países, mais precisamente com os temidos negros de São Domingos.

Na obra *Visões da liberdade* (2011), Sidney Chalhoub menciona ofício enviado por Eusébio de Queiroz a um juiz solicitando informações sobre um suspeito de “haitianismo”. O termo aqui é empregado em referência à rebelião promovida pelos negros daquele país, e que virou o fantasma de todo o sistema escravista das américas. Segundo Chalhoub (2011), o termo ganhou uso mais amplo no século XIX passando a identificar “ameaças de movimentos populares com a participação de negros escravos e libertos”. (CHALHOUB, 2011, p. 240). Chalhoub faz questão de destacar que, no caso em questão, não havia elementos que ligassem o suspeito a uma articulação internacional contra o cativo. No entanto, trabalha com a

possibilidade de os administradores da Corte temerem mesmo um possível internacionalismo da luta dos negros.

Em 1805, um ano após a proclamação da independência do Haiti, foram vistos negros ostentando no peito o retrato de Dessalines, o ex-escravo e uma das principais lideranças dos negros de São Domingos. Prosegue, Chalhoub (2011): “em 1831, chegou ao conhecimento da polícia que dois haitianos haviam desembarcado no Rio de Janeiro e tinham sido vistos conversando com “muitos pretos” na rua dos Latoeiros” (2011, p. 240). Segundo Chalhoub, em 1841, o ministro da Justiça recebeu uma comunicação, em caráter reservado, do ministro brasileiro em Londres comentando notícias publicadas em jornais de lá, dando conta da pretensa presença em Cuba de 63 pretos negros liberto Jamaicanos, que pertenceriam a uma Sociedade dos Abolicionistas da Escravidão. O missivista alertava ao governo brasileiro para que redobrasse a vigilância, pois os membros dessa dita sociedade estariam em todos os lugares onde havia escravidão.

Mais do que evidências de uma possível exportação da revolução haitiana, uma vez que, segundo Chalhoub, não havia naquele momento referência a grande insurreição na cidade do Rio de Janeiro, chama a atenção o temor do Estado e dos proprietários de escravos com relação à formação de uma rede de solidariedade internacional entre escravizados e libertos do continente. O fato de negros no Rio de Janeiro terem conhecimento sobre lideranças da revolução haitiana é revelador da possível existência de uma rede de comunicação entre escravizados do continente.

2.4 COMUNICAÇÃO MULTIFORME DE NEGROS LIBERTOS

O historiador Robert Darton chama a atenção para a “ilusão” presente na ideia que atribui ao tempo presente a auto referência de sociedade da informação. Segundo ele, é como se outros homens e mulheres, em tempos pretéritos, não tivessem também vivido imersos em informação também. O processo de aceleração da circulação da informação caracterizado pela difusão das redes de alta velocidade; a proliferação e popularização dos dispositivos móveis e a adoção das mídias sociais teriam criado “uma falsa consciência acerca do passado” (DARTON, ANO, p. 7). Uma concepção de comunicação limitada aos usos dos instrumentos, que tem como marco a invenção da prensa e dos tipos móveis, e não considera a oralidade enquanto prática comunicacional. Esta, segundo o autor, seria o elemento perdido da história da comunicação, em função da carência de registros de suas manifestações.

A República de Palmares, erguida no século XVII foi o principal edifício da rebeldia negra no Brasil. Consta que durante cerca de cem anos, algo entre 20 e 30 mil pessoas, entre a população original, adesões de fugitivos e raptos estiveram no Quilombo. Segundo o sociólogo Clóvis Moura (1988), o exercício de interpretação daquela realidade social, incluindo as relações de poder, sistema de propriedade (acrescentaríamos também os sistemas de comunicação) e organização familiar tem como resultado somente uma aproximação daquela realidade. Isso porque diversas contingências impedem que o percurso em direção ao resgate do passado seja feito, sendo a principal delas a dizimação quase total da população pelo aparato de repressão, o que impede o acesso a informações fundamentais para a recomposição da memória histórica e social. Segundo Moura, a população de Palmares teria seguido uma “estrutura de transmissão de pensamento, comunicação grupal fundamentalmente oral” (1988, p. 160), conforme a tradição africana. Essa tradição perpetua-se por meio de manifestações como poemas cantados, adivinhações, cantos e coros religiosos; as canções de invocações místicas e cenas da vida cotidiana. Os guardiões dessa tradição da comunicação oral seriam: os detentores da autoridade política, os nobres, os chefes de cultos e os velhos contadores. Conforme Moura (1988):

É evidente que não se pode verificar empiricamente até onde Palmares reproduziu, integral ou parcialmente, essa estrutura de comunicação oral africana, hierarquizada, no seu território, mas será interessante ao se estudar a sua realidade social, levar em conta que, ao que tudo indica, esse código se conservou pelo menos parcialmente. De outra forma, teriam sido apreendidos documentos tanto durante a fase das diversas expedições punitivas, como após a sua derrota final. (MOURA, 1988, p. 161).

Apesar da ausência de informações, acreditamos ser possível inferir que o processo de constituição; a manutenção da dinâmica interna, e a organização da resistência aos ataques da Coroa e de particulares foram suportados por uma eficiente rede de comunicação. A manutenção de tamanho empreendimento por cem anos não se viabilizaria sem a permanente obtenção de informações sobre o pensamento e os movimentos dos “inimigos”. Palmares era um estado em guerra permanente, o que demanda o desenvolvimento e revisão também permanente das estratégias de ataque e de defesa. A constituição do quilombo deve ter contado com meticuloso planejamento, a começar pela escolha do local, o alto de uma Serra, a fim de aproveitar a vantagem geográfica, um dos principais mandamentos das estratégias de guerra.

Na obra *Inteligência na guerra* (2006), o historiador inglês John Keegan analisa importantes conflitos, incluindo a Guerra Civil Americana, sob a perspectiva da inteligência, que é o processo de obtenção e uso de informações nos conflitos armados. O cerne dessa atividade são os ardis utilizados pelos agentes, que infiltrados, arriscam a vida para descobrir

segredos do inimigo. Esse processo se desdobraria em cinco etapas: a aquisição da informação, cujo método mais comum é a espionagem; a entrega ou transmissão da informação para quem vai valer-se dela, considerado o estágio mais arriscado; a aceitação, que envolve a questão da credibilidade da informação e da fonte que a fornece; a interpretação das várias informações, de modo a compor um quadro; e a implementação, ou seja, o que se faz com a informação.

O autor destaca a importância da informação nas guerras, mas destaca que elas sozinhas não garantem vitórias. O mais importante é a disposição para a luta. Acreditamos que a detenção de conhecimento sobre as técnicas para constituição desse circuito de informação nas guerras não fosse privilégio do mundo branco europeu. Provavelmente, os povos africanos, habituados a guerrear, também os detinham. Por isso, acreditamos que essa inteligência tenha emigrado junto com os africanos, que devem ter feito uso em suas guerras de resistência, das quais Palmares provavelmente é o principal exemplo. Complexas redes de comunicação e as inventivas estratégias de uso desenvolvidas pelos escravos estariam ainda por ser reveladas.

A historiografia tradicional brasileira sempre conferiu lugar secundário às formas de rebeldia dos negros durante o período colonial. Na obra *O saber do negro (2015)*, o historiador Joel Rufino dos Santos afirma que a lista oficial de rebeliões sempre excluiu as iniciativas de negros e indígenas. Conforme Rufino (2015) “foram elas, no entanto, as legítimas rebeliões coloniais, pois implicavam na reversão da situação colonial, basicamente apoiada na escravidão de negros e na escravidão de índios”. (RUFINO, 2015, p. 94). A visão predominante sobre a rebeldia negra, segundo o autor, começa a ser modificada a partir do aprofundamento dos estudos históricos. Em sua análise, o professor Joel Rufino (2015) atribui à rebeldia negra papel decisivo no processo de abolição da escravidão. Segundo ele, as várias interpretações sobre as causas determinantes do fim da escravidão – seja a que coloca os jovens brancos estudantes e jornalistas como protagonistas; seja a que destaca as mudanças do capitalismo ocidental como determinantes; seja a que atribui a libertação a uma mudança de mentalidade da sociedade decorrente da ascensão burguesa – sempre relegou aos negros e à sua rebeldia uma importância secundária. No entanto, novas abordagens historiográficas, trouxeram à tona o papel decisivo das fugas em massa de negros do Sudeste do Brasil. “Foram elas que abalaram e abriram fendas nas estruturas do edifício da escravidão” (RUFINO, 2015, p. 96).

2.4.1 Imprensa negra e resistência à escravidão

Novas abordagens e análises dos fatos tem permitido que se encontrem vozes onde tudo parecia silêncio. Em *Escravos e o mundo da comunicação: oralidade, leitura e escrita no século XIX*, Marialva Barbosa busca resgatar do esquecimento as práticas comunicacionais de homens e mulheres que constituíram o maior contingente populacional do Brasil no século XIX. O trabalho parte da conhecida comunicação oral, e chega ao, até então desconhecido, mundo do letramento. Por meio de meticoloso trabalho, a autora alcança evidências da capacidade de ler dos escravizados, uma face da existência dos africanos no Brasil que ficou oculta durante muito tempo. Segundo Barbosa:

Durante três séculos o Brasil recebeu, segundo estimativas, um milhão de escravos vindos de diferentes lugares da África. Aqui produziram modos duradouros de comunicação, misturando as suas práticas orais extremamente complexas, modos letrados de comunicar. Sabiam ler, escrever e contar. Tinham habilidades que os faziam ocupar profissões pouco prováveis, como por exemplo: ser livreiros, amanuenses, carpinteiros, mestres chapeleiros, entre dezena de outras, que mostram o imperativo de manejarem a leitura e a escrita. (BARBOSA, 2016, p. 11).

Segundo a autora, a oralidade sempre foi a marca central do processo comunicacional dos escravizados. No entanto, como estavam envoltos em um mundo de letras impressas, foram gradativamente tornando-se também leitores. A leitura aqui compreendida como “uma ação de comunicação, compreendida como ato pelo qual o texto ganha sentido e eficácia” (BARBOSA, 2016, p. 85). Conforme já abordamos, esse letramento apresentava-se sob três formas: alguns escravos efetivamente liam e escreviam; outros liam a partir dos textos que ouviam serem lidos para eles ou para outras pessoas; e havia os que liam a partir da memorização das letras que viam impressas.

Barbosa afirma que os sinais indicativos do letramento eram evidenciados, por exemplo, nos anúncios publicados nos jornais com o objetivo de recapturar aqueles que conseguiam fugir. Era comum que o “saber ler e escrever” fosse mencionado como sendo uma das características do escravizado a ser capturado. Segundo a Barbosa, nos anúncios também estavam presentes sinais de corpo e gestos de fala que indicavam “a imersão no mundo da leitura e da escrita e uma cognição aguçada em relação a essas práticas” (BARBOSA, 2016, p. 75). No caso dos aspectos corporais, a maneira de andar, a vestimenta, as expressões do rosto eram consideradas indicativos de letramento, sendo que os principais gestos seriam “os papéis que carregam junto ao corpo: cartas que provam a liberdade (as de alforria), cartas de maneira geral nos bolsos e papéis na algibeira” (BARBOSA, 2016, p. 15).

Já as capacidades de falar bem, de recitar versos, de ter uma boa prosa e, principalmente, apresenta-se como forro eram evidências colhidas a partir da fala dos escravos.

Os sinais da capacidade de comunicação escrita dos escravizados podem ser buscados também nos relatos de historiadores sobre o cotidiano dos centros urbanos. Na obra *Visões da liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na corte* (2011), o historiador Sidney Chalhoub destaca o fato de escravizados e negros libertos permanentemente recorrerem às instituições – no caso a polícia ou a justiça – em busca de resolução de problemas que surgissem no relacionamento com seus senhores. Outra iniciativa era o cometimento deliberado de crimes, pois preferiam a prisão à dureza do cotidiano no cativeiro. Além do sentido político destacado por Chalhoub, encontramos nessas iniciativas um claro sinal de capacidade de leitura do contexto institucional, um claro sinal de letramento. Se não fossem capazes de ler, como seria possível que compreendessem as funções de instituições?

No que se refere ao processo de aprendizagem, Barbosa, considera trabalhos que remetem a experiências da presença de escravos em escolas formais, mas opta por “refletir sobre modos e formação de práticas de comunicação” (BARBOSA, 2016, p. 85). Em sua análise, direciona o olhar para as trocas reais e simbólicas realizados pelos escravos no universo da comunicação cotidiana. A leitura aprendida a partir dos sons das sorradeiras escutas das conversas; a memorização de letras e palavras de cartas e bilhetes abertos sem autorização em meio ao trânsito para entrega; o leva-e-traz de livros e jornais. Todas essas interações com a palavra escrita e suas sonoridades resultavam, gradativamente, na apreensão de conhecimento. Essa realidade, no entanto, não encontrava abrigo nos jornais da época.

Em *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur aborda a questão do esquecimento, a partir da perspectiva do apagamento dos rastros. Segundo o autor, os rastros são de três naturezas: “o rastro escrito, que se tornou rastro documental; o rastro psíquico, afecção deixada por um acontecimento marcante; e o rastro cerebral, tratado pelas neurociências” (RICOEUR, 2007, p. 425). O rastro produzido pela mídia é o documental, justamente aquele mais fácil de acessar e de destruir. Foi para justamente para preservar o rastro documental que foram constituídos os arquivos. No entanto, os arquivos só asseguram a preservação física dos rastros, não impedindo a sua prévia edição antes do arquivamento. No caso da produção midiática, são notórios os casos de apagamento, de exclusão deliberada de determinados grupos sociais.

Esse é o caso dos escravizados, cuja realidade não encontrava abrigo nos jornais da época, que apagavam de suas páginas os rastros do seu dia-a-dia, privilegiando as vozes e as narrativas da elite branca sobre a escravidão. A partir da priorização de determinadas

narrativas em detrimento de outras, construía-se o esquecimento sobre o conhecimento produzido por um enorme contingente populacional do País. Segundo Barbosa (2016, p. 123), a narrativa sobre o cotidiano dos negros era construída a partir da perspectiva senhorial. Essa abordagem conduzia a uma dissonância entre o noticiário que projetava uma imagem de passividade e domínio; e os anúncios e textos que tratavam de fugas e capturas de negros, revelando a verdadeira face da rebeldia. A partir da análise do noticiário produzido por um jornal durante uma semana em janeiro de 1859, a autora buscou sintetizar a narrativa presente no noticiário policial durante décadas. Concluiu que o comportamento rebelde contra o cativo foi uma constante. Afirma Barbosa, que:

As brechas narrativas contidas em notas sem importância destacam rebeldias infinitas com o objetivo de viver cada momento com intensidade. Mesmo sabendo que não podem jogar capoeira, jogam. Mesmo diante da certeza de que podem ser presos caso promovam qualquer “desordem” (e o que seriam essas desordens?) ou caso profiram “insultos”, não hesitam em gritar, brigar e quebrar. Entram “na casa alheia”. E bebem. Ações de rebeldia como signos visíveis do desejo de liberdade. (BARBOSA, 2016, p. 137)

Conforme abordamos no primeiro capítulo deste trabalho, mesmo na chamada imprensa abolicionista feita pelos jornalistas brancos prevalecia a visão da elite econômica e política, toda ela comprometida com a manutenção da escravidão. Os raros respiros estavam na atuação diferenciada de nomes como Ferreira de Menezes, José do Patrocínio, Luiz Gama, negros que, pela vivência cotidiana com a precariedade da cidadania negra, praticavam um jornalismo que extrapolava as redações, e diferenciava-se daquele praticado pelos representantes da elite, ao privilegiar a perspectiva dos cativos.

Por conta disso, apesar de não terem voz, negros escravizados e libertos procuravam esses jornalistas nas redações em busca de ajuda contra toda sorte de arbitrariedades e violências de que eram vítimas. Como o ocorreu no caso de Simerina Rufina Maria dos Prazeres, negra, livre, que, ao ver o noivo negro sofrer um sequestro, dirigiu-se à *Gazeta da Tarde* em busca de ajuda. O caso é descrito por Ana Flávia Magalhães Pinto, *Escritos de Liberdade* (2018).

A busca por ajuda nas redações demonstra que negros escravizados e libertos eram capazes de interpretar a repercussão social e política dos jornais. Essa capacidade de leitura institucional, em um contexto de exclusão político-econômica e de ausência de cidadania, talvez tenha sido o principal fator motivador para que negros libertos, e capazes de ler e escrever, tomassem a iniciativa de levar a experiência comunitária da comunicação para o suporte do jornal impresso. Acreditamos que foram capazes de compreender que não havia espaço para a sua existência, enquanto agentes, na agenda da grande imprensa, e que o

caminho seria dar continuidade às iniciativas de comunicação que desenvolveram no seio da comunidade. E assim, fizeram.

O estudo da pesquisadora Ana Flávia Magalhães Pinto identifica que ainda no século XIX há a primeira iniciativa de criação de jornal por negros libertos no Brasil. Ao lançar um novo olhar em direção ao passado, a autora encontrou práticas reveladoras do espírito de um tempo, e que permaneciam desconhecidas. Na sua dissertação *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (2006)* a historiadora encontrou um conjunto de oito jornais negros que circularam entre setembro de 1833 e agosto de 1899, abarcando, portanto, a fase pré-abolição. A descoberta dessas publicações traz importante contribuição para os estudos sobre as estratégias forjadas por escravos e libertos nas lutas contra a ordem escravista. Foram encontrados os seguintes títulos: *O homem de côr ou O mulato, Brasileiro Pardo, O cabrito e O Lafuente*, do Rio de Janeiro, em 1833; *O homem: realidade constitucional ou dissolução social*, de Recife (PE), 1876; *A pátria – orgam dos homens de côr*, de São Paulo (SP), em 1889; *O exemplo*, de Porto Alegre (RS), de 1892; *O progresso – orgam dos homens de côr*, também de São Paulo (SP), em 1899.

A reflexão sobre a imprensa produzida pelos negros sempre considerou o começo do século XX e o pós-abolição como sendo o seu nascedouro. A produção de jornais não estaria entre as práticas comunicativas de resistência à escravidão. No entanto, esforço de pesquisa da historiadora Ana Flávia Pinto, fez recuar para o século XIX o marco fundador da imprensa feita por iniciativa dos negros, até então situado no começo do século XX, a partir das pesquisas de Roger Bastide sobre a imprensa negra no Estado de São Paulo, tema que abordaremos mais à frente.

A descoberta da circulação de jornais feitos por negros ainda durante a escravidão traz à tona o natural questionamento em relação às diferenças e semelhanças com relação à chamada imprensa abolicionista. A fim de dirimir essa questão, a autora recorreu às categorias de “autor”, “obra” e “público” em sua análise. Os jornais da imprensa negra seriam somente aqueles feitos por negros, para negros e que veiculavam assuntos de interesse da comunidade negra. Conforme Pinto, em *De Pele Escura e Tinta Preta: A imprensa negra do Século XIX (2018)*:

A par das questões que definem a chamada imprensa negra brasileira, no que concerne a seu conteúdo e sua linha de atuação, pode-se, então, dizer que essa corresponde aos jornais que se inserem na luta contra a discriminação racial no Brasil. De maneira distorcida, costuma-se indicar o “engajamento” de parte da imprensa dominante no processo abolicionista como momento inaugural dessa refrega. (PINTO, 2018, p. 28).

A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, a exemplo da professora Marialva Barbosa, lança um olhar crítico sobre mística criada em torno da chamada imprensa abolicionista. Atribui aos jornalistas negros Machado de Assis, Luiz Gama, e José do Patrocínio, atuação diferenciada – decorrente da vivência do drama do cativo - na defesa que faziam dos negros e da abolição, mas pontua que não tinham a questão racial como o único tema de seu interesse. “A maioria, nos momentos em que o fez, envolveu-se com temas que, na aparência, lhe tocavam indiretamente, como o debate sobre os direitos civis de uma perspectiva liberal e o fim do escravismo” (PINTO, 2006 p.35). Os jornais da imprensa negra, por sua vez, tinham sua razão de ser justamente na dedicação exclusiva à defesa da igualdade racial. Segundo ela, a imprensa abolicionista não necessariamente esteve em sintonia com as questões levantadas pela imprensa negra. Um forte elemento de distinção entre ambas reside no fato de os jornais da grande imprensa que defendiam a abolição terem os anúncios de captura de escravos como uma de suas principais fontes de receita. Esse lucro auferido com o infortúnio de homens e mulheres negras que ousavam buscar a liberdade demarca claramente a natureza e os princípios das publicações. Em nossa avaliação, o protagonismo conferido à chamada imprensa abolicionista – feita pelos homens brancos – e o apagamento do papel desempenhado pelos jornais feitos pelos negros na luta contra a escravidão estão inseridos na “partilha do sensível”, de que nos fala Ranciere (2015). Esta demarca espaços e atribui papéis sociais a partir da detenção de determinados atributos. No século XIX, o papel de proprietário de jornal era reservado para os homens brancos. Sobre isso, afirma a autora:

Gerar um jornal era, pois, atividade restrita a poucos. Como tal, aos “homens de letras” da época, traduzia-se em demonstração de poder, autonomia e prestígio, ou mesmo coragem – em especial àqueles que tratavam de questões políticas específicas e quase sempre a contragosto dos grupos hegemônicos. (PINTO, 2006, p. 25).

2.4.2 Imprensa negra e combate solitário ao racismo

Neste capítulo, abordamos a questão da tradição, enquanto releitura pela nova geração dos conhecimentos transmitidos pela geração anterior. É esse elo, esse sentido de continuidade que vemos entre o trabalho de Ana Flávia Magalhães Pinto e o estudo pioneiro do antropólogo Roger Bastide, *A imprensa negra do Estado de São Paulo (1973)*, sobre a trajetória dos jornais produzidos por negros do Estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Se os jornais negros do século XVIII tinham na derrubada do regime escravocrata seu principal elemento motivador, a nova geração de periódicos nascia da frustração com a recém-proclamada república, que não criou mecanismos de incorporação da grande massa de ex-escravos. Segundo Bastide, “a imprensa negra nasceu do sentimento de que o preto não é

tratado em pé de igualdade com o branco; sua primeira tarefa será, pois, ser um órgão de protesto” (1973, p. 134). Esse necessário clamor não encontrava espaço nas páginas da imprensa dominante que, após a passagem de eventos como a Abolição e a Proclamação da República, foi gradativamente deixando para trás qualquer resquício do jornalismo alicerçado em defesas de causas e em polêmicas.

O processo de inserção do Brasil no capitalismo global, com o aumento de fluxo de capitais, e a implantação de uma política de branqueamento, a partir da importação de trabalhadores europeus, necessitava de um suporte para a disseminação de uma nova “mentalidade”. Essa cobertura seria dada pela imprensa, que passou a atuar sob o prisma de uma chamada “modernidade”. Sobre isso, enuncia Marialva Barbosa:

Criando uma série de estratégias empresariais, editoriais e redacionais, os jornais procuraram atingir um público cada vez mais vasto. Além disso, a imagem do poder público está sempre presente nos textos impressos, difundindo eficiência, pois fazer-se compreender é também fundamental para os grupos dominantes. (BARBOSA, 2010, p. 128).

Uma das principais tarefas dessa nova imprensa era ajudar a construção de uma nova representação sobre o trabalho. O que, até então, era visto de forma extremamente negativa, uma vez que era como função exclusiva de negros, precisava agora ser aceito e valorizado. O novo discurso sobre o trabalho incorporava a nova figura do trabalhador em contraponto ao escravo, preparando a chegada dos imigrantes europeus para ocupar os postos de trabalho. Foi nesse contexto de exclusão que, em 1915, circulou o *Menelik*, produzido por negros do Estado de São Paulo.

Segundo Bastide, a trajetória da imprensa negra paulista abarcaria três períodos: o que vem seguida à guerra de 1914 com títulos como *A Princesa do Oeste* (1915); *O Bandeirante* (1918), *O Alfinete* (1918), *A Liberdade* (1918), *Kosmos* (1922), *O Clarim da Alvorada* (1924), *A Tribuna Negra* (1928), *Quilombo* (1929), *Xauter*; o segundo período teria ido de 1930 a 1937, quando se destacam as publicações *O Clarim* (1935) e *A voz da Raça* (1936). Nesse mesmo período emerge a *Frente Negra Brasileira*, e seu projeto de poder político para os negros. Os ciclos coincidiam com períodos de grande efervescência política como a Primeira Grande Guerra Mundial; e o movimento que, em 1930, levou Getúlio Vargas ao poder. Da mesma forma, os jornais do século XIX também ganharam vida em momentos de grande agitação da política brasileira.

Em uma leitura apressada, pode-se concluir que esses eventos não estavam presentes na imprensa negra. No entanto, optamos por seguir a trilha aberta por Ana Flávia Magalhães Pinto que conduz a interpretação de que os fatos da grande política estavam, sim, presentes nos jornais,

mas sob outra ótica. Essa seria, em nossa avaliação, o grande propósito desses jornais, uma vez que a imprensa dominante não considerava a perspectiva dos negros. Sobre essa leitura própria dos fatos pelos jornais negros, Pinto afirma:

De toda a sorte, os jornais mencionados sempre vieram à baila em momentos marcantes para a história política brasileira, trazendo relatos e informações de pontos de vista, senão de sentidos absolutamente diversos, conflitantes, o que possibilita um outro entendimento sobre várias coisas (PINTO, 2006, p. 25).

A cronologia da imprensa negra traz novos elementos para a hipótese de existência de redes de contato entre negros escravizados e libertos brasileiros com negros de outros países do continente americano, tema já abordado neste trabalho. No estudo *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: 1970-1995* (2010), Amílcar Araújo Pereira destaca o aumento da circulação das informações da diáspora negra a partir dos anos de 1920 e 1930. Essa circulação pode ser evidenciada, por exemplo, no intercâmbio de jornais da imprensa negra do Brasil e dos Estados Unidos. Sobre essa troca, enuncia Pereira:

Ainda no início do século XX é possível encontrar um intercâmbio entre dois jornais criados por negros, no Brasil e nos Estados Unidos: foi o estabelecido entre os jornais *O Clarim d'Alvorada* e *Chicago Defender*. Alguns anos depois de uma viagem de três meses realizada em 1923 por Robert Abbott, fundador e editor do *Chicago Defender*, pela América do Sul, e especialmente pelo Brasil, Abbott passou a receber *O Clarim d'Alvorada* e a enviar o *Chicago Defender* para José Correia Leite, fundador e editor de *O Clarim*. (PEREIRA, 2010, p. 111).

Vamos encontrar possível circulação de ideias entre Brasil e Estados Unidos também no momento da fundação da imprensa negra nos dois países. *Freedom's Journal*, primeiro jornal da imprensa negra americana, foi às ruas de Nova Iorque em 16 de março de 1827. Seis anos depois, começava a circular no Rio de Janeiro *O Homem de Cor*, primeiro jornal da imprensa negra brasileira. “Localizado na extensa trama de resistência ao cotidiano hostil à gente de ascendência africana, esse pasquim se conecta a feitos anteriores, bem como deu vazão a realizações seguintes” (PINTO, 2006, p. 18). Vistos com olhares de um tempo em que o fluxo das informações alcançou velocidade inimaginável, o intervalo de seis anos entre o nascimento dos dois jornais afasta a possibilidade de influência da experiência americana na criação do jornal brasileiro. Mas se considerarmos toda provável dificuldade para o intercâmbio de informações no começo do Século XIX, podemos, sim, especular que a iniciativa dos americanos possa ter sido a fonte de inspiração para os jornais brasileiros. Teria ocorrido uma troca de experiências entre povos da diáspora, troca essa que teria sido continuada no século XX, conforme exposto por Amílcar Araújo Pereira (2010) em sua pesquisa.

Os estudos sobre os jornais negros brasileiros e americanos destacam a produção de noticiário marcadamente dedicado a temas de interesse do próprio grupo. Esse caráter é ressaltado tanto no trabalho de Pinto como na pesquisa de Bastide. Provável consequência da necessidade de criação de vínculos, havia um interesse crescente entre os negros em relação a jornais que refletissem suas vidas, contassem sua história, e fornecessem conhecimento político e orientação social. Muniz Sodré analisa a natureza das pautas na obra *Claros e Escuros* (2015), em uma abordagem que considera a divisão temporal definida no estudo de Bastide. Conforme Sodré:

Até o advento da Nova República, esta imprensa caracteriza-se pela tentativa de fazer o negro se integrar na sociedade global: os textos, de feição rebuscado e literário, noticiam aniversários, casamentos, eventos sociais; veiculam protestos contra o preconceito social; condenam o alcoolismo e as práticas boêmias. Predomina a moral puritana, valorizada como meio de obtenção de respeitabilidade e equiparação aos padrões brancos. (SODRÉ, M, 2015, p. 272)

A segunda fase, iniciada após a revolução de 1930, tem como traços distintivos a reivindicação por poder político, tendo a educação como questão estratégica para ascensão dos negros.

A reivindicação política – impulsionada pela conquista do direito ao voto – toma corpo no movimento conhecido como “Frente Negra Brasileira”, fundada em 1931, e o jornal *A Voz da Raça* sustenta posições político-ideológicas assestadas contra o preconceito de cor. (SODRÉ, M, 2015, p. 273).

O período da Ditadura Vargas, que silenciou a imprensa majoritária teve reflexos também na imprensa negra, que teve que conter o ímpeto reivindicatório. Esse seria retomado a partir de 1945, tendo como elemento caracterizador a ressignificação do termo raça, que passa a ser conotado como algo positivo pelos negros. “Por isso, em tom exaltativo, os negros referem-se a si próprios, ao que desejam valorizar, como “da raça” (SODRÉ, 2015, p. 274). Desse período, destacamos *Quilombo – vida problemas e aspirações do negro (1948)*, editado pelo *Teatro Experimental do Negro*. O editorial da primeira edição, assinado pelo diretor do jornal Abdias do Nascimento, de forma corajosa, explicitava a visão do jornal sobre o dilema racial brasileiro, e respondia àqueles que viam a denúncia do racismo como prática de negros racistas que estavam importando um problema dos Estados Unidos. Conforme, Abdias:

Nós saímos – vigorosa e altivamente – ao encontro de todos aqueles que acreditam – com ingenuidade ou malícia -, que pretendemos criar um problema no país. A discriminação de cor e de raça no Brasil é uma questão de fato (Senador Hamilton Nogueira). Porém a luta de QUILOMBO não é especificamente contra os que negam os nossos direitos, sinão em especial para fazer lembrar ou conhecer ao próprio negro os seus direitos à vida e à cultura. (NASCIMENTO e LARKIN NASCIMENTO, 2003, p. 19).

Uma característica do jornal era a presença de articulistas brancos em suas páginas. O primeiro número, por exemplo, contou com um artigo assinado escritor Nelson Rodrigues. A abertura ao diálogo com intelectuais e artistas brancos era uma prática do Teatro Experimental do Negro, que foi levada para as páginas de Quilombo. Era uma forma de construir alianças. Em Quilombo eram expressas reivindicações de medidas voltadas para a melhoria das condições de vida da comunidade negra, uma agenda que permanece atual. Na apresentação de edição fac-similar do jornal, Abdias do Nascimento e Elisa Larkin do Nascimento comentam:

Numa época em que não existia a noção de “ação afirmativa” ou de políticas públicas especificamente voltadas ao atendimento das necessidades da população afrodescendente, Quilombo trazia uma série de demandas nesse sentido, como a de bolsas para alunos negros nas escolas secundárias e nas universidades, inclusão nas listas dos partidos políticos de número significativo de candidatos negros a cargos eletivos, a valorização e o ensino da matriz cultural de origem africana. (NASCIMENTO e LARKIN DO NASCIMENTO, 2003, p. 8).

Uma pauta avançada para os anos 40, e que permanece atual, sinalizando a dificuldade de o País avançar em termos de uma verdadeira cidadania para a população negra. Alguns itens, como as cotas para alunos negros nas universidades públicas, além da Lei que estabelece o ensino da história da África foram, à custa de muita mobilização da comunidade negra, implementados. Mas, se a pauta defendida por Quilombo não encontrava apoio na mídia hegemônica na década de 40, esse apoio continuou faltando nos anos recentes. Praticamente, toda grande mídia posicionou-se contra a implementação das cotas nos processos seletivos para as universidades públicas.

Para efeito deste trabalho, mais do que uma cronologia da imprensa negra, interessamos entender as motivações e a dinâmica de realização desses jornais. Dinâmica entendida aqui como a forma como se posicionavam em relação à mídia dominante; e também a forma de organização para financiar a empreitada. A partir de referencial teórico norte-americano, Bastide aplicava à imprensa negra o termo “imprensa adicional” (BASTIDE, 1973, p.130). A premissa é de que para se informar sobre os grandes temas nacionais, os leitores da imprensa negra recorriam à chamada grande imprensa. Resguardado o contexto de produção do estudo de Bastide, questionamos a centralidade conferida à chamada grande imprensa, como se esta fosse necessariamente a referência a partir da qual as outras produções midiáticas seriam definidas. Defendemos que a imprensa negra tinha outra natureza. A partir do referencial teórico da professora Raquel Paiva (2003), podemos afirmar que essa imprensa inseria-se na comunicação comunitária, “aquela orientada não por uma lógica puramente empresarial, mas principalmente por determinações grupais ou comunais” (PAIVA, 2003, p. 48). Nesta

comunicação importam muito mais os objetivos e o comprometimento entre as partes. Ou seja, é uma comunicação que visa a manutenção dos vínculos.

O conteúdo produzido tinha, portanto, a manutenção de vínculos comunitários como premissa básica. Nas páginas vão estar presentes as festas, os batizados, os bailes, as orientações de cunho disciplinar, mas vão estar presentes também as questões relativas ao mundo do trabalho e as reivindicações de cunho político, tanto no período pré-abolição quanto no pós-abolição. Ou seja, a imprensa negra não tinha caráter meramente recreativo como algumas análises fazem supor. A criação de vínculos que proporcionava era parte da estratégia de luta política por direitos e melhorias de condições de vida, fosse o fim da escravidão ou a inserção no nascente capitalismo. Essa questão é abordada por Raquel Paiva:

O surgimento de veículos a partir dos grupos comunitários tem caráter basicamente local, de abordagem de temática relacionada ao particular, ao que interessa especificamente àquele grupo, e de conscientização de sua realidade. Existe, assim, a possibilidade de reforçar uma das facetas a que se refere a comunidade: a das relações de pertencimento entre seus membros, e conseqüentemente o poder reivindicatório, que se instala a partir da informação numa ótica programática, não com um propósito meramente promocional, mas de melhoria da condição de vida do indivíduo. (PAIVA, 2003, p. 56).

A partir da perspectiva da comunicação sistematizada pelo professor Sodré em *A Ciência do Comum*, identificamos vestígios do que acreditamos constituir sistemas e redes de comunicação desenvolvidos ainda nos séculos XVI e XVII, como abordado neste trabalho em dois casos específicos, a constituição do Quilombo dos Palmares e a fuga seguida de aquilombamento de escravos em Vassouras. Em nossa avaliação essas redes, com o passar do tempo, incorporaram novos elementos, no caso a produção dos jornais da imprensa negra. Seriam também esses jornais parte dessa rede por onde circulavam informação e solidariedade. Dado seu caráter contra hegemônico, sua concepção, produção e circulação só podem ser pensadas em termos de uma intenção colaboração entre negros libertos e também aqueles que permaneceram escravizados. Acreditamos que os jornais são evoluções naturais dos vínculos estabelecidos.

Outro aspecto importante que sobressai refere-se às dificuldades materiais para manutenção dessas publicações. Fechemos os olhos e façamos uma viagem ao século XIX ou ao começo do século XX, e tentemos imaginar a aventura de um grupo de ex-escravos, desprovidos de recursos, para sustentar em termos materiais a produção de um jornal. Por isso, essas publicações eram caracterizadas pela baixa tiragem, falta de regularidade das edições, além do curto período de vida - poucos duravam mais de um ano. A forma de organização e sustento remontam ao associativismo típico das irmandades dos negros. Ao

discorrer sobre as condições materiais da imprensa negra no século XVIII, Ana Flavia Magalhães Pinto mostra que a realização em condições adversas decorria da formação de redes de solidariedade (2006, p.30). Essa visão está presente também no trabalho de Clóvis Moura. Ele diverge de Roger Bastide, que atribuiu a uma classe média negra a estruturação e manutenção dos jornais. Segundo Moura - que em seu estudo obteve depoimento do fundador de um dos jornais - apesar da presença de elementos de classe média nos jornais, o suporte econômico “eram os homens de baixa renda que municavam com os seus centavos e os seus tostões, para usarmos o seu termo, a continuidade dos jornais” (MOURA, 1988, p. 235). Ainda segundo Moura, “era a estratégia de um mutirão permanente entre os negros que dava sustentáculo a esses órgãos”. (MOURA, 1988, p. 235).

Analisados em seu conjunto, os jornais da imprensa negra – consideradas as conjunturas políticas e econômicas – carregam características comuns. Todos nascem da constatação por parte dos negros da impossibilidade de verem suas vivências individuais e coletivas devidamente contempladas na imprensa hegemônica. Segundo o sociólogo Clóvis Moura, apesar da sua importância como manifestação genuína do pensamento e do sentimento de um importante segmento da população brasileira, a imprensa negra sempre foi tratada como algo menor por pesquisadores e estudiosos da trajetória da imprensa no Brasil. Obra de referência, a *História da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, não dedica espaço a essas produções. Esse pouco interesse seria mais um reflexo da marginalização sofrida pelos negros e por sua cultura; e de uma concepção de imprensa como espaço privativo dos brancos. Segundo o relato de Moura (1988, p. 205) “é uma trajetória longa, dolorosa muitas vezes, a desses jornais que praticamente não tinham recursos para se manterem por muito tempo, mas sempre exprimindo, de uma forma ou de outra, o universo da comunidade”.

A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto vê nesse apagamento um desafio para uma nova geração de pesquisadores. Segundo a autora, as omissões (deliberadas ou não) fazem com que estudos sobre as iniciativas de negros para constituir sistemas próprios de comunicação ganhe ainda maior relevância. O descortino de iniciativas de homens como Francisco de Paula Brito – que criou *O Homem de Côr ou o Mulato (1833)* – traz à luz a visão e a coragem de indivíduos que ousaram contrariar a estética estabelecida para os editores de jornais, e também revela o espírito de uma coletividade. Ao tempo em que faz indagação sobre motivo de, desde 1833, “pessoas negras brasileiras produziram jornais marcados por um específico sentimento de grupo” (PINTO, 2006, p. 43) a autora oferece ela própria a resposta.

Afirmando que:

Ainda que, formal e intelectualmente, a utilização do termo “racismo” date dos anos 1920, bem antes disso, práticas racistas tornavam a vida do segmento populacional negro brasileiro uma tarefa difícil – com escravidão institucionalizada ou não, no campo ou no meio urbano. (PINTO, 2006, p. 43).

Por sua vez, em sua análise sobre a imprensa negra paulista do começo do Século XX, o sociólogo Clóvis Moura, faz um inquietante questionamento que, a um só tempo, abala convicções sobre democracia, sobre cidadania e sobre o papel desempenhado historicamente pela grande imprensa do País. Por que em um país que se apresenta como uma democracia racial os negros tiveram que criar uma imprensa alternativa para que pudessem ver refletido seu universo comunitário; e para que suas legítimas reivindicações por liberdade e por cidadania tivessem um correto tratamento? Esse questionamento feito na década de 80 permanece válido, e é um dos fios condutores desta pesquisa. Para tentar respondê-lo recorremos, mais uma vez, ao pensamento do professor Muniz Sodré:

A importância de uma imprensa negra acentua-se quando se leva em consideração, a exemplo de Van Dijk, que os discursos sociais – manuais escolares, diálogos socializantes (pais/filhos, professores/estudantes), programas de radiodifusão, textos jornalísticos, pronunciamentos parlamentares etc. – desempenham um papel central tanto na produção quanto na reprodução do preconceito e do racismo. Desses discursos provêm os modelos cognitivos e as atitudes relativos às minorias de qualquer natureza, especialmente os negros na sociedade “clara” do Ocidente. (SODRÉ, M, 2015, p. 276).

Os sistemas de comunicação estabelecidos pelos próprios negros surgem da constatação, a partir da própria vivência, dessa conjuntura completamente adversa. Foi preciso desenvolver estratégias de recomposição dos vínculos rompidos pelo processo de desterritorialização, para que pudessem resistir à opressão. Nesse processo de luta – primeiro, por liberdade; e depois, por cidadania - ao longo de séculos, pouco puderam contar com a comunicação hegemônica, na qual inserimos os grandes jornais. Conforme já foi dito neste trabalho, mesmo a chamada imprensa abolicionista – ressalvada a atuação diferenciada dos negros jornalistas - era parte do sistema escravista, uma vez que lucrava com anúncios de capturas. Foram as próprias redes de comunicação e de solidariedade, da qual consideramos a imprensa negra parte importantíssima, que trouxeram os negros até aqui.

CAPÍTULO 3. A IMPRENSA QUE NÃO OUSA DIZER SUA COR

Até aqui preocupamo-nos em analisar e identificar como os negros durante o pré e o pós-abolição estruturaram sistemas próprios de comunicação como formas de resistência à escravidão. A constituição de redes de comunicação, dentre as quais incluímos os jornais negros, foi a forma encontrada para o restabelecimento de vínculos e para a resistência à escravidão. Conforme tivemos oportunidade de abordar, a imprensa quando não lhes foi hostil, assumiu, muitas vezes, postura ambígua com relação à escravidão. Quando ainda possuía características artesanais, cunho fortemente autoral, e dedicação a causas, abraçou a defesa da abolição. A chamada imprensa abolicionista, apesar de reproduzir o pensamento da elite escravista, tinha frestas por onde se expressavam intelectuais negros como José do Patrocínio, Luiz Gama, Machado de Assis, Ferreira de Meneses e André Rebouças.

Vamos prosseguir na análise do comportamento da imprensa hegemônica em relação não mais ao drama da escravidão, mas com relação ao processo de exclusão a que os negros passaram a ser submetidos após a abolição. O fim do trabalho escravo é parte do processo de afirmação do projeto liberal no País, e é nesse contexto que emerge um novo modelo de imprensa, fundado agora em bases empresariais.

3.1 O RACISMO EM PERMANENTE MOVIMENTO

O fim da escravidão sob a perspectiva jurídica e o início da República são marcos importantes da construção da cidadania no País. No entanto, esse novo edifício foi estruturado sob bases que tinham como pilares fundamentais a forma social escravista. O estigma da cor escura permaneceu sendo fator principal para a determinação do lugar de milhões de homens e mulheres no tecido social, uma vez que a República não criou mecanismos para a incorporação dos negros à nascente ordem econômica de perfil liberal. Houve uma clara opção pela importação de trabalhadores europeus, preferencialmente os alemães, para preenchimento das vagas na nascente indústria do País.

Conforme preconizado por Achile Mbembe, o processo de escravização, com o aprisionamento na África e transferência forçada para a América, marcou o início de uma vida baseada sob o prisma da cor. Na falta de um conjunto teórico sustentado em evidências que pudesse atestar a existência de raças diferentes, apelou-se ao subjetivo para, em função de traços corporais, estabelecer a discriminação e, conseqüentemente, a hierarquização entre pessoas. Segundo Sodré, categorias morfo-fenotípicas como “homem negro” ou “homem

branco” passaram a ser elementos constitutivos de um sistema que estabelece a cor clara como padrão existencial. Conforme Sodré:

Esse jogo hegemônico parece ainda mais evidente num contexto de memória escravista, como é o caso do Brasil. O racismo brasileiro ou a “racial-democracia” nacional tem a sua especificidade. Aboliu-se política e juridicamente o sistema de subordinação direta do corpo sequestrado, mas permanece a forma social correspondente (SODRÉ, M, 2018, p. 12).

Em *Racismo à Brasileira* (2003), Edward Telles aponta que, se após a abolição, tivessem sido criadas condições iguais para trabalhadores negros e brancos, a desigualdade racial existente no País seria bem menor. “No entanto, a transição brasileira da escravidão para o trabalho livre fez muito pouco ou nada para mudar as relações entre negros e brancos e entre trabalhadores e empregados” (TELLES, 2003, p. 251). É justamente nesse momento de transição que é configurada no Brasil a imprensa em moldes empresariais, que viria a ser o padrão hegemônico.

Telles (2003) constata diferenças entre Brasil e os Estados Unidos e a África do Sul no que se refere ao racismo, visto que esses dois últimos países instituíram de forma escancarada leis racistas. Segundo o autor, o Estado português e, posteriormente, o Estado brasileiro agiam de forma mais sutil para a criação de políticas que deram suporte à conformação da hierarquia racial. Sutileza que não significa menos efetividade das medidas criadas antes e depois da abolição com o intuito de discriminar. Da mesma forma que todo um conjunto de normas foi elaborado para dar curso à escravização de africanos - incluindo severos meios de repressão, como a tortura – depois da abolição, novos instrumentos legais foram criados para mantê-los à parte na sociedade. Queremos mostrá-los em ação, condicionando o cotidiano de homens e mulheres negras. Flagrá-lo dissimulado nas entrelinhas, mas ativo, persecutório.

O processo de construção do racismo brasileiro tem sido objeto de análise de diversos pensadores, incluindo diversos pesquisadores estrangeiros. Apesar das diferentes abordagens, emerge quase que um consenso em relação ao papel fundamental desempenhado pelas instituições, dentre elas a imprensa. Ao analisar o processo de marginalização do negro no pós-abolição, o historiador Joel Rufino dos Santos identifica um projeto nacional que começou a ser implementado ainda na metade do XIX. Segundo ele, os responsáveis legais pela construção do país, por pensar o futuro nacional, tinham como premissa a ideia de que os negros serviam para ser escravos, mas não para ser um trabalhador livre e assalariado. Esse pensamento foi materializado na decisão política de facilitar a entrada de trabalhadores brancos europeus, prioritariamente os alemães. Sobre isso, afirma Santos:

De toda forma e nos termos mais genéricos, o que vai ficando claro, com o avanço das análises, é que, no projeto de Nação das elites brasileiras, esboçado no século XIX, elaborado e completado no século XX, não há lugar para o negro e o índio – e

esta deliberação, traduzida em linhas de ação e estratégias políticas, aparece claramente como causa maior da que se convencionou chamar marginalização do negro. Nesse sentido, e não em outro, é que se pode dizer que a sociedade brasileira é essencialmente racista (SANTOS, 2015, p. 160).

Para o professor Joel Rufino dos Santos mesmo os apelos de líderes abolicionistas situavam-se, de certa forma, na esfera de influência do projeto de modernização do País. O fim do trabalho escravo, mais que uma questão humanitária, era fundamento básico para o desenvolvimento. “Havia, contudo, neste projeto progressista, uma conotação, um intento, uma sutil determinação racista: os negros não seriam promovidos a trabalhadores livres” (SANTOS, 2015, p. 161). Segundo Santos (2015), a imagem de escravo, após mais de trezentos anos de construção, estava indiscutivelmente associada a mulheres e a homens negros. “Qualquer análise da sua situação hoje deve pois, arrancar deste fato: os estereótipos contra o escravo se ergueram como primeira e mais sólida barreira à sua inserção no “país moderno” com que sonhavam os abolicionistas” (SANTOS, 2015, p. 161). Esses estereótipos foram determinantes para a exclusão dos negros do trabalho assalariado, lançando-os na marginalidade. Nesse processo, o Estado brasileiro, suas instituições e a imprensa desempenharam papel ativo, como procuraremos demonstrar.

Mbembe (2017) usa o termo *democracia de escravos* para caracterizar o arranjo institucional dos Estados Unidos das primeiras décadas do século XIX, quando o País contava com cerca de dois milhões de negros. Em 1900, os negros representavam cerca de 12% da população daquele País. Segundo ele, o destino desses homens e mulheres estava ligado ao dos brancos sem, no entanto, que suas condições de vida e perspectiva de futuro se misturassem. A democracia de escravos caracteriza-se justamente pela coexistência de pessoas regidas pela lei da igualdade e outras que pertencem à categoria de não-semelhantes, também instituída por lei. Nesse estado de coisas, segundo o autor, “o escravo não é um sujeito de direito, mas uma mercadoria como todas as outras. A cena mais dramática desta redução a pó é o linchamento. Este representa uma forma imensa, grotesca e exibicionista da crueldade racista que ocorre não atrás dos muros de uma prisão, mas no espaço público” (MBEMBE, 2017, p. 35). Com base no conceito desenvolvido por Mbembe, podemos afirmar que o Brasil constituiu uma “democracia de escravos”, pela forma como os negros foram apartados dos brancos sob o ponto de vista legal nos períodos pré e pós-abolição. Esse processo teve participação ativa do Estado.

Em *Responsabilidade objetiva do Estado* (2011), obra em que apresenta fundamentos jurídicos para defender a adoção de ações afirmativas, o pesquisador Ronaldo Jorge Vieira Júnior evidencia a ação direta do Estado brasileiro para criar privilégios para as pessoas de

origem europeia. Um dos objetivos do trabalho é desmistificar a ideia de que o racismo é um empreendimento de natureza privada, construído sem a participação direta de instituições estatais, o que diferenciaria o Brasil dos Estados Unidos, por exemplo. O autor pesquisou alvarás, cartas régias, decretos e leis do período que vai de 1822 (independência) a 1851 (publicação da segunda lei de combate ao tráfico de escravos), que revelaram iniciativas do Estado que, claramente, contribuíram para a institucionalização do racismo e da discriminação contra os negros.

A Constituição de 1824, a primeira do País, manteve intacto o edifício da escravidão. Segundo Vieira Júnior, as normas tributárias do período “são elucidativas da desumanização a que os negros estavam submetidos” (2011, p. 70), pois equiparavam seres humanos, coisas e animais, ao estabelecer a incidência de impostos e taxas sobre a propriedade desses bens. Em outra passagem, o texto constitucional vedava a naturalização do negro africano trazido como escravo, mesmo que obtivesse a sua liberdade, com a alegação de que eram estrangeiros. Mesmo os escravos nascidos no Brasil, que conseguiam a alforria e, conseqüentemente, a cidadania, viviam sob permanente insegurança. Até 1871, a alforria podia ser revogada, levando junto também a cidadania. A Constituição criava toda sorte de restrições à participação dos negros nas eleições. Mesmo os libertos nascidos no Brasil só podiam votar nas eleições primárias que escolhiam os “eleitores” que participariam da eleição em segundo grau, que escolhia deputados, senadores e membros dos conselhos de província. Os negros não podiam ser candidatos.

A Legislação do Império impunha restrições à manifestação religiosa dos negros, elemento fundamental para o restabelecimento dos vínculos, como abordamos no capítulo anterior. Segundo Vieira Júnior, “os cultos de origem africana eram considerados perturbadores da ordem pública, contrários à moral e aos bons costumes, sendo, portanto, vedados pela Constituição Imperial e pela legislação infraconstitucional” (2011, p. 79). Por sua vez, os imigrantes europeus tinham sua liberdade de culto protegida por mecanismos legais que criminalizavam o desrespeito e a zombaria. Conforme Vieira Júnior:

Identifica-se, então, que a legislação imperial tratava de forma diferenciada e discriminatória os cultos de origem africana e os cultos professados por outros estrangeiros de origem europeia. Aqueles eram considerados crimes por atentarem contra a moral pública, esses, permitidos e protegidos, por lei, contra zombarias, calúnias e injúrias (VIEIRA JÚNIOR, 2011, p. 79).

Havia restrições de natureza legal também com relação ao acesso à saúde e à educação, uma vez que esses direitos básicos eram prerrogativas de cidadãos, e negros escravos e libertos nascidos na África não possuíam a cidadania brasileira. Uma das

dimensões mais cruéis do arcabouço legal provavelmente era a restrição ao direito de ir e vir. A despeito de existir lei que considerava livres os negros que ingressassem no país após a edição do fim do tráfico, esses tinham uma série de condicionantes para sua livre circulação. Dentre as ignomínias, destacamos a exigência de portar uma lata pendurada ao pescoço onde deveria constar a carta declaratória de liberdade. O autor cita Decreto elaborado, em 1829, a partir de Resolução do conselho da Província da Bahia – que possuía à época a maior quantidade de escravos – estabelecendo que os escravos não poderiam deixar o local onde residissem sem documento assinado pelo senhor. “Interessante constatar que o ordenamento jurídico tratava o negro de forma discriminatória equiparando-o não ao cidadão brasileiro, mas, sim, ao estrangeiro, em face das exigências e restrições para deslocamento no interior do Império” (VIEIRA JÚNIOR, 2011, p. 83).

3.1.1 A Estética da Diplomacia

As medidas de restrição de circulação conjugavam-se com a criminalização da “vadiagem”. Uma série de artifícios legais impediam o acesso do negro livre ao mercado de trabalho, fosse no setor público ou no privado. Sem trabalho, esses homens e mulheres costumavam vagar pelos centros urbanos. O temor que qualquer reunião de negros despertava fez surgir uma ação repressora da polícia, que criminalizava essas pessoas simplesmente por estarem circulando no espaço público. Ou seja, o negro encontrava fechadas as portas para o mercado de trabalho, e abertas as portas das cadeias.

Esse processo de discriminação institucional teve continuidade mesmo após a Abolição e a Proclamação da República. O projeto político que, em 1930, chegou ao poder na figura de Getúlio Vargas – a despeito do retrocesso em termos de direitos políticos – promoveu significativos avanços em termos sociais, em especial na proteção aos trabalhadores. Em análise sobre a legislação do período, José Murilo de Carvalho (2018) reconhece os avanços mas pontua também aspectos negativos, como a exclusão de categorias que tinham grandes contingentes de pessoas de sua cobertura, como os trabalhadores (na grande maioria, trabalhadoras) domésticos. A política social, concebida como privilégio e não como direito, excluía justamente uma categoria que reunia um grande contingente de escravas. Segundo Telles (2003), “depois da abolição, homens negros receberam empregos precários e as mulheres geralmente trabalhavam como domésticas nas cidades, deixando-os com a responsabilidade de criar os filhos” (2003, p. 251).

Em um de seus últimos trabalhos, *A História do Negro no Teatro Brasileiro (2014)*, Joel Rufino dos Santos dedicou-se a pesquisar a participação dos negros na dramaturgia brasileira. O historiador revela um patrimônio de grande riqueza – que tem como uma de suas pérolas aquele que, segundo Santos, seria o mais antigo e universal drama brasileiro, o *Bumba Meu Boi* – que também sofreu com a repressão do Estado. Auto dramático representado por negros para negros, mestiços e índios, segundo Santos, o *Bumba Meu Boi* rompia com o monopólio da representação da sociedade pelo homem branco. O enredo carrega boa dose de subversão ao narrar a saga de um negro que, para satisfazer o desejo da mulher grávida de comer língua de boi, vai ao pasto e mata um animal, sem saber que se tratava do preferido do senhor. Depois desse ato rebelde, passa a ser caçado por índios por ordem do amo. Segundo Santos, essa “brincadeira” protagonizada por pretos causava medo na sociedade:

Todas as representações de negros, caboclos e índios – na sociedade que nada fazia sem eles – sofreram repressão e perseguição policial. O medo, tanto quanto o preconceito, explicam, por exemplo, a proibição por mais de um século, no Grão-Pará e no Maranhão, do Tambor de Crioula (SANTOS, 2014, p. 91).

A marginalização das expressões culturais dos negros pelo Estado é uma das principais características do racismo brasileiro. Em *Dicionário da História Social do Samba (2017)*, Nei Lopes e Luiz Antônio Simas, dedicaram espaço ao verbete “Repressão Policial”, em que registram a perseguição, inclusive por ações da polícia, sofrida pelo samba nas primeiras décadas do século XX. O cerceamento aos sambistas incluía a limitação de espaço e tempo; obrigação de registro policial para funcionamento das agremiações; aprovação dos roteiros de suas passeatas ou desfiles. O ordenamento incluía os instrumentos, com vetos àqueles que fossem “contundentes” como as frigideiras, agogôs, reco-recos de mola. Segundo os autores, “historicamente, a principal justificativa para a repressão foi a vadiagem, pelo que sambistas eram muitas vezes espancados e detidos, sem outro motivo legal” (LOPES; SIMAS, 2017, p. 240). Nesse contexto, insere-se a repressão às rodas de samba que aconteciam na tradicional Festa da Penha, no Rio de Janeiro, proibidas em 1904, 1907 e 1912; e na Festa do Bonfim, em Salvador (BA), também proibida no começo do século XX.

O fato é que, desde a chegada dos negros ao Brasil, suas reuniões e seus batuques foram objetos de permanente perseguições das autoridades brancas. Segundo Sodré (1998), para resistir, foi preciso desenvolver hábeis estratégias de dissimulação, realizando os encontros em locais pouco vulneráveis. Conforme já abordamos neste trabalho, um desses locais era a casa onde viviam Hilária Batista de Almeida (a Tia Ciata) e seu marido na Praça XI, o berço do samba no Rio de Janeiro. A existência de vários cômodos permitia que os

ritmos e as danças proibidas ocorressem longe dos olhos da repressão. “A casa de Tia Ciata, babalaô-mirim respeitada, simboliza toda a estratégia de resistência musical à cortina de marginalização erguida contra o negro em seguida à Abolição” (SODRE, 1998, p. 15).

No artigo *Uma genealogia das imagens do Racismo (1995)*, publicado na *Folha de São Paulo*, Muniz Sodré propõe uma análise histórica das “fontes” de imagens coletivas do homem negro no Brasil, particularmente, “aquelas bem acolhidas pelas elites e pelos aparatos de reprodução das ideias (escolas, manuais escolares, academias, obras literárias etc.) postos sob a égide do Estado Nacional” (Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/19/mais!/10.html>>. Acesso em: 22 out. 2020). Em nossa avaliação, a diplomacia é uma dessas fontes das quais nos fala Sodré. Instituição típica de Estado, tem papel estratégico no concerto das nações, uma vez que trabalha pela construção de consensos mínimos em meio a antagonismos naturais de povos com diferentes culturas. Cabe ao corpo diplomático, em nome do Estado, manter relações com os países amigos. É por meio do rosto dos homens e mulheres dessa carreira que uma Nação projeta a sua imagem perante o mundo. Ocupação de muito prestígio, no Brasil o cargo de embaixador é ocupado por homens – grande maioria – e mulheres brancos vindos do seio da elite. Não à toa, Rubens Ricupero, ex-ministro das Relações Exteriores, na obra *A Diplomacia na Construção do Brasil – 1750-2016 (2017)*, ao falar sobre a diplomacia afirma que “o ponto de partida é invariavelmente uma ideia de país que se pretende projetar”. O Brasil sempre quis projetar a imagem de um país de brancos. Sobre essa questão recorreremos ao pensamento de Abdias do Nascimento, que, ao comentar a presença da delegação brasileira durante discussão na ONU sobre o apartheid da África do Sul, 1968, afirma:

Esclareçamos de início que essa delegação se compunha exclusivamente de brancos, pois um dos setores tradicionalmente mais discriminadores contra o negro é precisamente o Ministério de Relações Exteriores. Não temos embaixadores de cor negra e nem qual quer negro na função de representante diplomático, enquanto até os Estados Unidos, país notoriamente racista, delega a algumas dezenas de negros a chefia de suas missões diplomáticas em diversos países do mundo. (NASCIMENTO, 2016, p. 105).

O País só veio a ter seu primeiro embaixador negro em 1961, quando Raimundo Souza Dantas foi nomeado pelo presidente Jânio Quadros para a embaixada do Brasil em Gana. Homem de origem humilde, Souza Dantas, lutando contra toda sorte de adversidades, tornou-se jornalista de prestígio. Por não ser um “diplomata de carreira”, sofreu preconceitos por parte da corporação do Itamaraty. No livro *África difícil (1965)*, espécie de diário de sua

experiência na África, Dantas relata sua amargura pela falta de apoio do Estado brasileiro à sua missão. Constata:

O meu propósito é apenas registrar que não passa de drama o que todos consideram conquista: ser embaixador. Da mesma forma que afastei de cogitação, nestas notas, quaisquer dos problemas da Embaixada, repito não desejar ocupar-me das decepções que tenho sofrido, de parte daqueles que, talvez por ser eu o Embaixador, procuram criar toda espécie de obstáculos em meu caminho, dificultando ainda mais o desempenho de funções que já são difíceis por natureza (DANTAS, 1965, p. 40).

Dantas termina o relato afirmando saber que não contava com ninguém no Brasil, que não tinha apoio no Itamarati, que o Presidente da República (Jânio, que o nomeara, não estava mais no poder) nem se lembrava das Missões na África, as quais ninguém dava importância. Conclui dizendo: “Diante desse lamentável panorama, por que teimar em permanecer”. (DANTAS, 1965, p. 40).

As práticas discriminatórias do Itamaraty tiveram curso nas décadas seguintes de forma escamoteada, por meio dos processos de seleção para a carreira. Sem um veto formal, os negros tinham o acesso barrado em “avaliações psicológicas”, e em entrevistas que incluíam análise da aparência dos candidatos. Tivemos acesso a documento oficial do Itamaraty com avaliação psicológica de um candidato negro que participou da seleção para diplomata em 1980. O “laudo psicológico” descreve o candidato como “pessoa resistente e de baixa adaptabilidade”, dentre outros comentários. Em outro trecho, a referência é explicitamente racista: “autoimagem bastante negativa (o que pode, parcialmente, ter origem em sua condição de “colored”²; mas não unicamente)”. Em outra etapa da seleção, havia entrevistas com diplomatas que formavam uma Comissão de Avaliação. Um dos itens do formulário a ser preenchido pelos avaliadores era “aparência”. No caso que tivemos acesso, três ministros consideraram a aparência do candidato “regular”; um considerou “razoável; somente um considerou “boa”. O “raciocínio” foi outro item avaliado: um dos membros considerou que o candidato tinha “dificuldade de ordenar o pensamento; dois consideraram “regular”; um considerou “médio”, e outro considerou “normal”. A Comissão opinou pela “inconveniência de que o candidato seja admitido às provas finais do exame vestibular de 1980 ao *Curso de Preparação à Carreira de Diplomata*”. O cidadão que não serviu para o Itamaraty veio a cursar doutorado em uma prestigiosa universidade europeia, e ocupou um dos postos mais altos da República.

2 Expressão racista largamente utilizada nas décadas de 60 e 70.

O item “aparência” sempre foi um artifício do racismo brasileiro para discriminar pessoas de pele escura. No caso do Itamarati, essa questão parece ter estado sempre entre as principais preocupações. O historiador e ex-embaixador Alberto da Costa e Silva já fez relatos sobre episódio que envolveu seu pai, o poeta simbolista Antônio Francisco da Costa e Silva, e o Barão do Rio Branco, chanceler à época. Nordestino, mestiço, Da Costa e Silva alimentava a pretensão de vir a ingressar na carreira diplomática. Ao falar sobre esse desejo com o próprio Barão, o poeta teria recebido negativa fundada em argumento típico do racismo brasileiro: era um homem muito feio. Não cabia na estética da representação do Brasil.

3.2 A ESTÉTICA DAS REDAÇÕES

A Abolição agudizou o temor que classes dirigentes sentiam dos negros. A hierarquia antes estabelecida fora abalada, o que despertou instintos de preservação de privilégios. Segundo Sodré (1995), a resposta da elite da época foi o revigoramento do racismo, que passou da modalidade de dominação para a de exclusão. Segundo o sociólogo Clovis Moura, o aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura. “Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação inclusive ideológicos foram mantidos e aperfeiçoados” (MOURA, 1988, p. 23). A efetivação desse projeto contou com a participação fundamental da imprensa hegemônica da época, que também fazia a sua transição do modelo artesanal para o padrão de indústria.

Com base no pensamento de Gramsci, podemos afirmar que essa nova imprensa teria papel fundamental no processo de obtenção do “consenso” da grande massa de ex-escravos, e na implementação da nova ordem econômica no País. No artigo, *Gramsci: a comunicação como política* (2014), o professor Eduardo Coutinho analisa as reflexões do autor italiano sob a perspectiva da comunicação social. Segundo Coutinho (2014) Gramsci dedicou-se a analisar o que hoje denominamos mídia partindo da premissa de que o estabelecimento da hegemonia está fundado na disseminação, na veiculação dos valores da classe dominante. A Sociedade Civil – entendida como o conjunto que reúne escola, Igreja, partidos sindicatos, instituições culturais e mídia – seria a arena onde os grupos de poder lutam para fazer valer sua visão de mundo. Segundo Coutinho, de todos os aparelhos que compõem a Sociedade Civil, a mídia seria “a mais importante das fortificações que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas” (COUTINHO, 2014, p. 5).

A quase que completa ausência dos negros das redações dos jornais brasileiros que ainda hoje verificamos é um quadro que começou a ser desenhado na virada do século XIX para o século XX. A abolição da escravidão e a proclamação da República criaram as condições políticas e econômicas para a emergência de uma imprensa em moldes empresariais. O nascente capitalismo e as novas relações de trabalho demandavam o suporte de um jornalismo que ajudasse a estabelecer a nova ordem. Segundo Werneck Sodré (1977), a passagem da pequena para a grande imprensa esteve diretamente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas. A transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço.

O jornalista e professor Juarez Bahia (1960) divide a trajetória da imprensa brasileira em três grandes fases. A primeira corresponderia às iniciativas desenvolvidas a partir de 1808, caracterizada por um jornalismo de perfil artesanal, autoral, muitas vezes iniciativa individual, e devotado a causas. A etapa iniciada por volta de 1880 marcaria o fim desse modelo, e o início da imprensa estruturada como negócio. “Os jornalecos de duas ou quatro folhas de reduzido formato e limitada penetração desaparecem não como por encanto, mas como resultante das novas condições econômico-sociais”. (BAHIA, 1960, p. 52). Um novo contexto político e um novo contexto econômico demandavam outra modalidade de jornalismo. Conforme Bahia:

Compreendem os editores que o âmbito restrito estabelecido pelo jornalismo sem muitas pretensões, mais literário e opinativo que informativo, não atende às necessidades humanas, que se multiplicam. Aceitam, afinal, que a imprensa deve ser veículo de interesse restrito. Ademais a profissionalização também vai se definindo (BAHIA, 1960, p. 52).

A profissionalização apontada por Bahia faz com que os intelectuais vocacionados para o debate do modelo anterior de imprensa sejam substituídos por dirigentes vocacionados para o negócio, que tinham como uma de suas principais preocupações agradar o poder. Segundo Marialva Barbosa, esse novo personagem tinha origem em famílias ricas, ligadas a grupos agrários com fortes conexões com autoridades do império. Era comum também que os proprietários dos jornais fossem filhos de importantes advogados, engenheiros e médicos, os quais ocupavam altos postos na burocracia do Império. Todos possuem capital simbólico de um título e/ou ligações e da efetiva participação junto ao grupo dominante. Outro aspecto a ser destacado nesses homens que vão impor novo padrão no jornalismo é que são quase todos advogados, formação que era a mais comum entre os jornalistas. Barbosa comenta esse aspecto:

Oriundos em grande número das faculdades de Direito, os que ocupam cargos de prestígio ou os que são redatores e repórteres nos jornais diários fazem, na maioria das vezes, da profissão patamar para alcançar posições políticas ou situações de estabilidade financeira, participando da burocracia estatal. Ser jornalista é, através do prestígio que o lugar confere e das relações pessoais que possibilita, “cavar” um cargo público ou ingressar na política e diplomacia (BARBOSA, 2010, p. 141).

Três grupos distintos habitavam as redações: “os jovens estudantes que ocupam cargos subalternos na hierarquia das empresas, sendo inicialmente revisores, repórteres policiais e, em seguida, repórteres especializados; o secretário, subsecretário e redatores; e os colaboradores”. De acordo com Barbosa (2010), os que ocupam cargos de prestígio ou os que são redatores e repórteres nos jornais diários fazem, na maioria das vezes, da profissão patamar para alcançar posições políticas ou situações de estabilidade financeira, participando da burocracia estatal. Ser jornalista é, através do prestígio que o lugar confere e das relações pessoais que possibilita, “cavar” um cargo público ou ingressar na política e diplomacia.

Temos então um quadro caracterizado por uma atividade organizada em moldes empresariais, que demandava profissionais com curso superior, e que, de preferência, deveriam ter relação de parentesco com pessoas de prestígio e boas conexões sociais. Isso no momento em que o nascente capitalismo brasileiro já tinha feito, de forma geral, sua opção pela mão de obra do emigrante europeu. Dado esse contexto, somos levados a concluir que a presença de negros nas redações dos jornais da imprensa hegemônica no começo do século XX devia ser algo muito raro. As brechas existentes no jornalismo autoral do século XIX, que permitiam a atuação de negros letrados como José do Patrocínio, Luiz Gama, Machado de Assis e Ferreira de Menezes não existiam mais.

Os principais estudos sobre a imprensa do começo do século XX não sistematizam análise da presença dos negros nas redações. Buscamos compor um quadro sobre isso a partir de diferentes interpretações das informações disponíveis, como autobiografias, perfis e escritos literários, além, da historiografia.

3.2.1 Mudança estrutural afasta os negros das redações

Em entrevista concedida ao autor, em 2003, na matéria, *A cor da notícia*, publicada na revista, **Lide**: a revista do jornalismo, do *Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro*, o historiador Joel Rufino dos Santos imputa ao racismo papel preponderante para a reduzida presença dos negros nas redações. Ele aponta relação direta entre a mudança estrutural na imprensa e a perda de espaço por parte dos jornalistas negros. Segundo ele, ao longo da história republicana diminuiu, proporcionalmente, o número de grandes jornalistas negros; quanto mais o jornal tornou-se empresa, menos negros no primeiro plano. Na entrevista, Santos declara:

Na metade do século XIX, cito Apulco de Castro, próspero editor de pasquins, antiabolicionista, monarquista, achacador, que morreu assassinado por oficiais do Exército; José do Patrocínio, abolicionista, primeiro monarquista, depois republicano.

Sem falar em jornalistas progressistas como Lima Barreto, Joviano e Abdias do Nascimento. (SILVA, W. A Cor da notícia. In: *Lide: a revista do jornalismo*. Rio de Janeiro, jan./fev. 2003, p. 10).

Em *História Cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000* (2007), Marialva Barbosa analisa a configuração do espaço físico da redação do Jornal do Brasil na virada do século XIX, a partir de uma fotografia do local. No texto, identificamos elementos que permitem especular a presença de negros em algumas posições. A autora menciona, por exemplo, a existência de um profissional encarregado de atender os pobres que procuravam o jornal. Considerando que falamos de um período pós-abolição, quando os negros foram deixados à própria sorte, sem educação, desempregados ou com empregos precários, podemos inferir que boa parte dos desafortunados que recorriam aos jornais em busca de socorro eram negros. Mesmo porque isso já ocorria no período pré-abolição, quando escravos e negros libertos em dificuldades procuravam ajuda nas redações, conforme já tivemos a oportunidade de mencionar neste trabalho.

Nesse sentido, perguntamos: um homem branco, com origem em um extrato privilegiado da sociedade, como era o caso dos jornalistas, aceitaria a função de passar o dia ouvindo relatos de negros miseráveis? Acreditamos que não. Por isso, consideramos a possibilidade de que os jornais mantivessem em suas redações pessoas negras para cumprir a tarefa de ouvir reclamações de outros negros, para estar em contato com eles, uma vez que essa tarefa seria considerada menos nobre por jornalistas brancos. Barbosa (2007, p. 38) cita ainda a divisão da reportagem em dois setores: um dedicado ao noticiário do interior e do estrangeiro; e outro dedicado ao noticiário local. Segundo a autora, este último ganhava cada vez maior relevância em função do interesse do leitor por crônicas do cotidiano da cidade, o que aumentava a importância do trabalho do repórter, segundo Barbosa:

Esses passam também a escrever verdadeiras crônicas do cotidiano, subindo os morros, descrevendo os bastidores das religiões populares, montando reportagens em série sobre curandeirismo, favelas e outros temas. (BARBOSA, 2007, p. 38).

Aqui, mais uma vez, encontramos elementos que permitem especular sobre a existência de um tipo de repórter dedicado à cobertura de temas ligados ao cotidiano dos negros que viviam nos morros e em bairros afastados da cidade do Rio de Janeiro. Afinal, quando no período pós-escravidão, falamos de moradia em morros, “religiões populares” e “curandeirismo” fazemos necessariamente referência aos negros e suas práticas culturais, um universo que nunca foi facilmente aberto para pessoas estranhas a ele. Essa condição, per si, já tornaria a realização da apuração jornalística muito difícil. Além disso, parece-nos que, em face da grande discriminação existente, a imersão nesse ambiente para a realização de

matérias provavelmente não era vista como algo de muito prestígio. Por isso, acreditamos que a redação contasse com espécie de “setoristas”, necessariamente negro, dedicado a essas apurações, como era o caso do jornalista Francisco Guimarães (conhecido como Vagalume), cuja trajetória abordaremos mais à frente.

Isso não significava, em nosso entender, que houvesse abertura para profissionais negros nas redações. Considerado o contexto de marginalização dos negros, as contratações seriam realizadas de maneira fortuita, determinadas muitas vezes pelo acaso, com a finalidade específica de realização de uma parte considerada pouco nobre dentro da rotina da redação, mas necessária. A competição entre os jornais pelo crescente público urbano, dentre eles a massa de ex-escravos demandava espaço no noticiário para questões do cotidiano da cidade.

3.2.2 Repórteres sob as sombras - De Vagalume a Tim Lopes

A historiografia sobre a imprensa brasileira não contempla análises sobre as implicações da ausência de profissionais negros para o jornalismo. Também são escassas as informações sobre o lugar ocupado na hierarquia das redações, assim como sobre os conflitos enfrentados pelos jornalistas negros que conseguiam ultrapassar barreiras e se estabelecer em uma redação no século XX. À exceção de produções sobre os grandes jornalistas negros do século XIX, o que temos são perfis ou biografias de alguns personagens de maior destaque, como é o caso de Lima Barreto. O fato é que, mesmo que em menor número, ou com menor destaque, alguns negros de grande inteligência e grande talento conseguiam furar as barreiras invisíveis do racismo, e acessaram as redações de importantes jornais no começo do século XX. A reconstituição das circunstâncias da existência desses negros dentro das redações, e a apreensão da discriminação que os oprimia no local de trabalho demandam um olhar atento sob os vestígios deixados em descrições sobre a rotina dos jornais, como observado a partir do trabalho de Marialva Barbosa; na literatura produzida por esses jornalistas e, também, em seus relatos autobiográficos.

É o caso da genial obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, misto de ficção e autobiografia do jornalista e escritor Lima Barreto. A obra narra a história de um jovem negro que vem do interior para o Rio de Janeiro e que, depois de várias agruras consegue um emprego de contínuo na redação de um importante jornal. Tendo como alter ego o personagem Isaías Caminha, Lima Barreto destila ácidas críticas contra o jornalismo, contra o ambiente das redações e contra os jornalistas, notadamente os chefes. Segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2017), sob a proteção de pseudônimos, Lima ataca o *Correio da*

Manhã, à época um importante jornal, que era visto por ele como exemplo maior da degeneração provocada pela entrada do capital no jornalismo. A partir da narrativa, é possível encontrar pistas sobre o difícil caminho percorrido pelo próprio Lima Barreto em sua opção por abraçar o jornalismo no começo do século XX. Sempre pontuando as situações cotidianas de racismo, Lima Barreto contextualiza o personagem dentro da redação numa posição em que permite seu trânsito diário entre as várias figuras que frequentam o local, incluindo importantes jornalistas.

Depois de algum tempo surge a oportunidade para que o jovem Isaias Caminha também se tornasse um jornalista, na narrativa essa posição de jornalista não foi conquistada pelo reconhecimento do seu talento, mas sim, a partir da compensação oferecida pelo Diretor de Redação ao contínuo que o flagrara em uma situação embaraçosa. Lima Barreto utiliza o recurso literário da ironia para revelar o que seria uma absoluta falta de critério nas decisões tomadas pelo comandante da redação, que diariamente decidia o que era ou não era notícia. No romance, mesmo após a promoção, Isaias Caminha continuou a ter que lidar com o preconceito de colegas de trabalho, que não perdiam a oportunidade de lembrar-lhe que “saiu da cozinha para fazer reportagem [...]” (BARRETO, p. 175).

Se o romance de Lima Barreto fornece pistas sobre a forma de entrada de um jovem sem relações em uma redação, a trajetória do jornalista Francisco Guimarães, que viria a ser notabilizado com o pseudônimo de “Vagalume” é reveladora de um traço que viria a caracterizar a presença dos negros nas redações: a alocação em funções consideradas menos nobres. De acordo com artigo do pesquisador Leonardo Affonso de Miranda Pereira (2015), sua caminhada no jornalismo tem início quando, ainda jovem, trabalhando como mecânico de trem, teve seu talento para as letras reconhecido por um jornalista que o convidou para auxiliá-lo na produção de notas sobre o dia-a-dia da Estrada de Ferro. A carreira ganha impulso quando consegue emprego no Jornal do Brasil, em 1898, ficando responsável pelas seções menos prestigiadas, como a cobertura policial. Esse trabalho, visto por muitos como menor, começou a forjar um estilo próprio de jornalismo, intimamente ligado ao cotidiano das classes populares.

A dedicação e a identificação com as histórias e os personagens fizeram com que as reportagens de Francisco Guimarães tivessem grande repercussão. Por conta disso, em 1901, começou a publicar, sob o pseudônimo de “Vagalume”, a coluna “Reportagem da Madrugada”. “Sem assinatura, tratava-se de um relato direto sobre os acontecimentos da noite carioca, com ênfase nas questões policiais e criminais” (PEREIRA, 2015, p. 16). Em 1904, transferiu-se para a redação do jornal *A Tribuna*, onde passou a ter uma coluna agora assinada

somente com o nome “Vagalume”. A partir da experiência de percorrer as ruas da cidade, de madrugada, em busca de histórias e personagens comuns, criou um estilo próprio de jornalismo. Escrevendo a partir da perspectiva das pessoas comuns, incorporava à sua narrativa temas de grande apelo popular.

Na busca da ampliação do número de leitores, desde os anos 1880, os jornais promoviam mudanças editoriais com o objetivo de incorporar às suas páginas as práticas culturais associadas aos negros. No entanto, a realização dessa tarefa não podia ser cumprida por repórteres com postura de distanciamento e olhar de desaprovação. Vagalume, conseguia, de fato, integrar-se ao universo dos personagens que queria retratar, frequentando na madrugada espaços onde poucos repórteres teriam coragem de se aventurar. Exercia um jornalismo vinculado ao cotidiano de trabalhadores negros e suas práticas associativas e religiosas, percorrendo bairros como Todos os Santos, Inhaúma, Engenho Novo, Caju. Seus personagens eram pessoas do povo – policiais, prostitutas, trabalhadores, curandeiros, músicos – gente que em circunstâncias normais estaria ausente dos espaços nobres da grande imprensa.

Na autobiografia *Um começo de vida*, o jornalista e ex-embaixador Raymundo Souza Dantas narra o percurso que fez entre o analfabetismo no interior de Sergipe e o jornalismo no Rio de Janeiro, então capital da República. Jovem de origem humilde, tomou gosto pelos livros e pelos jornais ouvindo a leitura que amigos e conhecidos faziam para ele. Os primeiros passos no jornalismo aconteceram em uma tipografia, depois de ter sido aprendiz de ferreiro, aprendiz de marceneiro, entregador. Nas oficinas dos jornais, chamou atenção com sua curiosidade e o gosto pela literatura. Sem saber ainda escrever, ditava histórias a um colega tipógrafo, histórias essas que eram publicadas em um jornal do interior e em um jornal da capital, Aracaju. O gosto pelos livros e pela escrita fez com que, em pouco tempo, passasse a ser figura presente junto ao círculo de escritores da Cidade.

Até que, em 1941, aos dezoito anos decidiu aventurar-se no Rio de Janeiro. Aventura é o termo correto a ser empregado para descrever a viagem de navio e a chegada à cidade, sem ter onde morar, teve que abrigar-se nas ruas. Foi na rua que foi reconhecido por um conterrâneo, o jornalista e escritor Joel Silveira. Esse encontro mudaria a sua vida. Levado por Silveira, Souza Dantas conseguiu vaga de contínuo na redação de *Diretrizes*, semanário político literário, que era ponto de encontro de escritores e jornalistas. Ali, começou amizades com intelectuais do porte de Graciliano Ramos, o que viria ser decisivo em sua carreira. Depois de algum tempo, conseguiu outro emprego em uma editora, onde, inicialmente

embrulhava e despachava livros nos correios. Após um período observando o trabalho na gráfica, convenceu o proprietário a dar-lhe a oportunidade como revisor.

O ambiente literário e o convívio com jornalistas e escritores acabaram moldando seu perfil profissional, e, criando oportunidades. Tornou-se jornalista de prestígio, com passagem em veículos importantes como o *Diário Carioca*. Uma trajetória que veio a ser coroada com a indicação para o cargo de embaixador do Brasil em Gana.

A prática de circunscrever jornalistas negros à editoria de polícia permaneceu durante muito tempo como uma das práticas discriminatórias do jornalismo brasileiro. Nesse espaço, a presença de negros mais do que aceita, sempre foi bem-vinda. Na maioria dos casos, eram pessoas sem o perfil definido pelas elites das redações para o jornalista. Por isso mesmo, esses profissionais eram estigmatizados como sendo bons para obtenção de informações, mas incapazes de produzir textos de boa qualidade. Funcionavam como uma espécie de investigadores, que circulavam em ambientes que jornalistas brancos tradicionalmente evitavam. Sobre isso, em depoimento ao autor, no começo dos anos 2000, um jornalista que preferiu não se identificar afirmou:

Eles eram necessários para fazer algumas apurações mais barra-pesada; para frequentar certos locais sem levantar suspeitas. Até hoje, isso continua funcionando um pouco. Afinal, não dá para mandar um repórter loiro, de quase dois metros de altura, fazer matéria de polícia em favela. (SILVA, Wellington. A Cor da notícia. In: **Lide**: a revista do jornalismo. Rio de Janeiro, jan./fev., p. 12, 2003).

À época desse depoimento, o jornalismo não identificado na entrevista, do Rio de Janeiro, passava por uma crise de consciência por conta do caso Tim Lopes (jornalista negro assassinado de forma bárbara quando apurava uma matéria em uma favela, na Zona Norte do Rio de Janeiro, para a TV Globo). Tim Lopes fora escalado para a perigosa pauta sobre tráfico de drogas e prostituição de menores, provavelmente, por ter a aparência comum do morador das áreas pobres do Rio de Janeiro. Sua presença não levantaria suspeitas de que era um repórter de um grande veículo de comunicação. Passaria por um dos moradores. Não era a primeira vez em que Tim Lopes faria uma matéria em que o fato de ser negro colocava-o dentro da cena sem que a identidade de repórter precisasse ser revelada. Ele já tinha colocado bermuda e chinelo de dedos para apurar a venda irregular de lotes de terra na comunidade de Rio das Pedras, na zona Oeste do Rio; já havia se misturado a meninos de rua e, também, se passado por operário das obras do metrô e por vendedor ambulante.

Em depoimento ao autor deste trabalho, o jornalista Alexandre Medeiros, profissional com passagem pelas redações de *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*, e um dos melhores amigos de Tim Lopes, disse que o repórter estava cansado de cumprir “pautas barra-pesada”,

e queria fazer algo mais ligado ao social. Segundo Medeiros, Tim Lopes teve que se esforçar muito para conseguir ter seu trabalho respeitado. De origem pobre, criado em favela, botou os pés pela primeira vez em uma redação como contínuo, a exemplo do personagem Isaías Caminha, de Lima Barreto e de Raimundo Souza Dantas. Deste modo, Medeiros afirma o seguinte sobre a trajetória de Tim Lopes:

No início, havia preconceito com relação à capacidade profissional dele, que não tinha a formação típica do jornalismo. Durante muito tempo, teve de conviver com a pecha de que sabia apurar bem, mas não sabia escrever. Ele se preocupava muito com isso, em mostrar que podia assinar uma matéria (SILVA, W. A Cor da notícia. In: **Lide**: a revista do jornalismo. Rio de Janeiro, jan./fev., p. 13, 2003).

À época do depoimento, Alexandre Medeiros tinha 22 anos de profissão, com passagens pelas redações de *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*. Segundo ele, Tim Lopes não foi o único jornalista vítima de preconceito racial que conheceu ao longo da carreira. “Fui chefe, e percebia que a turma do aquário” (sala onde ficam os chefes da redação), “muitas vezes, assumia uma postura preconceituosa”. Contou um episódio ocorrido quando trabalhava no *Jornal do Brasil* e escalou um repórter negro para cobrir uma festa de réveillon no Edifício Chopin, localizado na orla de Copacabana, e um dos endereços mais nobres da cidade do Rio de Janeiro. Segundo ele, um dos editores, quando soube da escalção do repórter negro, perguntou a Medeiros se ele estava louco, e determinou que fosse designada uma repórter branca para a cobertura. O repórter negro, apesar de qualificado, de conhecer personagens da política do Rio, o que poderia enriquecer muito a cobertura do réveillon dos ricos e famosos do Chopin, acabou designado para cobrir o réveillon da praia. Esse episódio ilustra com bastante propriedade uma questão abordada por Muniz Sodré na obra *Claros e Escuros* (2015) em sua análise sobre o racismo nas redações: a designação recorrente dos profissionais negros para tarefas de pouca visibilidade externa. Ou seja, tarefas que não coloquem o repórter como sendo a face visível do jornal junto a fontes de prestígio social. Uma coisa é entrevistar populares no meio da multidão na areia da praia; outra coisa é cobrir uma festa da elite carioca.

As trajetórias desses quatro jornalistas negros, apesar de separadas no tempo, oferecem importantes elementos para análise. O primeiro deles é o fato de o jornalismo do começo do século XX, estruturado em bases empresariais, chegar criando restrições à presença de negros nas redações. Os poucos que conseguem acessar a profissão fizeram isso à custa de muito talento e muita determinação, geralmente começando em uma função mais humilde como contínuo, entregador ou faxineiro. Quando tinham o talento descoberto, e conseguiam ascender à carreira de repórter, quase sempre eram designados para funções menos nobres, como o atendimento aos pobres que procuram o jornal; a cobertura da

“madrugada” ou a editoria de polícia. A exemplo dos jornalistas negros do século XIX, praticavam um jornalismo impregnado de suas dramáticas experiências pessoais com o racismo e a discriminação. Por isso, um jornalismo diferente interessado em mostrar pessoas e lugares habitualmente ignorados pela imprensa. No entanto, são profissionais sem poder para influenciar as grandes decisões dentro das redações, assunto que abordaremos a seguir.

3.3 A ELITE BRANCA COMANDA AS REDAÇÕES

O jurista Joaquim Benedito Barbosa Gomes foi o primeiro negro a ser nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Empossado em 2003, tornou-se presidente do STF em novembro de 2012. Pois, foi do lugar de chefe de um dos poderes da República que fez uma contundente análise sobre a imprensa brasileira. Principal orador do Dia Mundial pela Liberdade de Imprensa, evento promovido pela Unesco, em San Jose, na Costa Rica, falou para mais de 300 jornalistas de todo o mundo. Em seu discurso, destacou os avanços do país em relação à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, especialmente após a redemocratização, a partir de 1985, e a sanção da constituição de 1988. “Não existe censura no País, a imprensa exerce diariamente seu papel de trazer informação para o público, e de controlar o poder; criadores, artistas e escritores são inteiramente livres para realizar seu trabalho”. Reservou para o final, no entanto, a parte mais crítica do seu discurso. De forma direta, apontou a falta de diversidade racial da imprensa brasileira, ressaltando que falava dos três principais jornais de circulação nacional. Apesar de não dar os nomes dos veículos no discurso, deixou claro para a plateia que se referia aos jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Declara Joaquim Barbosa Gomes:

Como muitos de vocês devem saber, os negros representam cerca de 51% da população brasileira, de acordo com o último censo de 2010. Mas os não-brancos são muito raros nas redações dos jornais e nas emissoras de TV, e estão quase que completamente ausentes das posições de mando ou poder na mídia brasileira. É quase como se não existissem. Raramente, são chamados para expressar seu ponto de vista ou seu conhecimento, exceto em contexto de estereótipos. Esse realmente um grande problema para o País, em minha opinião. (GOMES, 2013, p. 9).

O presidente do STF apontou também a fraca diversidade política e ideológica nos veículos da imprensa brasileira. Afirmou que o Brasil tinha somente três jornais de circulação e repercussão nacional, “todos mais ou menos alinhados à direita no campo das ideias”. Mas o que acabou repercutindo mesmo – com direito a matérias em vários veículos, inclusive no *Jornal Nacional*, telejornal de maior audiência do País – foi a declaração sobre o racismo da imprensa.

Causou espanto o fato de uma alta autoridade da República falar de forma tão direta sobre a discriminação contra os negros existente no Brasil.

Joaquim Barbosa, ainda na condição de presidente de poder, voltaria a falar do racismo das instituições brasileiras em entrevista concedida à jornalista Miriam Leitão, publicada em *O Globo*, em 28.07.2013. Dirigiu duras críticas ao Itamaraty (“é uma das instituições mais discriminatórias do Brasil”); e novamente apontou para a imprensa, que, segundo ele, não daria a devida atenção ao racismo existente no País. “Não vejo nos meios de comunicação brasileiros uma discussão consistente e regular sobre essas questões”, disse. Questionado se o País estaria preparado para ter um presidente negro, respondeu que não. Segundo ele, ainda existiam fortes bolsões de intolerância contra os negros no País, dentre os quais incluía a imprensa. Segundo Joaquim Barbosa:

Porque acho que ainda há bolsões de intolerância muito fortes e não declarados no Brasil. No momento em que um candidato negro se apresente, esses bolsões se insurgirão de maneira violenta contra esse candidato. Já há sinais disso na mídia. As investidas da “Folha de S.Paulo” contra mim já são um sinal. A “Folha de S.Paulo” expôs meu filho, numa entrevista de emprego. No domingo passado, houve uma violação brutal da minha privacidade. O jornal se achou no direito de expor a compra de um imóvel modesto nos Estados Unidos. Tirei dinheiro da minha conta bancária, enviei o dinheiro por meios legais, previstos na legislação, declarei a compra no Imposto de Renda. Não vejo a mesma exposição da vida privada de pessoas altamente suspeitas da prática de crime. (GOMES, 2013, p. 9).

O então presidente do STF acabaria vendo-se obrigado a ir além das palavras no exercício da crítica ao racismo que via na imprensa brasileira. Por conta da coluna *Joaquim Barbosa: fora do eixo*, publicada em *O Globo*, em 19 de agosto de 2013, em iniciativa inédita para um chefe de um dos poderes da República, apresentou representação criminal junto ao Ministério Público Federal (MPF) contra o jornalista Ricardo Noblat, pleiteando a condenação pelos crimes de injúria, difamação e racismo. O texto do jornalista fazia afirmações como: “para entender melhor Joaquim acrescenta-se a cor-sua cor”; “Há negros que padecem do complexo de inferioridade. Outros assumem uma postura radicalmente oposta para enfrentar a discriminação”; “não é uma questão de maus modos. Ou da educação que o berço lhe negou”. O jornalista afirmou também que o Ministro não teria sido escolhido por seus conhecimentos jurídicos: “Joaquim foi descoberto por um caça talentos de Lula, incumbido de caçar um jurista talentoso e [...] negro”.

Na edição de 20.08.2013, a jornalista Miriam Leitão usou o espaço da coluna que assina para se contrapor a Ricardo Noblat. Ressalvando que a coluna era habitualmente dedicada a temas econômicos, Miriam Leitão escreveu que não poderia deixar de registrar a discordância com a manifestação do colega de jornal. “Já discordei várias vezes do presidente

do STF, mas profundamente me divorcio das frases de Noblat”. Destacamos também a manifestação - expresso em uma Nota Pública divulgada em 25.08. 2013 - da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do DF (Cojira/DF) sobre o episódio:

O jornalista pode discordar da postura do presidente do STF e criticá-lo. A Constituição garante-lhe esse direito. Noblat, no entanto, faz muito mais que uma simples crítica. Ao utilizar argumentos racistas, o jornalista pratica e reforça o racismo tão comum nas relações sociais no Brasil, prestando um desserviço a seus leitores e à sociedade como um todo. É exatamente por isso que nós, da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (Cojira-DF), resolvemos adentrar nesse debate na expectativa de interagir e condenar a argumentação racista de um colega de profissão.

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MPF/RJ) denunciou o jornalista por racismo, difamação e injúria contra o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Na denúncia, o MPF pedia ainda que a Justiça determinasse que a *Infoglobo* Telecomunicações, proprietária do site Globo, retirasse o artigo da internet, preservando o conteúdo como prova até o fim do processo. O Juiz responsável pelo caso, no entanto, rejeitou a denúncia.

O destaque que estamos dando às falas e à iniciativa do ministro Joaquim Barbosa deve-se ao ineditismo. Em nenhuma outra ocasião da história republicana, tivemos um Chefe de Poder, um legítimo representante do Estado brasileiro, dizendo sem rodeios que o País é racista, e que a imprensa majoritária é parte do processo de exclusão dos negros. Nunca uma autoridade foi capaz de realizar reflexão sobre o defeito de origem que a imprensa carrega: a falta de negros em seus quadros. Também não tem precedentes a iniciativa de um Chefe de Poder representar contra um conhecido jornalista, de um grande veículo, acusando-o da prática de racismo.

O fato é que, decorridos mais de cem anos da emergência das bases da imprensa empresarial, os negros continuam praticamente ausentes das redações dos grandes jornais brasileiros. Um quadro que, mesmo com o passar dos anos, não teve mudanças significativas. Em termos absolutos, pode ter acontecido aumento do número, mas a relevância das posições ocupadas e a visibilidade dos profissionais não aumentou. Nesse quesito, por sinal, a Televisão, em especial a telenovela, avançou bem mais que os jornais.

Na obra *A negação do Brasil (2000)*, o pesquisador Joel Zito Araújo faz um diagnóstico da presença dos negros na teledramaturgia brasileira no período de 1963 a 1997. De acordo com levantamento realizado pelo autor, mesmo considerando os anos 80 e 90, período de ascensão do negro na dramaturgia de teleficção, de 98 novelas produzidas pela Rede Globo – excluídas as que tiveram escravidão como tema – não foi encontrado nenhum negro em 28 delas. No que se refere à produção do imaginário, o trabalho constata a que as

representações dominantes “revelam a cumplicidade da televisão com a persistência do ideal de branqueamento e com o desejo de euro-norte-americanização dos brasileiros” (ARAÚJO, 2000, p. 305). Mesmo nesse contexto, o autor constatou avanços em termos de visibilidade.

Apesar de esse quadro de negação da multiracialidade do Brasil o quadro de negação da multiracialidade do Brasil ter sido uma constante na maior parte da história da telenovela brasileira, esse segmento da ficção seriada começou a dar destaque, na década de 90, a personagens negros e subtramas em suas histórias, que trazem novas formas para o país compreender a si mesmo, começando a criar no seu mundo virtual a percepção de uma nação resultante do empenho de diferentes grupos raciais e étnicos (ARAÚJO, 2000, p. 310).

Temos um quadro bastante diferente no que se refere aos jornais. Acreditamos que isso deva-se ao fato de a imprensa hegemônica não perceber a ausência de negros como um defeito que compromete a sua atuação, uma vez que fecham os olhos para um tema central na agenda do País. Como se fosse possível discutir questões nacionais de costas para um contingente superior a 50% da população. No livro *Sociologia do Negro Brasileiro*, Clóvis Moura analisa as razões de negros terem no começo do século XX criado uma imprensa própria. A chamada Imprensa Negra era feita com recursos de negros; por negros; com temas de interesse da comunidade negra. Em sua análise, para fazer o contraponto à imprensa dos negros, Moura refere-se à imprensa hegemônica como “*imprensa branca*”. Temos refletido se esse não seria de fato o termo mais adequado para designar os principais jornais brasileiros. Afinal, é uma imprensa sustentada com capital de famílias brancas; feita por pessoas brancas; com pautas de interesse das pessoas brancas, para o leitor branco.

Queremos destacar que o debate sobre o papel da comunicação e, mais especificamente da imprensa, sempre esteve no centro das discussões dos intelectuais negros e de suas organizações. Nomes como Abdias do Nascimento, Joel Rufino, Sueli Carneiro, Lelia Gonzalez, para citar alguns, dedicaram reflexões e falas à questão do silenciamento promovido pela mídia. Em 1978, por ocasião da criação do Movimento Negro Unificado (MNU), considerado o principal marco na formação do movimento negro contemporâneo, a questão era tida como estratégica na luta antirracista. A Carta divulgada à população durante o ato de criação do MNU já mencionava a necessidade de promoção de debate, e de circulação de informação para conseguir a conscientização e a organização da comunidade negra. Havia a clara compreensão do papel desempenhado pela grande imprensa em toda a discussão sobre racismo no Brasil.

3.3.1 Barreiras à ascensão

Abro espaço aqui para fazer o relato de duas experiências pessoais relacionadas ao racismo presente na imprensa brasileira que serviram de motivação para o desafio intelectual de realizar o presente trabalho. Dois episódios que, separados no tempo por dez anos, geraram inquietações e suscitaram questionamentos sobre o papel da imprensa na sociedade brasileira. Uma das ocorrências foi em 1992, durante o estágio de jornalismo no jornal *O Globo*, quando um subeditor de Política me confundiu com o “rapaz que consertava monitor de computador”. A confusão revelava o imaginário do experiente jornalista sobre o papel destinado a um jovem negro dentro da redação de um importante jornal. Até que ponto a imagem que esse profissional, de certa forma, tinha dos negros estava refletida no seu trabalho como jornalista? Outro evento marcante foi a reportagem jornalística sobre racismo nas redações de jornais e TVs do Rio de Janeiro que realizei. A matéria, *A cor da notícia*, publicada na revista *Lide: a revista do jornalismo* do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, reuniu depoimentos de negros e negras jornalistas, além de ter dado voz também a intelectuais como Joel Rufino dos Santos e Muniz Sodré. Os profissionais ouvidos, foram praticamente unânimes em afirmar que percebiam, sim, racismo nas redações onde trabalhavam.

Recentemente, a jornalista Yasmin Santos abordou o tema na monografia *Letra preta: a inserção de jornalistas negros no impresso (2019)*, seu trabalho de conclusão do curso de Jornalismo da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para realização da pesquisa, cujo objetivo era fazer uma reflexão sobre a inserção de jornalistas negros em veículos impressos, foram entrevistados 47 profissionais. Mais da metade deles, afirmou já ter sido vítima de racismo no local de trabalho. A pesquisa também confirmou a hipótese de que o ambiente majoritariamente branco das redações impacta psicologicamente os profissionais negros. Queremos chamar a atenção para uma informação constante do trabalho: muitos dos entrevistados pediram para não ser identificados, pois temiam ter problemas com as chefias dos veículos em que trabalhavam. Esse fato por si já é bastante revelador da pouca abertura para discussão do tema dentro das redações.

O jornalista baiano Carlos Alberto Oliveira (Caó) teve uma trajetória bem sucedida no jornalismo, tendo ocupado cargos de chefia em veículos como Jornal do Brasil e Veja. Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, e depois entrou para a política partidária, tendo sido eleito deputado federal pelo PDT, de Leonel Brizola. Nessa condição, foi autor da Lei 7.716/89, que definiu como crime o “ato de praticar,

induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Também regulamentou o trecho da Constituição Federal que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo. Em entrevista ao autor, em 2002, quando questionado sobre as razões para a pouca presença de jornalistas negros nas redações, Caó foi taxativo: “nas profissões nobres, a presença negra é fraca, é débil. E a causa disso é a discriminação racial. O jornalismo exige um nível educacional que o negro não tem”. (SILVA, Wellington. A Cor da notícia. In: **Lide**: a revista do jornalismo. Rio de Janeiro, jan./fev., p. 7, 2003).

A trajetória de Carlos Alberto Oliveira (Cao) foi uma das exceções no jornalismo brasileiro, uma vez que ocupou o posto de editor de economia na década de 70. Sua presença em um espaço tradicionalmente ocupado por profissionais brancos causava estranhamento. Segundo ele, algumas fontes não conseguiam disfarçar o espanto com o fato de um negro estar na condição de editor de economia de um veículo importante. “Uma vez marquei uma entrevista com um ministro do Governo Geisel. Ao chegar lá, percebi a surpresa dele com o fato de o editor de economia ser um negro”. (SILVA, Wellington. A Cor da notícia. In: **Lide**: a revista do jornalismo. Rio de Janeiro, jan./fev., p. 13, 2003).

Antes, ainda na década de 60, o também baiano Juarez Bahia, conseguiu adentrar os salões do jornalismo brasileiro. Quando tinha somente 13 anos, começou a trabalhar como secretário de importante advogado em Cachoeira (BA), sua cidade. Foi graças a esse contato que deu, aos quinze anos os primeiros passos no jornalismo, escrevendo para o jornal da família do patrão. Na cidade de Santos (SP), para onde mudou-se, trabalhou como estivador e tipógrafo antes de conseguir ser repórter. Tornou-se jornalista premiado, tendo ocupado cargo de Secretário de Redação, em uma trajetória atípica para um jornalista negro. Foi também correspondente internacional, passando por países como Espanha, China, Estados Unidos e Portugal, onde se radicou. Dedicou-se também à academia, tendo sido um dos primeiros professores do Curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Definitivamente, uma das raras exceções do jornalismo brasileiro.

A regra não escrita é que aqueles que conseguem vencer a barreira de entrada esbarraram na dificuldade para ascensão profissional dentro das redações. São raros os negros que, como Caó, Bahia e Muniz Sodré – que foi Diretor da TV Educativa – ocupam cargos de editores, diretores de redação ou colunistas. Estudo realizado, em 2019, pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (GEMMA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) buscou identificar o perfil em termos de raça e gênero dos colunistas dos três jornais de maior circulação no Brasil, no caso Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. O levantamento revelou que os homens brancos respondem por 68% dos cargos;

seguidos das mulheres brancas com 28% dos postos. Os homens negros representam cerca de 2%. As mulheres negras também ficaram em 2%.

O Instituto Reuters para o Estudo do Jornalismo (Oxford) divulgou, em julho de 2020, levantamento sobre a presença de jornalistas não-brancos nos principais cargos das redações de veículos de comunicação de cinco países: Brasil, Alemanha, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos. A escolha dos países considerou o histórico com relação ao imperialismo e à escravização de povos africanos. O trabalho intitulado *Raça e liderança na mídia: a evidência de cinco mercados* teve como pressuposto a ideia de que as posições de chefia dos veículos jornalísticos são importantes tanto substancialmente como simbolicamente. Substancialmente, pois os chefes tomam decisões importantes diariamente, decidindo o que é ou não é notícia. Nesse sentido, o entendimento é de que as experiências pessoais desses profissionais, muitas vezes, acabam interferindo nas decisões que tomam. Teriam também a função de ser a face visível dos veículos. A diversidade (ou a sua falta) dos chefes de redação teria também importância simbólica, pois influenciaria a forma como a mídia é percebida pelos diferentes segmentos da sociedade. Uma das principais conclusões do trabalho foi a sub-representação dos não-brancos nos veículos de comunicação. Em todos os países pesquisados, o percentual de não-brancos no conjunto da população é superior ao percentual de não-brancos que chefiam veículos de comunicação. Com base na amostra, o levantamento revelou que: na Alemanha e no Reino Unido nenhum dos veículos tem editor que não seja branco. Os EUA com uma população de não-brancos equivalente a 40%, tem dois editores não-brancos (11%). Maioria, só na África do Sul, onde 68% dos editores são não-brancos. A pior situação foi verificada no Brasil, país que tem 52% de não brancos na população, mas somente 5% de não-brancos entre editores.

3.3.2 O poder nas mãos de quem controla a pauta

Na obra, *Racismo e discurso na América Latina* (2008), o linguista holandês Teun A. van Dijk propõe-se a analisar o processo de reprodução do discurso racista em países do continente, dentre eles o Brasil. Dijk parte da premissa de que o racismo decorre de um processo de aprendizagem com a família, a escola, a comunicação de massa, assim como a observação diária e a interação nas sociedades multiétnicas. Segundo o autor, “a maioria dos membros dos grupos dominantes aprende a ser racista devido às formas de texto e de fala numa ampla variedade de eventos comunicativos”. (DIJK, 2008, p. 15). O autor confere grande peso nesse processo ao que caracteriza como “elites simbólicas brancas”, dentre as

quais inclui os jornalistas. Essa elite branca, na visão de Dijk, personificaria “a forma mais contemporânea de racismo” (DIJK, 2008, p. 16), uma vez que seria responsável pela propagação da ideologia racista. No caso do jornalismo, isso se manifestaria na escolha da linha editorial.

Como esclarece Sodré (2015), da confluência de interesses das diferentes elites - grupos de alta renda, ministérios, organizações do trabalho, intelectuais e meios de comunicação de massa - resultam os elementos que vão moldar o comportamento racista. No caso do Brasil, no que se refere aos meios de comunicação, a elite que detém a propriedade é composta basicamente por famílias, cuja origem do capital muito provavelmente remonta ainda à exploração do trabalho escravo. Segundo Sodré, a mídia desenvolveu-se aqui como bem patrimonial, o que torna essas famílias capitães da indústria da informação, que dá forma ao imaginário social. Partindo do pensamento de Habermas, Sodré identifica nesse controle o que caracteriza como uma feudalização da esfera pública. Esses “feudos” teriam a função de reproduzir e repercutir o pensamento e o imaginário das elites nacionais (pensando em termos de Brasil), que tiveram o seu poderio aumentado (na razão direta da concentração de renda) desde a república getulista. “A mídia é o intelectual coletivo desse poderio, que se empenha em consolidar o velho entendimento de povo como “público”, sem comprometer-se com causas verdadeiramente públicas nem com a afirmação da diversidade da população brasileira”. (SODRÉ, 2015, p. 277).

Sodré identifica no próprio sistema midiático (jornais, radiodifusão, editoras, agências de publicidade etc.) pequenas elites intelectuais especializadas na elaboração do discurso público, que reproduz o pensamento das elites econômicas, política e cultural de determinado contexto social. Essas elites – formadas por editorialistas, articulistas, editores, colunistas, âncoras de TV, criadores publicitários, artistas e jornalistas especiais – são chamadas por Sodré de “logotécnicas”. Compõe “uma espécie de “grupo técnico de imaginação”, responsável pela absorção, reelaboração e retransmissão de um imaginário coletivo atuante nas representações sociais”. No Brasil, de acordo com os levantamentos promovidos pela Universidade do Rio de Janeiro e pelo Instituto Reuters, os negros muito raramente integram a elite das redações dos jornais e das TVs. E quais as implicações desse fato para esses veículos?

No artigo, *A produção social das notícias: o mugging nos media*, Stuart Hall *et al.* (1993) abordam de forma crítica a prática jornalista, particularmente o processo de produção da notícia pelos veículos de comunicação. A argumentação central do texto é de que se trata de uma construção social, na qual os profissionais, principalmente aqueles com cargos de comando – a elite logotécnica de que nos elucidava Sodré – tem interferência direta. Partindo da

premissa de que não existem acontecimentos intrinsecamente noticiáveis que possam ser apresentados em estado bruto, os autores defendem que as notícias resultam de um conjunto de decisões de caráter altamente subjetivas tomadas pelos profissionais que trabalham nas redações dos veículos, sem que os critérios sejam conhecidos. Afinal, a cada instante uma gama enorme de fatos estão transcorrendo, no entanto, somente alguns são apresentados aos leitores como sendo de interesse deles. Como é feita a seleção?

Neste mesmo artigo analisa-se a influência de aspectos como a própria forma de organização interna da empresa de mídia, o que inclui a definição de departamentos/editorias, e também o desenho do organograma que estabelece e distribui os cargos; além do pacto implícito em torno do “extraordinário” como parâmetro de noticiabilidade. Mas, para os objetivos desta pesquisa, interessa-nos principalmente a abordagem sobre a discricionariedade de repórteres, editores e chefes de redação na tomada decisões não só sobre quais histórias são noticiáveis e quais não são, mas principalmente na forma como serão apresentadas. É o momento de inserir a notícia em um universo de significados que seriam familiares ao leitor. O pressuposto é de que um acontecimento só faz sentido se puder ser situado em um âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais, sobre as quais haveria consenso. Segundo Hall *et al.*, “este processo de “tornar um acontecimento inteligível” é um processo social – constituído por um conjunto de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona” (HALL *et al.*, 1993, p. 226). A mídia - assim como outras instituições das sociedades capitalistas e democráticas - operaria a partir da ideia de existência de um consenso, um pacto formulado a partir do pensamento das elites sobre o funcionamento ideal da sociedade. Na verdade, hegemonia travestida de consenso, de acordo com o pensamento de Gramsci. O enquadramento das notícias obedeceria a esse princípio básico. Conforme os autores:

Os media definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos. (HALL *et al.*, 1993, p. 228).

No artigo, *Senhores da Memória*, Marialva Barbosa (1995) analisa o papel dos jornalistas e dos jornais a partir da dialética lembrar/esquecer. A perspectiva da autora é de que ambos exercem um papel semelhante àquele exercido pelo historiador, que realiza uma espécie de edição do passado. Os jornais fazem a edição do presente. Para efeito deste trabalho, interessa-nos a abordagem de um aspecto rotineiro, mas pouco analisada da produção midiática: a produção do esquecimento, a partir do não registro de determinados

fatos do cotidiano de determinadas pessoas ou grupos. Nesse processo de escolhas, o interesse do público não é o único fator determinante para a seleção da notícia, uma vez que os interesses de natureza econômica e política a que os veículos estão submetidos são também considerados.

Possuindo esses critérios um sentido subjetivo, possível de ser ajustado à linha editorial do veículo, é preciso considerar também que o jornal sofre, não raro, pressões para suprimir informações ou opinar de uma determinada forma a respeito de certos assuntos” Tendo seus interesses entrelaçados com os dominantes, na verdade, a grande imprensa defende a classe hegemônica, mesmo quando aparentemente assume uma postura de oposição. (BARBOSA, 1995, p. 86).

Segundo Barbosa, os meios de comunicação, mais do que apenas divulgar, são criadores dos acontecimentos. Ao selecionar alguns fatos dentre outros, e transformá-los em notícia, na verdade, estão procedendo à criação do próprio acontecimento.

O fato de a morte de uma personalidade, de um encontro diplomático, de um massacre de menores, de uma chacina de prisioneiros serem mostrados na televisão e transformados em documentos impressos nos jornais e revistas, não só confere uma dimensão nova ao acontecimento, como em certa medida o constitui, o constrói (BARBOSA, 1995, p. 87).

Uma vez que as escolhas dos jornalistas estão circunscritas pela orientação de cada veículo de comunicação, estes, ao selecionar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, operam também como senhores da memória. “Assim, inúmeros fatos que ocorrem diariamente são relegados, em nome de preceitos universais do jornalismo, mas que são, sobretudo de natureza ideológica, à condição de serem esquecidos”. (BARBOSA, 1995, p. 94). Apesar da ressalva feita por Barbosa de que esse esquecimento não seria somente decorrente de escolhas intencionais dos senhores da memória, mas seria algo inerente ao humano, consideramos que essa capacidade que os jornais e os jornalistas possuem de suprimir do noticiário determinados grupos e determinados assuntos revela mais uma face da elite – majoritariamente branca – que comanda as redações.

Qual a importância do pensamento de Hall *et al.* (1993) e de Marialva Barbosa (1995) para este trabalho? Ambos, com abordagens diferentes, jogam luz sobre a subjetividade presente no processo de construção das notícias, que é decorrente de escolhas das pessoas que ocupam cargos nas redações. Essas decisões operariam essencialmente condicionadas pela função de reprodução do imaginário e das ideologias das elites políticas e econômicas, mas também contemplaria a visão das elites presentes nas redações. Uma vez que haja a prevalência de um grupo social como selecionador dos acontecimentos, a perspectiva será sempre a desse grupo.

No caso específico da realidade brasileira, temos um quadro de uma imprensa fundada com base em capital de homens brancos e operada essencialmente por jornalistas de pele clara. Sendo esse grupo hegemônico na sociedade, a interpretação de consenso que vai estar por trás da definição da notícia será sempre a sua, sem que os interesses dos demais grupos sejam considerados. Da mesma forma, a supressão de informações, a produção do esquecimento, recairá sempre sobre aqueles segmentos tradicionalmente excluídos, como é o caso dos negros.

Sodré, considera que o imaginário é categoria importante para se entender a permanência das representações negativas forjadas ainda no século XIX sobre o cidadão negro. O sistemático reforço do imaginário racista das elites tradicionais tem sido realizado, de forma dissimulada, mas efetiva, pela mídia. Sodré relaciona quatro fatores como sendo determinantes para o racismo midiático: 1. A negação, que consiste na tendência da mídia negar a existência do racismo, a não ser em situação de flagrante violação da lei antirracista; 2. O recalçamento, que consiste no fato de tanto no jornalismo como na indústria cultural haver um recalçamento de aspectos identitários positivos das manifestações simbólicas de origem negra. Haveria um desconhecimento por parte dos profissionais da mídia no que diz respeito à história do negro no Brasil e no Continente; 3. A estigmatização, que consiste no fato de, em um país de dominação branca, a pele escura tornar-se um estigma. Com relação ao negro, a mídia e a indústria cultural constroem identidade virtual (aquela que se atribui ao outro) a partir não só da negação e do recalçamento mas também de um saber de senso comum alimentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições.

Para efeito deste trabalho, queremos destacar o quarto fator elencado por Sodré que é a indiferença profissional. Segundo Sodré, diferentemente da imprensa tradicional que podia bater-se por causas públicas ou políticas, a mídia contemporânea pauta-se pelos ditames do comércio e da publicidade, pouco interessados em questões como a da discriminação do negro ou de minorias. Essa falta de empatia poderia ser explicada pela ausência de profissionais negros nas redações. Sobre isso, afirma Sodré:

Os profissionais midiáticos acabam dessensibilizando-se com problemas dessa ordem. Por outro lado, é reduzida a presença de negros nas fileiras profissionais da mídia brasileira. Quando indivíduos de pele escura conseguem empregar-se em redações de jornais ou em estações de televisão, mesmo que possam eventualmente ocupar uma função importante, são destinados a tarefas ditas “de cozinha”, isto é, aquelas que se desempenham nos bastidores do serviço longe da visibilidade pública. (SODRÉ, M, 2015, p. 280)

Sodré afirma que nenhuma verdadeira política antirracista pode ser implementada com o atual sistema discursivo da grande mídia. De fato, na primeira vez, desde a abolição, em que o Estado brasileiro tomou iniciativa no sentido da adoção de medidas compensatórias para a população descendente de escravos, aconteceu uma inédita mobilização de toda imprensa na direção contrária. Os veículos, de forma praticamente unânime, abriram espaço para jornalistas e intelectuais apresentarem argumentos contra a adoção de cotas raciais em universidades públicas, e também assumiram posição em editoriais. Um dos veículos que mais ativamente se manifestou contrariamente foi a *Folha de São Paulo*, inclusive por meio de editorial, fato que será abordado neste trabalho.

Ao analisar o papel da mídia no processo de formação da opinião pública, Stuart Hall e seus parceiros (1993) concluem que tanto na produção de notícias como na expressão de opinião por meio de editoriais, os veículos apresentam a interpretação do grupo dominante como se fosse um entendimento universal, um consenso. Esse processo foi utilizado de forma intensa no debate sobre as cotas. As ações afirmativas foram apresentadas como ameaça à integração do país, uma vez que iriam separar negros e brancos, e provocar guerras raciais. Levantamento realizado por Sodré (2015) nas matérias publicadas sobre o tema nos principais veículos da mídia verificou que, do ponto de vista ideológico, o argumento mais invocado foi um suposto modelo meritocrático, que estaria sob ameaça com as novas medidas. Isso em um País onde a questão relacional e o compadrio são fartamente utilizados pelas elites para obtenção de privilégios. O trabalho constatou também o uso de argumentos baseados na ideia de democracia racial, o que empurraria as cotas para o campo de iniciativas exóticas, sem cabimento em lugar em um país onde a desigualdade seria apenas de natureza social. O recado de articulistas e repórteres é claro: não somos os Estados Unidos. Sobre essa postura da mídia, questiona Sodré:

Fica mais ou menos evidente que a dificuldade dos setores mais conservadores da mídia em aceitar a existência premente do racismo no país, tanto em nível individual quanto institucional, induz as suas linhas editoriais – quase sempre consistentes e semelhantes no que concerne às cotas raciais – a condenarem iniciativas congêneres, optando mesmo por concessões ideológicas pontuais a fim de resguardar esta negação central. (SODRÉ, M, 2015, p. 319)

Essa campanha da mídia faz lembrar nota publicada pelo jornalista Ancelmo Gois em sua coluna em *O Globo*, por ocasião do lançamento de uma biografia do francês Charles de Gaulle. O texto reproduzia comentário do general e ex-presidente da França com o Secretário para Assuntos Africanos. Segundo Gois, De Gaulle teria bradado:

Estou farto dos seus negros. Nada disso tem qualquer interesse. Não me aborreça com seus negros. Não quero ver de perto nos próximos dois meses. Não tanto por tomar meu tempo, embora seja enfadonho, mas não cria uma boa imagem para o resto do mundo. Eles só veem negros no Eliseu. (GOIS, Ancelmo. Biografia de Charles de Gaulle revela lado racista do estadista francês. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 28 ago. 2020. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/biografia-de-charles-de-gaulle-revela-lado-racista-do-estadista-frances.html>>. Acesso em: 10 nov. 2020).

A partir das evidências que reunimos, acreditamos que atitude dos jornais brasileiros com relação aos negros ao longo do tempo tem sido idêntica à de De Gaulle. Nunca consideraram incluir seu ponto de vista, dar-lhes trabalho, muito menos viram na discriminação que sofrem um grande problema nacional. É como se, de certa forma, também dissessem: não me aborreçam com seus negros.

Esse quadro seria diferente se houvesse mais negros nas redações? O tratamento dado às questões envolvendo a população negra seria diferente? O retrato do negro na mídia seria outro? Sodré (2003) tem uma visão crítica sobre o assunto. Segundo ele, a presença de negros por si não seria suficiente para o surgimento de uma nova pauta:

É bem possível que se houvesse mais negros nas redações, estas se tornariam mais “colorizadas” e menos colonizadas pelo paradigma da branquitude que, como todos sabem, é o paradigma étnico do Ocidente. Mas não basta a cor da pele para caracterizar o que chamo de negro. Seria preciso um sujeito-profissional investido da consciência histórica de sua condição de descendente de africanos e comprometido com a luta pela cidadania plena. (SILVA, Wellington. A Cor da notícia. In: *Lide: a revista do jornalismo*. Rio de Janeiro, jan./fev., p. 14, 2003).

Na edição de julho de 2020 da Revista Piauí, a jornalista Flávia Lima assina o artigo *É só o começo – o racismo e a imprensa brasileira*, em que discute racismo e a ausência de negros nas redações. A partir de sua própria experiência de mais de vinte anos de trabalho em redações de grandes veículos, Lima faz afirmações bastante contundentes sobre o comportamento da imprensa brasileira no que se refere ao compromisso com a diversidade de sua força de trabalho. Em determinada passagem menciona “um país que não ousa nomear o seu próprio racismo, cuja imprensa serve como instrumento fundamental de sua reprodução”. (LIMA, Flávia. *É só o começo: o racismo e a imprensa brasileira*. Folha de São Paulo, *Revista Piauí*, ed. 166, jul., p. 39, 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/racismo-e-a-imprensa-brasileira/>> Acesso em: out. de 2020). A análise já seria incomum, uma vez que, diferentemente do que ocorre em países como Estados Unidos e Inglaterra, aqui

a imprensa não cultiva o hábito de abordar publicamente seus problemas. Mas, a crítica ganha contornos ainda mais relevantes pelo fato de Flávia Lima, uma mulher negra, ocupar atualmente o cargo de Ombudsman do jornal de maior circulação do país, a *Folha de São Paulo*.

A designação de uma jornalista negra para cargo de tamanha importância, e com tanta visibilidade é algo inédito no jornalismo brasileiro. Ocorre que Flávia Lima, considerando o posicionamento que assumiu no artigo, é segundo Sodré “um sujeito-profissional investido da consciência histórica de sua condição de descendente de africanos e comprometido com a luta pela cidadania plena”. (SILVA, Wellington. A Cor da notícia. In: *Lide: a revista do jornalismo*. Rio de Janeiro, jan./fev., p. 14, 2003). Quais seriam então as implicações da sua presença em um cargo importante para uma mudança do jornalismo da *Folha de São Paulo*, principalmente no que se refere ao posicionamento com relação à discriminação racial? Por ocasião da indicação de Flávia Lima, o jornal anunciou também a criação de uma editoria de Diversidade, cujo objetivo seria “estimular diversidade nas reportagens”.

A proposta desta pesquisa é constituir-se em um estudo sobre um segmento da imprensa brasileira, aquela produzida em padrões industriais, em grande escala. Uma imprensa financiada pelo capital de famílias brancas, realizada, pensada majoritariamente por homens brancos, destinada às pessoas brancas do país. As reflexões que pretendemos fazer são as seguintes: é possível falar em imprensa nacional quando se exclui um enorme contingente de pessoas do processo de produção e do consumo de notícias? Podemos afirmar que, da mesma forma que tivemos uma imprensa negra, feita por negros e voltada para os interesses da comunidade negra, temos uma “imprensa branca”? A imprensa nacional seria um mero exercício retórico, que toma uma parte como se fosse o todo? Esse lugar seria um lugar construído a partir de uma auto-narrativa dos próprios jornalistas, quase todos brancos? É possível que a imprensa volte a se dedicar a causas políticas e sociais, como o combate ao racismo?

No próximo capítulo vamos tentar responder algumas dessas questões, ao investigar se essas duas iniciativas da Folha de São Paulo têm sido capazes de promover, de fato, mudanças na postura do jornal em relação ao racismo brasileiro.

CAPÍTULO 4. A FOLHA DE SÃO PAULO E A POSSIBILIDADE DE UM JORNALISMO PLURAL

O jornal *Folha de São Paulo* (FSP) tem adotado um conjunto de medidas que indicam a intenção de adotar um jornalismo plural, no que se refere à diversidade racial. O jornal sempre realizou a cobertura de eventos ligados ao protesto negro, como os 100 anos da Abolição, os 300 anos de Zumbi dos Palmares e a Conferência de Durban. Mas, a exemplo do conjunto da grande imprensa, nunca assumiu postura de efetivo combate ao racismo. O jornal que, em um primeiro momento, apoiou a ditadura militar, reconheceu o erro, e se orgulha do grande envolvimento nas manifestações pelo restabelecimento das eleições diretas. Agora, diante dos sistemáticos ataques às Instituições feitos pelo presidente Jair Bolsonaro, promove uma campanha publicitária em defesa da democracia. No entanto, nunca viu no combate ao racismo uma causa a ser defendida em suas páginas.

Como pretendemos demonstrar, em sua trajetória de quase 100 anos, a Folha, assim como os demais grandes jornais, praticou um jornalismo indiferente à discriminação da população negra. Neste capítulo, vamos procurar identificar e analisar os caminhos que levaram a FSP da indiferença à adoção de medidas com o objetivo declarado de ter uma redação e um noticiário mais diversos. A nomeação de uma mulher negra como ombudsman, a realização de diagnóstico sobre diversidade na redação, a modificação de critérios de seleção de profissionais, por exemplo, são iniciativas que somente encontram paralelo na imprensa americana, que desde 1967, adota medidas para promover a entrada de jornalistas negros nas redações. Os primeiros resultados desse movimento inédito no jornalismo brasileiro serão aqui apresentados.

4.1 JORNALISMO FEITO NO SINGULAR

A *Folha de São Paulo* é o principal jornal do país em termos de circulação. De acordo com dados do IVC – Instituto Verificador de Comunicação, em 2019, a *Folha* registrou média mensal de 328.438 exemplares diários pagos, crescimento de 6,4% em relação à média de 2018. *O Globo* veio em segundo, com 323.172, e *O Estado de S.Paulo* em terceiro com 242.373. Ainda de acordo com informações do IVC, a Folha teve a maior circulação digital (236.059), seguida por Globo (213.352) e Estado (141.536).

O jornal é resultado da fusão de três outras publicações, sendo que, a primeira delas, *Folha da Noite*, criada em 1921. Tendo essa data como marco fundador, a FSP completa 100

anos em 2021. Um dos eventos previstos para as celebrações é o lançamento de nova edição do Manual de Redação, documento em que são apresentadas publicamente “as normas e recomendações que orientam o trabalho dos jornalistas da *Folha de S. Paulo*” (2018, p. 7). Pioneiro entre as publicações brasileiras, o *Manual de Redação*, lançado em 1984, teve revisões em 1987, 1992 e 2001. A última edição é de 2018, quando foram incorporadas novidades significativas na forma e no conteúdo, em função do impacto das transformações trazidas pela internet e pela concorrência das megacorporações americanas de mídia, notadamente *Google* e *Facebook*. A edição contemplou, pela primeira vez, uma seção com orientações sobre o comportamento a ser seguido por seus jornalistas nas redes sociais.

4.1.1 A favor da democracia, mas contra as cotas raciais

A *Folha de São Paulo* talvez tenha sido o jornal brasileiro mais competente na tarefa de criar uma narrativa sobre si mesmo. Juntando algumas diferenciadas iniciativas editoriais; capacidade de leitura do humor da população em relação ao momento político e competentes estratégias de comunicação, o jornal foi capaz de projetar para si um posicionamento de jornal “progressista”. Sua cobertura dos comícios suprapartidários que, em 1983, começaram a pedir a volta das eleições diretas renderam importantes dividendos em termos de reputação. O jornal soube como nenhum outro veículo entender o espírito das ruas, e apropriar-se da campanha que mobilizou o país. Ainda hoje, esse momento é utilizado pela *Folha* em suas peças publicitárias, em um processo de autoelogio, que Barbosa (2007) caracteriza como a formulação discursiva e memorável, por meio da qual os jornais criam um lugar particular para si.

No entanto, junto com a fama de jornal das *Diretas Já* existe ainda hoje, a controvérsia sobre eventual colaboração com a repressão durante a ditadura militar. Recentemente, o jornalista Jânio de Freitas, membro do Conselho Editorial e Colunista do Jornal, publicou artigo abordando a questão, que, segundo ele, era um tabu que assumia a responsabilidade de romper. No texto – em que criticou o título, *Jair Rousseff*, dado ao editorial, de 21.08.2020, que ao comparar políticas econômicas, fundiu os nomes de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro – Jânio de Freitas mencionou o que teria sido a colaboração da FSP com a repressão:

Trata-se do empréstimo, não sei se apenas episódico, de veículos da Folha à repressão na ditadura. Desde a redemocratização, essa colaboração substantiva e indigna é uma tinta pegajosa e indelével lançada contra a Folha, com justos motivos. Como sentença moral restaurada a cada atitude reprovável por determinados segmentos leitores (FREITAS. A Folha no erramos; editorial ‘JairRousseff’ trouxe de volta o tratamento de ‘ditabranda’: relações entre jornais e leitores são repletas de

equivocos de parte a parte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefreytas/2020/08/a-folha-no-erramos-editorial-jair-rousseff-trouxe-de-volta-o-tratamento-de-ditabranda.html>>. Acesso em: 20 nov. 2020).

Em 31.08.2020, o diretor da Redação da *Folha*, Sérgio D’Avila, publicou o artigo, *Uma escolha infeliz*, em que apresentava a versão do jornal para os fatos narrados por Freitas. No texto, admitia que o título “Jair Rousseff” fora uma escolha infeliz:

tentava resumir a pertinente comparação econômica sem levar em conta que colocava na mesma expressão o sobrenome de uma democrata que foi torturada pela ditadura militar e o prenome de um político apologista da tortura, que defende não só aquele regime como suas práticas vis e sanguinolentas. (D’AVILA. Uma escolha infeliz. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 de ago. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/08/uma-escolha-infeliz.shtml?pwgt=klz6rusapbujjg6m7wu0voz2ecyxn9mp1mjh259z39vui7sy&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift>. Acesso em: 20 nov. 2020).

D’Avila contesta diretamente as afirmações de Jânio de Freitas, principalmente aquelas relacionadas ao que teria sido a colaboração com a ditadura por meio de empréstimo de veículos. Em sua resposta, reproduz texto em que Octávio Frias Filho, Diretor de Redação no período de 1984 até 2018, afirma que solicitou, em 2011, que fosse realizada pesquisa para esclarecer o episódio. Os resultados constariam no livro ‘*Folha explica a Folha*’, da jornalista Ana Estela de Sousa Pinto (2012, p. 49). Consultamos a fonte e de acordo com a autora, durante mais de um ano de pesquisa, não foi encontrada menção ao empréstimo de veículos da *Folha* nem nos arquivos da ditadura, nem nos jornais clandestinos da guerrilha. Na ausência de registros, houve a tentativa de recuperar os episódios por meio de depoimentos das partes envolvidas. De acordo com a autora, do lado da guerrilha, pelo menos dois militantes de esquerda lembram-se de ter visto caminhonetes da empresa no prédio do Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Do lado da *Folha*, a direção não nega a possibilidade de a colaboração ter ocorrido, mas sem o conhecimento da empresa. Conforme Pinto:

Em entrevista em 2001, Octavio Frias declarou que, se houve algum tipo de ajuda, foi à sua revelia. Em 2006, em depoimento para a biografia do empresário, o diretor de redação, Otavio Frias Filho, militante do movimento estudantil no final dos anos 1970, disse considerar possível que veículos da empresa tenham sido usados por policiais e que, ao questionar o pai sobre o episódio, ele sempre negou ter sido consultado sobre empréstimos ou mesmo ter tomado conhecimento deles (PINTO, 2012, p. 57).

Além da relevância sob a perspectiva histórica, entendemos que a polêmica fornece elementos para análise de importantes aspectos editoriais da FSP. O Editorial, que expressa a posição do veículo, foi publicamente contestado por um colunista e membro do Conselho

Editorial, no caso Jânio de Freitas, que teve sua posição publicada no próprio jornal, fato bastante incomum quando pensamos na imprensa nacional. No caso da FSP, a eventual discordância entre a posição do jornal e de colunistas está prevista no Manual da Redação (2018, p. 22).

Desde a divulgação, em 1985, de seu Projeto Editorial, a Folha tem como uma de suas características editoriais a publicização de assuntos que costumam ser tratadas como “questões internas” pela maioria dos veículos de comunicação. Ao criar um Manual de Redação, o jornal, de forma pioneira, tornou público os princípios e os compromissos que fundamentam a sua atividade editorial. Criticada por muitos como mera jogada de marketing, a iniciativa dá ao leitor e aos pesquisadores, como no presente caso, instrumento para avaliar a coerência entre o que o jornal diz defender e o que efetivamente publica. No documento, estão expressos os “princípios editoriais”, dentre os quais destacamos:

3. Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público;
4. Promover os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa, da equalização de oportunidades, da democracia representativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes;
5. Cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista de diversos implicados em toda questão controvertida ou inconclusa (*Manual de Redação*: Folha de S. Paulo. 21 ed. São Paulo: Publifolha, 2018).

O jornal também torna pública em sua página na internet, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/o-que-a-folha-pensa.shtml>>. Acesso em: 10 de nov. 2020, sua opinião sobre determinados temas. “Sem deixar de abrir espaço a opiniões das mais variadas tendências, a *Folha* expressa seus próprios pontos de vista diariamente, por meio de textos não assinados, chamados, na tradição da imprensa escrita, de editoriais”, diz o texto de abertura. “As liberdades democráticas”, “O estado de direito” e a “economia de mercado” estão entre os princípios e valores que o jornal diz considerar inegociáveis. Está expressa também a defesa da “ação do poder público na correção de desequilíbrios e desigualdades”. Nesse mesmo documento, expõe o posicionamento institucional sobre temas diversos, tais como: redes sociais e fake news, combate à corrupção, economia, política, segurança pública, educação, ativismo judicial, Israel-Palestina, cultura, saúde, ambiente, união homossexual, aborto, drogas, cracolândia, desigualdade social, migração, mobilidade urbana, Venezuela.

O jornal não faz qualquer menção ao racismo ou à discriminação racial existente no País. No entanto, fez a opção de criar o verbete “Cota”, e de se posicionar: “O jornal não apoia a reserva de vagas no ensino ou no serviço público a partir de critérios raciais. Considera, porém, que são bem-vindas experiências baseadas em critérios objetivos, como renda ou escola de origem”. Ou seja, a *Folha* não tem posição sobre as desigualdades existentes em nosso país entre as pessoas de pele clara e as de pele escura, mas tem posição contra o instrumento criado para reduzi-las. No *Manual da Redação* (2018, p. 217) o verbete ETNIA menciona que “a *Folha* respeita o princípio da auto declaração e não admite referências preconceituosas ou discriminatórias contra grupos étnicos ou indivíduos”. Mas não há uma explícita manifestação antirracista, como a explícita posição do jornal contra as cotas.

4.1.2 A atuação em bloco da mídia

Esse posicionamento carrega um contrassenso. Afinal, é possível defender as “liberdades democráticas”, o Estado Democrático, os direitos humanos e a equalização das oportunidades sem assumir posição explícita de combate ao racismo presente na sociedade? Esse paradoxo nos remete ao pensamento formulado por Achille Mbembe que discorrendo sobre racismo afirma que sua ocorrência faz com que existam duas categorias de pessoas nas sociedades democráticas: umas protegidas pela lei da igualdade; e outras regidas pela lei da desigualdade. Tem-se então o que o autor chama de “democracia de escravos”.

A posição da *Folha* de São Paulo contra as cotas para estudantes negros nas universidades foi compartilhada por todos os grandes veículos de comunicação, constituindo o que Gramsci caracteriza como “intelectual coletivo”. Essa atuação conjunta para moldar a opinião pública já fora vista em outras ocasiões no Brasil. Sobre isso, declara Eduardo Coutinho (2014):

Mais do que os próprios partidos políticos, a *Folha*, o Estado de São Paulo, O Globo, *Veja*, enfim a mídia como partido modelou a opinião pública, criou o “clima” cultural indispensável às reformas liberais e às privatizações do governo Fernando Henrique. Com sua enorme capacidade de canalizar as “paixões elementares” das massas, o partido da mídia organiza e adequa com extrema eficácia a visão de mundo da sociedade às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e aos interesses dos grupos de poder (Coutinho, 2014, p. 8).

Para analisar a atuação em bloco da imprensa contra as cotas, recorremos ao pensamento de Muniz Sodré. Segundo ele, esse posicionamento deve ser abordado à luz de um quadro histórico em que os privilégios costumam ocultar-se tanto sob argumentos de mérito quanto de argumentos de rejeição intelectual ao *racialismo* (2015, p. 112). Mérito e *racialismo* foram dois argumentos usados à exaustão por jornalistas e intelectuais que ocuparam as páginas dos principais jornais e revistas para tentar convencer a sociedade de que as cotas causariam uma espécie de guerra racial. Por essa ótica, o País teria a harmonia abalada pela iniciativa exótica que provocaria guerras entre negros e brancos.

Sodré realizou um levantamento com o objetivo de identificar as linhas gerais da cobertura do debate sobre as cotas raciais nos veículos impressos de circulação nacional *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *Veja*. A análise abrangeu eventos que foram relevantes para a efetivação da política de cotas no Brasil, como a adoção, de forma pioneira, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de ações afirmativas como critério para ingresso; a proposta de Reforma Universitária do Governo Lula (2006); a manifestação do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade das cotas raciais em universidades; e a sanção da Presidente Dilma Roussef à Lei de Cotas (ago/2012). A pesquisa constatou que, de forma geral, a imprensa utilizou o discurso do mérito para se contrapor às cotas raciais.

A partir de um raciocínio conservador, que não discutia os critérios existentes de acesso à universidade pública, a mídia assumiu seu entendimento de meritocracia como valor absoluto. Segundo Sodré (2015):

Em nome do “mérito”, os redatores, comumente contrapõem as cotas raciais às necessidades de melhorias no ensino público médio e fundamental, construindo em um plano semântico a noção de que ambas as medidas seriam mutuamente excludentes (SODRÉ, M, 2015, p. 318).

Sodré (2015) aponta ainda para a utilização da pretensa “democracia racial” como argumento para caracterizar as cotas como algo estranho a um país onde haveria convivência harmônica entre negros e brancos, e a desigualdade se manifestaria somente em termos sociais. A solução desse problema não deveria ser pensada, portanto, em termos raciais.

O levantamento evidenciou que a dificuldade de os setores conservadores da mídia em aceitar a existência do racismo acaba induzindo as linhas editoriais, marcadamente de oposição as cotas. “É o que se percebe, por exemplo, na *Folha de São Paulo*, ao considerar, em editorial de 27.04.2012, que cotas sociais seriam mais adequadas ao país do que as “importadas” cotas raciais” (SODRÉ, 2015, p. 319).

Nesse editorial, a *Folha de São Paulo* expressou sua opinião contrária à decisão do STF que considerou que a adoção das cotas tinha amparo na Constituição. O principal argumento é de que as cotas deveriam ser de ordem social e não racial, uma vez que teríamos aqui um povo miscigenado. Conforme, o editorial:

São políticas corretivas que podem fazer sentido em países onde não houve miscigenação e as etnias se mantêm segregadas, preservando sua identidade aparente. Não é o caso do Brasil, cuja característica nacional foi a miscigenação maciça, seguramente a maior do planeta. (Folha de São Paulo, São Paulo, 27 de abr. de 2012, Editorial. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/39477-cotas-raciais-um-erro.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2020).

A *Folha de São Paulo* admite a existência do que chama de “dissimulado racismo à brasileira” (Idem), mas este não seria de natureza estrutural. A desigualdade teria fundamento social, portanto a solução do problema deveria pautar-se em critérios objetivos. “A serem adotadas políticas compensatórias, o que parece legítimo, deveriam pautar-se por um critério objetivo – alunos de escolas públicas, por exemplo – em vez de depender do arbítrio de tribunais raciais cuja instalação tem algo de sinistro” (Idem). Segundo Sodré, na argumentação da *Folha* está presente “o apelo a um idealizado modelo meritocrático, que estaria sendo ameaçado pelas políticas de ação afirmativa”. (SODRÉ, 2015, p. 339).

4.1.3 O histórico diante do protesto negro

Discorreremos sobre o posicionamento da Folha a respeito das cotas apenas a título de registro do pensamento do jornal sobre uma questão crucial para o enfrentamento do racismo, uma vez que a sua voz já não pode influenciar decisões sobre o tema. O assunto foi pacificado pelo Supremo Tribunal Federal que admitiu sua constitucionalidade em votação unânime dos 11 ministros. Da mesma forma procuramos conhecer o posicionamento do jornal por ocasião de outros importantes marcos simbólicos construídos pelos militantes do movimento negro nas últimas décadas. Para isso, recorreremos às análises de pesquisadores, cujas abordagens entendemos ser relevantes para o presente trabalho.

O jornalista Fernando Conceição (2004) realizou uma pesquisa que comparou a cobertura feita pela FSP dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, em 1995, com o trabalho realizado pelos demais veículos da imprensa brasileira, principalmente o Estado de São Paulo por ser o seu principal concorrente. De modo complementar, o pesquisador comparou a cobertura da Folha com o trabalho realizado pela imprensa americana, com destaque para o *The New York Times*, na abordagem de efemérides de grupos historicamente

discriminados nos Estados Unidos. Em 1995, o assassinato de Malcolm X completava 30 anos. Em sua análise, o autor destaca o papel da mobilização do Movimento Negro e de intelectuais na mudança de atitude da imprensa brasileira com relação à figura de Zumbi. Essa mobilização em torno do papel da comunicação no combate ao racismo será abordada neste trabalho mais à frente.

Segundo Conceição, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, os meios de comunicação de massa, mesmo sem abrir mão do sentido do discurso social hegemônico – estruturado em torno da democracia racial no Brasil, e das ações afirmativas nos Estados Unidos – costumam fazer concessões aos grupos historicamente discriminados em ocasiões festivas. Nesses momentos, segundo o autor, os negros seriam considerados pelo valor de uso, troca e consumo.

O projeto de cobertura da Folha de São Paulo para a efeméride dos 300 anos da morte de Zumbi, seguindo aquela lógica, obedeceu a interesses mercadológicos sabidamente assumidos pela direção desse jornal, de acordo com uma linha editorial “politicamente correta” e liberal assumida pelo veículo como estratégia de marketing (CONCEIÇÃO, 2004, p. 107).

Na visão de Conceição (2004), o posicionamento teria sido mera estratégia mercadológica do jornal, com o objetivo de se diferenciar da concorrência. A iniciativa pontual teria também caráter de “blindagem” contra críticas, sem que seja necessária a adesão a uma verdadeira agenda de combate ao racismo.

Em 1995, por ocasião dos 300 anos da morte de zumbi, a *Folha* realizou aquela que foi considerada a primeira grande pesquisa de opinião sobre o racismo brasileiro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/25/caderno_especial1.html>. Acesso em: 08 nov. 2020. De acordo com o *Datafolha*, foram ouvidas 5.081 pessoas maiores de 16 anos em 121 cidades do País. Entre outras conclusões, o levantamento apontou que: *89% da população tinha preconceito contra negros; os pobres e não os ricos manifestariam mais preconceito de cor* (itálico do autor). Outra conclusão foi que: *mais da metade dos negros concordariam com a afirmação “negro bom é negro de alma branca”* (*Folha de São Paulo*, 1995). À época, entrevistado pelo jornal para o caderno especial que apresentava a pesquisa, o geógrafo negro Milton Santos, ex-professor da Sorbonne (Paris), Columbia (Nova York) e Dar-es-Salaam (Tanzania) fez duras críticas ao trabalho. Segundo ele, o trabalho da *Folha de São Paulo* reforçava a intolerância contra negros por não definir claramente conceitos fundamentais como preconceito e discriminação. “Eu não estou seguro que a *Folha* esteja tratando corretamente a questão. O nível de imprecisão com que a palavra “preconceito” foi utilizada inutiliza muitos dos resultados”. (SANTOS, Milton. Racismo Cordial: entrevistas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1995, p. 8)

Santos viu na iniciativa uma estratégia de marketing do jornal, e não uma verdadeira preocupação com a discussão do tema. “Acho que o resultado dessa pesquisa é criar outros preconceitos. Pior do que os anteriores, porque aparentemente se tornam científicos. Eu, portanto, primeiro contesto a ideia de pesquisa para atestar esse tipo de questão” (Idem). Perguntado sobre a importância da comemoração dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, o geógrafo dirigiu críticas também à abordagem que a imprensa brasileira fazia da questão racial:

O Centenário da Abolição, em 1988, deu lugar a comemorações, a festas, a imprensa se ocupou do assunto e depois nada. Eu tenho medo que esses 300 anos de Zumbi deem na mesma coisa. Não dá mais para ficar só na constatação do racismo. (Idem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 de jun. de 1995, p. 8).

O intelectual defendeu um projeto no qual a limitada cidadania do negro fosse objeto de ações concretas. Fez importantes questionamentos a respeito de ações afirmativas, um tema que, no futuro, viria sofrer fortes resistências da *Folha*:

Por exemplo: Como é eu faço para que a USP tenha mais alunos negros? O que eu posso fazer para que o negro entre e permaneça na universidade? A resposta seria: com políticas compensatórias. O mundo inteiro tem políticas compensatórias de conquista social. Não me refiro aos negros. A reparação é necessária. Na medida em que uma comunidade é secularmente posta à margem, a nação tem que se ocupar dela. Os negros não são integrados no Brasil. Isso é um risco para a unidade nacional. (Id. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 de jun. de 1995, p. 8).

Iraci e Sarmiento (2004), com o apoio da Articulação de ONGs de Mulheres Negras, produziram estudo sobre a cobertura que a imprensa escrita brasileira fez da Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (CMCR), promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2001, na Cidade de Durban, na África do Sul. O monitoramento acompanhou a cobertura dos veículos *Folha de São Paulo*, *Correio Braziliense*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, além das *Revistas época*, *Isto É* e *Veja*. Durante o período monitorado, a Conferência esteve presente, com regularidade, nas páginas dessas publicações. De acordo com a análise do noticiário produzido, a cobertura privilegiou debates sobre ações afirmativas para afrodescendentes e discriminação de forma geral. Outros temas de destaque foram conflito no Oriente Médio e reparação de descendentes de escravos.

A *Folha* foi representada pela jornalista Fernanda da Escóssia, que segundo o levantamento foi a profissional que mais publicou matérias: 23 enviadas de Durban, além de quatro publicadas antes da Conferência. Todos os jornais escreveram editoriais com suas posições sobre a adoção de cotas para negros. A *Folha de São Paulo* - assim como *O Estado de São Paulo* e *O Globo* - mais uma vez expressou sua visão contrária. No texto, publicado dias antes do início da Conferência, o jornal admite a existência do racismo e a necessidade de extirpá-

lo, mas discorda da posição levada pelo Governo brasileiro. “O governo brasileiro, por exemplo, leva a Durban a proposta de criar cotas para negros e seus descendentes nas universidades públicas. Esta *Folha* se opõe ao sistema de cotas”. (Discriminação positiva. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de ago. de 2001, Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3008200103.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2020). Mais uma vez, o jornal recorre ao argumento da mestiçagem do povo brasileiro para dizer que a proposta das cotas seria inexecutável, pois seria impossível saber quem é negro no Brasil. O texto termina caracterizando as cotas com base em critérios raciais como uma injustiça.

De acordo com a pesquisa de Iraci e Sarmiento (2004), além dos editoriais, a *Folha* abriu espaço para a manifestação de articulistas contrários às cotas raciais, dentre eles o jornalista Jânio de Freitas, integrante do Conselho Editorial do Jornal. O jornal foi também aquele que mais abriu espaço para artigos assinados contra as cotas raciais: de quatro textos assinados, dois foram publicados na FSP.

À época da Conferência de Durban, o jornalista Bernardo Azjenberg exercia a função de ombudsman da *Folha*. O ombudsman é o profissional encarregado de, na condição de representante do leitor, fazer a crítica do jornal. Em 26.08.2001, Azjenberg publicou o texto “Os Invisíveis” em que criticava a imprensa pela indiferença com que cobria a questão racial (Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardoazjenberg/2001/08/1520184-os-invisiveis.shtml>>. Acesso em 08 nov. 2020). Segundo o jornalista, a movimentação ocorrida seis anos antes, por ocasião dos 300 anos de Zumbi, deu a falsa impressão de que o tema seria definitivamente incorporado à agenda, mas não foi isso que ocorreu. Conforme Azjenberg:

A verdade é que, de lá para cá, refletindo a indiferença velada para com o tema que perpassa a sociedade brasileira (em que pese o fato de ao menos 44% dos habitantes do país serem oficialmente negros), a imprensa pouco alterou o seu comportamento na cobertura de formas específicas, mais ou menos subliminares, de expressão do racismo (AZJENBERG, Bernardo. Os invisíveis. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de ago. de 2001).

Segundo Azjenberg, a discriminação contra pessoas de pele escura seguia sendo um tema tabu. “Com raríssimas exceções, o racismo e suas mazelas não frequentam as pautas diárias, estão alijados de qualquer iniciativa regular e permanente”. A crítica estendia-se à cobertura que a mídia nacional fazia da Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância. Afirma o jornalista:

Quantos leitores sabem que, há cerca de um ano, inúmeras reuniões se realizam para preparar o evento, aqui e em inúmeros países? Quais são as propostas e os pontos mais polêmicos, em nível internacional? Por que os EUA vinham ameaçando até há poucos dias boicotar o evento? (AZJENBERG, Bernardo. Os invisíveis. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de ago. de 2001).

Segundo o jornalista, os jornais demonstravam pouco interesse em abordar, na fase preparatória, os problemas que seriam discutidos em Durban. Essa postura contrastava com a disposição apresentada diante de outros encontros multilaterais.

Tal indiferença não se manifestou por ocasião de conferências anteriores da ONU, sobre direitos humanos em Viena, em 1993, e sobre direitos das mulheres, em Pequim, em 1995, para mencionar dois exemplos de acontecimentos que receberam ampla cobertura da imprensa, antes e depois. (AZJENBERG, Bernardo. Os invisíveis. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de ago. de 2001).

No artigo o jornalista questiona de forma direta a indiferença da imprensa em relação à discriminação. Diz, Azjenberg:

Evidentemente, o que se discute, aqui, não é apenas o noticiário sobre o encontro da África do Sul, mas aquilo que está por trás, à frente e em torno dele, ou seja: até quando a imprensa, relegando-a a terceiro plano, compactuará com a invisibilidade, com a existência da discriminação? (AZJENBERG, Bernardo. Os invisíveis. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de ago. de 2001).

Azjenberg externou ainda preocupação com uma eventual repetição do que aconteceu por ocasião das comemorações dos 300 anos da morte de Zumbi, quando, passados os eventos comemorativos, a imprensa retomou seu curso normal de silenciamento com relação ao racismo. Uma crítica que se aplicava não só à *Folha*, mas também a todos os veículos da imprensa majoritária. O autor dizia ter a expectativa de que a Conferência de Durban fosse “ponto de partida para reflexão e mudanças na abordagem da intolerância racial no Brasil pela imprensa” (AZJENBERG, Bernardo. *Folha de São Paulo*, 26 de ago. de 2001). Infelizmente, não foi o que aconteceu.

Em Racismo em Pauta – A pluralidade confrontada no noticiário da Folha de São Paulo na década de 2000, a pesquisadora Isabel Cristina Clavelin da Rosa (2011) analisa a cobertura do jornal sobre a temática racial negra em um período de 11 anos. A autora debruçou-se sobre o posicionamento editorial da Folha de São Paulo particularmente em três eventos de grande importância para a comunidade negra brasileira: o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial (21 de março); Dia da Abolição da Escravatura (13 de maio) e o Dia da Consciência Negra (20 de novembro). A partir da análise do material produzido pelo jornal, verificou-se que a temática racial estava presente na Folha de São Paulo, que vinha dedicando espaço à questão do racismo. Ocorre que essa cobertura era realizada com ausência de pluralidade, uma vez que, no que se refere às fontes, predominava o ponto de vista de determinados setores da sociedade, assim como a exclusão de outros grupos sociais como negros e mulheres.

Sobre essa questão afirma a autora:

O não-pluralismo coloca em xeque até mesmo a própria missão do jornal, resumida no slogan “um jornal a serviço do Brasil”, tendo em vista que a prestação de serviço será realmente efetivada quando for prestada para o País como um todo, isto é compreendendo a sua diversidade racial, étnica, de gênero, geracional, regional, cultural, etc. Sem o devido envolvimento de visões diferenciadas e a pluralidade de vozes, opiniões e posicionamentos, os grandes temas nacionais ficam prejudicados por serem objeto de debate ativo de alguns em detrimento de outros. (ROSA, 2011, p. 209)

Apesar da tentativa de aproximação da temática racial, segundo a autora, as notícias analisadas revelam traços de permanência do mito da democracia racial e do patriarcado na FSP. As evidências seriam a baixa representação de porta-vozes do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras entre as fontes entrevistadas. Haveria no jornal “uma notória e sistemática interdição da fala das mulheres como fontes entrevistadas – fator que obstaculiza o empoderamento das mulheres brasileiras e a paridade de gênero na esfera pública e no espaço público” (ROSA, 2011, p. 209). Em uma abordagem crítica, a autora afirma que seria importante a FSP abandonar o passado colonial e patriarcal, e passar a contribuir para o desmantelamento das desigualdades históricas de raça e gênero. A falta de pluralidade seria um grande obstáculo no caminho dessas conquistas. Afirma a autora:

os pilares do Projeto Folha, que sustentam a linha editorial do principal e mais influente jornal brasileiro, foram erguidos com material menos nobre, por assim dizer, quando confrontados pluralismo, jornalismo crítico e jornalismo moderno com a temática racial negra e a participação de vozes consideradas oprimidas na sociedade brasileira, tendo em vista o passado colonial e patriarcal (ROSA, 2011, p. 211).

A falta de pluralidade da Folha de São Paulo contribuiria diretamente para a interdição do necessário debate público sobre a discriminação racial, o que teria influência direta na perpetuação do racismo.

A análise dos posicionamentos públicos, permite concluir que a *Folha de São Paulo*, ao longo de décadas, tem restringido sua abordagem do racismo brasileiro à cobertura pontual de eventos/efemérides. Disso nunca resultou a assunção de compromisso editorial com a superação da discriminação dos negros. Conforme pudemos demonstrar, o combate ao racismo não aparece como questão prioritária para o Jornal, não integrando de forma explícita os princípios editoriais constantes de seu *Manual de Redação*. Pelo contrário, quando, pela primeira vez na história, o Estado brasileiro decidiu adotar medidas compensatórias com o objetivo de reduzir o abismo existente entre brancos e negros, a *Folha de São Paulo* optou por posicionar-se contra.

Esse histórico de priorização de um fazer jornalístico marcadamente branco e indiferente com relação às demandas da comunidade negra é algo presente na trajetória do jornalismo hegemônico, conforme já abordamos neste trabalho. Em função da permanente exclusão, ainda durante o processo de escravização, encontramos iniciativas da comunidade negra, no sentido, da constituição de sistemas próprios de comunicação. A partir dos anos 1930, a luta organizada contra o racismo assume como pauta o questionamento da imprensa organizada em moldes empresariais.

A partir dos anos 1970, quando a luta organizada contra o racismo estruturou-se em um movimento negro de amplitude nacional, com pautas específicas que não se confundiam com as de outros movimentos sociais, o questionamento da comunicação hegemônica ganhou centralidade.

4.2 O CAMINHO PARA UM JORNALISMO PLURAL

As cobranças e os protestos dos intelectuais e das entidades do movimento negro não tem poder para impor novas práticas, mas acabam por criar um ambiente que constrange ao expor a prática racista, principalmente a partir do advento das chamadas redes sociais. Isso no âmbito interno. No âmbito externo, o ativismo dos jornalistas americanos e sua reivindicação por diversidade repercutem e acabam por, de certa maneira, influenciar debates no Brasil. A exemplo de toda a discussão sobre o movimento abolicionista, as referências, mais uma vez, estão vindo de fora.

É nesse contexto que a Folha de São Paulo começou a implementar medidas com o declarado objetivo de aumentar a diversidade (principalmente no que se refere aos negros) dos profissionais de redação e do noticiário. Vamos discutir a natureza dessas medidas e verificar os resultados alcançados.

4.2.1 O exemplo que vem de fora

A jornalista Miriam Leitão foi uma das primeiras colunistas a discutir abertamente em um espaço de opinião de um grande jornal o racismo e a necessidade de implementação das ações afirmativas no País. No artigo *A imprensa e o Racismo (2002)*, Leitão afirma que o comportamento da imprensa com relação ao racismo era o mesmo que o da sociedade: fingia que não estava vendo. Na opinião da jornalista, o viés racista da imprensa era profundo e arraigado, mas não deliberado. “Ninguém resolve isso na reunião de pauta”. Segundo ela, a

falta de debate sobre o racismo na imprensa era uma falha, um problema do jornalismo brasileiro, que deixava de fazer uma discussão fundamental para o País. Conforme, Leitão:

Não existe uma cobertura diária sobre o fato de que 84 milhões de brasileiros são tratados de forma inferior, têm os piores empregos e os piores salários, são barrados ao longo da vida inteira por barreiras fortes, poderosas e invisíveis a olho nu. O Brasil tem que discutir o racismo se quiser ser grande, se quiser ser forte, se quiser ter uma economia viva (LEITÃO, 2002, p. 44).

Dezoito anos depois, na edição de *O Globo*, de 24.10.2020, Leitão volta ao tema com a coluna, *O racismo persistente*, onde aborda a recorrência da discriminação contra os negros no Brasil. Em uma passagem do texto, diz que o Brasil deveria discutir “sinceramente é como construiu uma sociedade com essa hegemonia de brancos em posições de poder, em todas as áreas, tendo mais da metade da população de não brancos” (LEITÃO, 2020, p. 34). Dentre esses espaços de poder monopolizado pelos cidadãos brancos, estão as redações dos grandes jornais. Parte da resposta para esse enigma, em nossa avaliação, reside no grande defeito do jornalismo brasileiro: a ausência de diversidade.

Dijk (2008) atribui às chamadas elites simbólicas brancas - que inclui políticos, jornalistas, escritores - papel central na reprodução do racismo. Essas elites desempenhariam importante papel no que se refere à comunicação e ao discurso público na sociedade. No caso do jornalismo, a elite seria composta por aqueles que comandam as redações e estabelecem a linha editorial na mídia. Segundo o autor, haveria o entrelaçamento dos interesses dos líderes dos vários grupos de elite, o que levaria inevitavelmente ao consenso em torno de determinadas questões. Segundo o autor:

Uma grande parte do alto escalão poderá concordar ou discordar ideologicamente entre si, mas, exceto em alguns conflitos, a concordância ou a discordância sempre se dará dentro de certos limites ideológicos, o que é óbvio no caso das questões étnicas, porque raramente há um conflito étnico entre as elites dominantes, já que tanto na Europa como nas Américas elas provêm do mesmo grupo étnico (DIJK, 2008, p. 17).

Por conta da existência desse consenso, Dijk (2008) considera que a imprensa e outros meios de comunicação operam dentro de uma lógica racista. Os jornalistas, na busca diária de informações para suas reportagens costumam recorrer a fontes consideradas críveis tais como autoridades governamentais, parlamentares, empresários, juízes, acadêmicos, policiais, em sua maioria, todos brancos. Segundo o autor, isso acaba fazendo com que as informações publicadas pela imprensa reproduzam o ponto de vista dos brancos, em detrimento da perspectiva de negros e indígenas. Afirma Dijk:

como a maioria dos líderes jornalistas não faz parte dos grupos minoritários, mostram pouco interesse ou motivação em desafiar e corrigir essas reportagens e opiniões tendenciosas. Nesse sentido, por causa de seu papel na mídia das elites, tanto jornais como TVs acabam contribuindo a seu modo para a representação discursiva do racismo na sociedade (DIJK, 2008, p. 21).

A ausência de negros nas redações dos veículos brasileiros nunca foi vista como um defeito, um problema da imprensa brasileira. O fato da falta de diversidade resultar em um produto jornalístico de qualidade duvidosa, e restrito a uma pequena parcela da população, raramente é considerado. As principais análises sobre o jornalismo brasileiro, de certa forma, naturalizaram a paisagem branca das redações. Mesmo Alberto Dines, um dos mais argutos analistas da imprensa brasileira, em seu clássico *O Papel do jornal* (1986), ao discorrer sobre a composição das equipes nas redações, não aborda a questão. O texto defende que um “jornal bem-sucedido é trabalho de uma orquestra de personalidades e ideias diferentes ou mesmo antagônicas, porém complementares, harmonizadas e equilibradas por normas ou metas comuns” (DINES, 1986, p. 58). Mas não discute a importância de um ambiente racialmente diverso para a produção de um bom jornalismo. O livro, *O mundo dos jornalistas* (2011), da antropóloga Isabel Travancas, apresenta o universo dos jornalistas e das redações, e discute ética profissional, poder e identidade, sem, no entanto, problematizar a ausência de negros nesse grupamento profissional.

Recorremos novamente ao pensamento de Dijk (2008, p. 18) para abordar uma questão que quase permanentemente é silenciada: o racismo praticado dentro das redações. “Na realidade, o maior tabu de todos os pontos é o “nosso” próprio racismo: por exemplo, diversos estudos mostram que raríssimas vezes se encontram histórias sobre racismo na imprensa dos jornais dominantes dirigidos pelas elites (brancas)”. O debate sobre essa questão, de fato, permaneceu por muito tempo silenciado. Como tivemos a oportunidade de abordar neste trabalho, alguns dos entrevistados para a pesquisa da jornalista Yasmin Santos sobre racismo nas redações preferiram não se identificar com temor das represálias.

Nos Estados Unidos, no entanto, o assassinato do cidadão George Floyd pela polícia funcionou como um grande catalisador das manifestações protagonizadas por jornalistas negros em redações dos principais jornais do País. Em discussão estiveram as arraigadas práticas que tem marginalizado os negros fora e dentro das redações. No *The New York Times*, um grupo de jornalistas negros e brancos rebelou-se contra a publicação de um artigo do Senador Tom Cotton defendendo o uso do exército para reprimir os protestos liderados pelo movimento *Black Lives Matter* que se espalharam pelo país. O desfecho do caso foi a renúncia do editor de opinião, James Bennet, que autorizou a publicação do artigo. De forma semelhante, o jornalista Stan Wischnowski, renunciou ao cargo editor chefe do *The Philadelphia Inquirer*, após a publicação de artigo com a chamada *Buildings Matter Too* (Prédios também importam) fazendo um contraponto jocoso ao *Black Lives Matter*. A saída foi precedida de manifestações de protesto de profissionais da redação do jornal. Os protestos

alcançaram também *The Wall Street Journal* (WSJ), principal jornal da comunidade de negócios americana. De acordo com matéria publicada no *The New York Times*, 07.06.2020, jornalistas do WSJ encaminharam carta para o comando da redação pedindo mudanças na cobertura de temas como raça e desigualdade, polícia e mesmo o mundo dos negócios, incorporando o dissenso, a controvérsia e o olhar sob outra perspectiva. Na carta, apontavam novos caminhos como nomeação de jornalistas para cobrir raça, etnicidade; a promoção de maior diversidade no ambiente da redação. Os jornalistas questionavam ainda o pouco apreço do jornal pela visão de fontes de outros estratos sociais, como trabalhadores e consumidores. Pouco tempo depois o comando do WSJ anunciou um conjunto de mudanças a fim de promover diversidade, equidade e inclusão, dentre elas a nomeação de um vice-presidente para cuidar desses temas, além da promoção de um jornalista negro ao cargo de editor.

O debate sobre a presença de negros nas redações dos Estados Unidos remonta aos anos 1960. Em 1967, a comunidade negra promoveu violentas manifestações nos estados de Illinois e Michigan, para protestar contra o racismo que lhes impunha precárias condições de vida. Para conter a revolta, o presidente americano Lyndon Johnson constituiu a *National Advisory Commission on Civil Disorders (Kerner Commission)* para investigar as causas da revolta e fazer recomendações para pacificar o país. Após sete meses de trabalho, a Comissão produziu um relatório de 426 páginas, em que a América branca e suas instituições eram apontadas como responsáveis pelo racismo que segregava os negros.

O relatório apontava falhas do Estado na promoção da educação e de políticas sociais que amparassem a população negra. Dirigia críticas também à mídia, que seria feita por homens brancos, a partir da perspectiva de homens brancos. Além de identificar os problemas, o Relatório da Comissão apontava para o futuro e fazia recomendações sobre diversos temas, como o aumento da cobertura da comunidade negra e de problemas raciais, além da contratação e promoção de mais jornalistas negros. O enorme impacto do relatório junto à opinião pública gerou uma forte reação de resistência por parte do presidente Johnson, que se recusou a implementar suas recomendações. No entanto, muitas empresas de mídia decidiram espontaneamente incorporar algumas das sugestões, e passaram a recrutar negros a fim de promover a diversidade nas redações.

Desde então, o debate sobre questão racial tem estado presente no ambiente das redações americanas. No início dos anos 2000, episódio envolvendo um jovem jornalista negro do *The New York Times* provocou grandes debates sobre as ações afirmativas. Jayson Blair fora flagrado inventando reportagens e plagiando textos, em um episódio que causou sérios danos à credibilidade do jornal. O fato de ter sido admitido em um programa de

incentivo à diversidade provocou acalorados debates em redações de todo o país sobre a real capacidade profissional dos jornalistas negros admitidos em programas de ação afirmativa, um debate que descambou para o racismo. No artigo, *Racial Reverberations in Newsrooms After Jayson Blair (2003)*, o jornalista e professor Neil Henry relata as mensagens que recebeu de jornalistas negros de todo o país com relatos sobre críticas e humilhações que estavam sofrendo por parte dos colegas brancos, que diziam que as ações afirmativas rebaixavam o padrão jornalístico.

O evento que é considerado o marco da mobilização dos jornalistas negros aconteceu em 2014, quando Michael Brown Jr., um jovem de 18 anos, foi assassinado por um policial branco. A decisão do júri de não indiciar o policial responsável pela morte gerou uma onda de protestos que começou na pequena cidade de Ferguson, no Missouri, e se espalhou por todo o país. O episódio foi o catalisador de um movimento inédito na imprensa americana, quando jornalistas negros de diversos veículos pediram às chefias para cobrir os intensos confrontos que estavam ocorrendo entre a polícia e a comunidade negra. Segundo o jornalista do New York Times, Bem Smith, o corpo de jornalistas que chegou para cobrir o caso era bem mais negro do que o que se via na maioria das grandes redações americanas. Em grande número, esses profissionais foram quase sempre confundidos com os negros manifestantes, e tornaram-se vítimas da mesma violência que se abateu sobre eles. Foi dessa condição que fizeram relatos sobre a fúria da polícia que via os manifestantes não como cidadãos cobrando o direito à vida, mas, como inimigos a serem combatidos.

No Brasil, temos um quadro muito diferente. As empresas de mídia nunca viram na ausência de negros nas redações um problema para o jornalismo que praticam. Nunca se dispuseram a discutir a adoção de ações para aumentar a diversidade. Diferentemente dos Estados Unidos, onde uma Comissão instituída pelo Estado para enfrentar o racismo apontou a necessidade de ações relacionadas à mídia, no Brasil, a despeito da reivindicação do movimento negro, o Estado nunca fez qualquer movimento nessa direção. Outro aspecto importante é que o número de jornalistas negros nas redações brasileiras ainda é muito reduzido, o que praticamente inviabiliza a realização de movimentos de pressão por mudança nos locais de trabalho, como tem ocorrido nos jornais americanos.

4.2.2 A inédita proposta de mudança

No Brasil, o único movimento estruturado de mudança com relação à adoção de medidas para reduzir o racismo na imprensa é o que vem sendo realizado pela *Folha de São Paulo*. Em nossa pesquisa, tomamos conhecimento de algumas iniciativas do jornal *O Globo* também na direção de ter mais diversidade na redação. Mas, ainda não se trata de uma ação estruturada como a da *Folha de São Paulo*.

A intenção de implementar medidas com o objetivo de alcançar maior equidade entre homens e mulheres, e diversidade de profissionais e de conteúdo foi anunciada, em 10.03.2019, pela então diretora de redação da *Folha de São Paulo*, Maria Cristina Frias, em entrevista à jornalista Paula Cesarino Costa, então, ombudsman do jornal. Instada a comentar o fato de ser a primeira mulher a dirigir o jornal, Frias disse que sua ascensão significava a quebra de um tabu que a *Folha* tinha feito antes da concorrência. Segundo ela, o fato de ser mulher ajudaria na busca de equilíbrio de opiniões e fontes diversas nas páginas do jornal, na elaboração de pautas que fossem de interesse de um público mais amplo. Havia a preocupação com a ampliação do leitorado feminino. Afirma Frias:

Quanto mais diversificada for a nossa redação, quanto mais vasta for a gama de experiências do nosso reportariado, melhor será a nossa cobertura e maior o público que atingiremos. Nossa redação tem cerca de 40% de mulheres, em linha com a presença feminina em jornais americanos e ingleses, mas queremos um equilíbrio maior, inclusive entre colunistas. (FRIAS, 2019. In: COSTA, Paula Cesarino. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 mar. 2019, Coluna, Ombusman).

A diretora de redação afirmava querer ter também diversidade racial e social na redação. Haveria incentivo para a presença de negros, de descendentes de asiáticos, e de pessoas que tivessem cursado o ensino médio em escola pública. Nesse sentido, seria instituída ajuda de custo para os participantes do Programa de Trainee, principal porta de entrada para novos jornalistas. Queremos destacar o fato de que, além de, Diretora de Redação e colunista, Maria Cristina Frias era também uma das herdeiras da FSP. Portanto, foi, provavelmente, a primeira vez em que a dona de um grande veículo de comunicação veio a público admitir que não havia diversidade nas redações.

Entendemos que a apreensão do contexto em que a direção do jornal anunciava a intenção de diversificar a redação e o conteúdo é algo importante para que possamos fazer a correta leitura do discurso oficial sobre as motivações das mudanças. Era um momento em que a *Folha* sofria violentos ataques do presidente da República Jair Bolsonaro, em função de reportagens da jornalista Patrícia Campos Melo que revelaram a compra ilegal de disparos de

mensagens pelo aplicativo *WhatsApp* contra o Partido dos Trabalhadores. Em entrevista concedida ao *Jornal Nacional*, da *TV Globo*, em 29.10.2018, Bolsonaro, já eleito presidente, afirmou: “Não quero que [a *Folha*] acabe. Mas, no que depender de mim, imprensa que se comportar dessa maneira indigna não terá recursos do governo federal”. Depois, prosseguiu: “Por si só esse jornal se acabou”. (Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/esse-jornal-se-acabou-diz-bolsonaro-ao-jornal-nacional-sobre-a-folha.shtml>>. Acesso em: 02 nov. 2020). A virulência dos ataques fez com que o jornal passasse a receber manifestações de solidariedade de leitores, jornalistas, autoridades e personalidades. Os registros feitos em redes sociais incluíam pedidos para que as pessoas fizessem assinaturas como forma de assegurar a sobrevivência do jornal diante da ameaça de cortes de verbas publicitária feita por Bolsonaro.

Essas manifestações foram amplamente reproduzidos pela própria *Folha*, que deu às iniciativas uma conotação de “campanha de defesa”. Matéria publicada em 30.10.2018, sob o título “*Ataques de Bolsonaro à Folha geram campanha espontânea de defesa do jornal*”, dizia: “A série de ataques que o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) vem fazendo contra a *Folha* teve como um de seus efeitos colaterais uma campanha virtual incentivando a assinatura do jornal. (Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/ataques-de-bolsonaro-a-folha-geram-campanha-virtual-de-defesa-do-jornal.shtml>>. Acesso em: 02 nov. 2020). Os constantes ataques do Presidente da República acabaram beneficiando o jornal, que viu seu número de assinantes aumentar. Somente em novembro de 2019, o jornal ganhou 2.640 novas assinaturas.

Pouco tempo após a entrevista em que anunciou as mudanças, Maria Cristina Frias foi afastada do comando editorial da *Folha de São Paulo* por decisão dos acionistas controladores, seu irmão mais novo Luiz Frias e a viúva do outro irmão, Otávio Frias Filho. O desentendimento teria ocorrido não em função de questões editoriais, mas sim em torno de discussões sobre questões societárias e sobre a realização de novos investimentos no jornal. O jornal faz parte do Grupo *Folha*, que controla a empresa UOL, portal de notícias que, por sua vez, controla a empresa financeira *Pag Seguro*. De acordo com o veículo especializado em negócios *Brazil Journal*, em 2018, o UOL levantou cerca de US\$ 1,17 bilhão na abertura de seu capital bolsa de valores. Em 2019, a empresa chegou a ter seu valor cotado em US\$ 9,4 bilhões na Bolsa de Nova York. O jornal, do ponto de vista financeiro, representa hoje uma fatia muito pequena dos negócios do Grupo. Ainda de acordo com o *Brazil Journal*, a divergência entre os irmãos envolveria a recusa do sócio Luiz Frias em utilizar recursos da empresa financeira para investir no jornal, o que era defendido por Maria Cristina Frias.

Queremos chamar atenção aqui para o fato de o jornal ser parte de um grupo que tem como carro-chefe serviços financeiros baseado no uso intenso de tecnologia, o que remete ao pensamento do professor Sodré sobre o fenômeno da financeirização, caracterizado pelo espraiamento do mercado financeiro para diversas esferas da existência. “De certa forma. O desentendimento que ameaça a *Folha* reproduz a tensão entre os dois legados do velho Frias (Otavio Frias, pai): o empresarial (desenvolvido por Luiz) e o jornalístico (construído por Otavio)” (Disponível em: <<https://braziljournal.com/no-briga-dos-frias-a-tensao-entre-dois-legados>>. Acesso em: 02 nov. 2020).

Com a saída de Maria Cristina Frias, em março de 2019, o jornalista Sérgio Dávila, que ocupava o cargo de editor executivo há nove anos, foi designado diretor de redação por decisão dos acionistas da empresa. A chegada de Dávila ao topo da redação não significou ruptura com relação à linha editorial. Trabalhando na *Folha* há mais de 25 anos, foi durante nove anos editor executivo, atuando sob a orientação direta do então diretor de redação Otávio Frias Filho, responsável pela criação do chamado *Projeto Folha*.

Em entrevista concedida, em 24.03.2020, Dávila afirmou que nem pressões de ordem econômica nem de ordem política mudariam a linha editorial. Segundo ele, o que garantiria a continuidade era a independência financeira. “Não existe independência editorial com empresa deficitária, ameaçada por credores”, disse. Com relação à necessidade de investimentos na redação, afirmou que, a despeito da crise enfrentada pela indústria de mídia, a *Folha* prosseguia investindo na produção de conteúdo, como a realização de grandes reportagens, e a produção de *podcasts*. Segundo ele, o jornal mantinha um time de repórteres especiais que não encontrava paralelo na mídia local, em qualidade e quantidade, além de ter colonistas das mais variadas tendências.

4.2.3 O rompimento com o Facebook

Perguntado sobre o que imaginava ser seu papel como diretor de redação, Sérgio Dávila disse que pretendia deixar o dia-a-dia nas mãos dos editores executivos e ocupar-se de cuidar das grandes questões, que definiriam o futuro do jornal. Queria inovar e rever processos antigos. Ainda como editor executivo, em fevereiro de 2018, Sérgio Dávila esteve à frente da decisão que levou a *Folha* a deixar de publicar seu conteúdo jornalístico nas páginas do *Facebook*. A decisão seria reflexo das discussões internas sobre as melhores alternativas para distribuição do conteúdo do jornal. A saída, que vinha sendo analisada em função de divergências relacionadas ao modelo de negócio da empresa americana, teria sido precipitada

pela decisão daquela rede social de alterar seu algoritmo, e passar a privilegiar o conteúdo de interação pessoal, em detrimento daqueles produzidos por empresas que fazem jornalismo profissional. Essa medida tornara evidente, na visão da *Folha*, a desvantagem de utilizar o *Facebook* para distribuição.

A *Folha* que, desde 2012, cobra por seu conteúdo veiculado na internet, foi o primeiro jornal brasileiro a adotar essa prática. Desde então, o jornal só permite o acesso gratuito a determinado número de textos. Ultrapassado o limite, o leitor é bloqueado, e para prosseguir na leitura deve fazer uma assinatura. O *Facebook*, no entanto, não permitia que a *Folha* colocasse barreira de acesso e pudesse monetizar o seu material jornalístico. Segundo o Sérgio Dávila (2018), essa imposição prejudicava o negócio da *Folha*. Deste modo, afirma ele:

Acreditamos que o presente e o futuro dos jornais está na cobrança pelo conteúdo on line. No entanto, o Facebook não permite a instalação de paywall, o que inviabiliza a cobrança. Além disso, o Facebook nunca comunicou previamente sobre as mudanças que processa em suas ferramentas. Um negócio sustentável e sério não pode depender de um parceiro assim (DÁVILA. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jul. 2018).

Teria também pesado na decisão do jornal a constatação de que a empresa americana e seu modelo de negócio constituem uma forte ameaça à sobrevivência da própria indústria de jornais. Na visão da direção da *Folha*, *Facebook* e *Google* estariam inviabilizando o negócio do jornalismo profissional. Segundo Dávila, essas empresas respondiam por 90% das receitas da publicidade digital, e teriam criado um oligopólio.

Ainda com relação ao *Facebook*, em entrevista para esta pesquisa, em 09.11.2020, o diretor de redação da *Folha* defendeu a decisão tomada em 2018. Disse que a mudança no algoritmo, além de prejudicar o modelo de negócios dos jornais, facilitou a difusão de *fake news*, fato que, segundo ele, veio a ser fartamente comprovado. “Nós dissemos isso ao *Facebook* à época, mas nada foi feito”. Dávila destaca o pioneirismo da *Folha* na discussão sobre os efeitos para a sociedade das práticas empresariais do *Facebook*. Conforme Dávila (2020):

Considero a Folha pioneira na decisão, antes mesmo de grandes anunciantes deixarem a rede social em protesto contra a proliferação e discurso de ódio, por exemplo, ou da constatação de que a divulgação sem filtros de *fake news* poderia influenciar grandes eventos mundiais. Isso ficou comprovado depois e tem levado países a pensar em regulação de empresas do tipo e tem levado seus dirigentes a audiências em Legislativos pelo mundo. (DÁVILA, 2020).

Dávila, pontua ainda que por muito tempo a *Folha* ficou sozinha em sua decisão, e sendo criticada por ela. “Era uma fase em que a maior parte dos usuários e empresas ainda estava com a concepção ingênua de que o Facebook visava o bem coletivo, não o lucro individual” (DÁVILA, 2020, entrevista). Até hoje, a *Folha* segue sendo o único jornal brasileiro a estar deliberadamente fora daquela rede social.

4.3 UMA EDITORIA PARA A DIVERSIDADE

Ao assumir a direção de redação, coube a Sérgio Dávila dar a forma final e implementar as iniciativas que visam levar maior diversidade ao jornal, e que constituem o objeto desta pesquisa. Em face do papel crucial que desempenha na definição da linha editorial, das rotinas, e da opinião do jornal avaliamos ser importante conhecer o pensamento do diretor de redação sobre questão racial no Brasil. Dávila, um homem branco, morou 10 anos nos Estados Unidos, onde foi correspondente da *Folha de São Paulo*. Nesse posto, travou contato com a imprensa americana e sua experiência de promoção de ações afirmativas nas redações. Em janeiro de 2010, por exemplo, entrevistou o jornalista negro Jayson Blair que, conforme abordamos neste trabalho, foi contratado dentro do programa de diversidade do *The new York Times*, e acabou demitido sob acusação de fraude na produção de matérias jornalísticas. O rumoroso caso fez recrudescer os casos de preconceito racial contra negros dentro das redações americanas. Acreditamos que a vivência com a experiência americana pode ter sido importante para a formação da visão do diretor da *Folha* sobre diversidade na mídia.

Em entrevista ao autor, Sérgio Dávila (2020) disse considerar o Brasil um dos países mais racistas do mundo. Em sua visão, esse racismo estaria presente também na imprensa. “A imprensa brasileira não deixa de ser um microcosmo da sociedade brasileira, com seus defeitos e qualidades. Então, sim, infelizmente a imprensa brasileira tem aspectos de racismo estrutural, na maior parte das vezes inconsciente”. Perguntado se acreditava ser possível fazer jornalismo de qualidade com uma redação composta e comandada majoritariamente por pessoas brancas em um país como o Brasil, respondeu: “Não, não é o desejável. Redações como a da Folha acordaram recentemente para a questão da diversidade em seus quadros. A renovação não será um processo a curto prazo. Mas ao menos foi detectado o problema e trabalha-se em soluções para resolvê-lo”. Queremos aqui destacar a relevância e o ineditismo do fato de um Diretor de Redação de um veículo da mídia hegemônica admitir que existe racismo na mídia, e que isso compromete o jornalismo.

Dentre as soluções apontadas por Dávila estão a criação da Editoria de Diversidade e a nomeação da jornalista Flávia Lima, uma mulher negra, para o cargo de ombudsman, iniciativas que serão discutidas neste trabalho.

A criação da Editoria foi anunciada em matéria publicada, em 28.04.2019, sob o título: *Folha cria editoria com missão de estimular diversidade em reportagens*. A editoria foi concebida não para ser um espaço de diversidade no jornal, mas sim para ter uma atuação transversal a todas as demais editoriais. Na verdade, seu papel seria educativo, levando o

olhar da diversidade para todo o jornal. A editoria não ficaria responsável pela produção de matérias nem teria repórteres. Segundo Sérgio Dávila, a editoria faria a análise das reportagens publicadas, verificando se foram privilegiadas as falas de homens, heterossexuais e brancos. Teria também a função de sugerir novas fontes para pautas e artigos. “Pensamos em ir além da questão homem/mulher ou raça. Queremos furar a bolha em que nós, jornalistas, vivemos. Tendemos a ser de classe média, brancos, moramos em bairros privilegiados de metrópoles. Acabamos tendo experiências muito parecidas”. (*Folha de São Paulo*, São Paulo, abr. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/folha-cria-editoria-com-missao-de-estimular-diversidade-em-reportagens.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2020).

Paula Cesarino Costa, que estava deixando o cargo de ombudsman, após ter o mandato renovado duas vezes, foi designada responsável pela nova Editoria. A jornalista estava na Folha há 30 anos, já tendo exercido as funções de chefe da sucursal do Rio, secretária de redação, editora de política, negócios, além de ter sido coordenadora do Programa de Treinamento. Em entrevista ao autor, Costa, que participou da concepção da Editoria de Diversidade, disse que o propósito da iniciativa era ter diversidade em termos de “quem escreve”, e de “quem aparece no jornal”. Segundo ela, as mulheres sempre estiveram presentes na redação, inclusive em cargos de chefia, mas sempre houve ausência de negros. A proposta era também ter pessoas com origem e formação diferentes. A preocupação com a diversidade deveria se estender também aos seminários e aos eventos promovidos pelo jornal.

Um dos aspectos mais importantes e inovadores da editoria de diversidade é a participação do titular nos processos de recrutamento e seleção de jornalistas, de modo que a preocupação com a diversidade esteja presente. Originalmente, o projeto previa ainda uma página semanal com discussões sobre diversos aspectos da diversidade - o que incluiria a perspectiva de portadores de necessidades especiais, autistas e cadeirantes – cumprindo uma função de educação. Mas o espaço acabou não sendo criado. Em novembro de 2019, Paula Cesarino Costa deixou a *Folha de São Paulo*. A jornalista Alexandra Moraes, há 20 anos no jornal, assumiu o posto.

O trabalho efetivo teve início com a realização de um diagnóstico sobre diversidade na redação e no noticiário produzido. Para a realização desse levantamento, o jornal contou com a parceria da organização É Nois, que desenvolve projetos para fomentar diversidade e representatividade no jornalismo. A edição impressa do jornal foi analisada a partir das categorias “gênero”, “raça” e “cobertura geográfica”. O estudo cobriu o período entre 17 a 30 de out. de 2019, e abrangeu as editorias: *Capa*; (*opinião/artigos*, p. 3); *Poder* (política),

Mercado (economia e negócios) e *Cotidiano*. Os resultados do levantamento não foram divulgados publicamente pelo jornal, mas foram disponibilizados para esta pesquisa. Em nossas análises, em função dos objetivos deste trabalho, vamos considerar somente as informações referentes à raça. As principais conclusões foram as seguintes:

- Brancos são maioria absoluta como profissionais que assinam produções do jornal (95%)
- Brancos são maioria absoluta como fontes (93%).
- Os brancos são mais retratados com imagens (76%), e são maioria como personagens das matérias (91%).
- Há raras assinaturas (reportagens, fotos, edições, colunas) de profissionais que não são brancos.
- As imagens de brancos são mais predominantes na Editoria Poder (87%). Na Editoria Cotidiano, há equilíbrio entre imagens de brancos e negros e outras raças.
- A consulta a fontes (citados/entrevistados) que não são brancas é residual em todas as áreas analisadas.
- Negros costumam estar em matérias relacionadas a Esporte, cultura, violência e internacional; pautas com enfoque em diversidade (gênero na igreja, políticas indígenas, racismo); política carioca.
- Com relação à cobertura geográfica do jornal, predomina o Centro/Centro Expandido com 69,6%. A Periferia responde por 17,4%.
- A Periferia está associada aos seguintes temas das matérias: conselho tutelar, merenda, falta de calçamento, cursinhos populares.

O levantamento dá números a uma realidade que já era perceptível. Os negros não estão presente na redação da *Folha de São Paulo*; estão fora do noticiário das seções relacionadas a política e negócios; praticamente não são ouvidos para a produção das matérias, e estão restritos aos noticiários relacionados a esporte, violência e episódios de racismo.

Em entrevista ao autor, a editora de Diversidade, Alexandra Moraes, disse que os resultados do levantamento serviram de subsídios para o desenvolvimento de um Plano de Ação que está sendo implementado com o objetivo de aumentar a diversidade do jornal. Dentre as iniciativas, ela relaciona:

1. revisão dos métodos de recrutamento e seleção de jornalistas, com a participação obrigatória da Editoria no processo de escolha. Foram estabelecidas metas com relação à contratação de profissionais negros nas editorias;

2. Implementação de pagamento de bolsas para os participantes do programa de trainee da redação. Com isso, a expectativa é de que mais estudantes de baixa renda e de bairros da periferia possam participar do programa que é principal porta de entrada do jornal;
3. Ampliação do espaço para expressão de opinião de jornalistas e intelectuais negros no jornal;
4. Revisão do Manual de Redação à luz dos princípios da diversidade. Uma das mudanças será a incorporação do verbete “Diversidade”, o qual já se encontra redigido. O lançamento da nova edição acontece em 2021, por ocasião das comemorações do centenário do jornal.
5. Recentemente o jornal realizou seminário para discutir a possibilidade de revisão de seu posicionamento que sempre foi contrário às cotas raciais. Uma possível mudança passa a ter caráter meramente simbólico, uma vez que o tema já foi pacificado com a decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou as cotas raciais constitucionais.

Em entrevista ao autor, Alexandra Moraes relatou que o jornal tem realizado também o trabalho de inclusão dos profissionais negros recém-contratados no ambiente de trabalho. O objetivo seria assegurar a saúde mental das pessoas. Declara:

Não adianta contratar negros, e não fazer um trabalho de inclusão. A pessoa vai para um ambiente extremamente tenso, com uma cultura predominantemente branca, masculina, que já é difícil para os próprios brancos. A gente precisa melhorar a comunicação, o ambiente, para assegurar a inclusão das pessoas que pretendemos contratar (MORAES, 2020).

4.4 A NOMEAÇÃO DE UMA MULHER NEGRA COMO OMBUDSMAN

A *Folha de São Paulo* teve uma atitude pioneira no jornalismo brasileiro quando, em 1989, decidiu criar o cargo de ombudsman. De acordo com o Manual de Redação do jornal (2018, p. 33), o titular desse cargo atua como representante dos interesses do leitor, das fontes e dos personagens do noticiário na estrutura do jornal. O diretor de redação é responsável pela escolha do profissional que vai ficar à frente desse cargo, tendo mandato de um ano, que pode ser renovado três vezes. Entre suas atribuições estão receber, investigar e encaminhar as queixas dos leitores; a realização de uma crítica interna diária do jornal, a publicação de uma coluna de comentário críticos não só sobre a *Folha*, mas também sobre os meios de comunicação.

Sem vínculos com a redação, possui independência para abordar os temas e questões que julgar conveniente, sem precisar submeter os textos da coluna à aprovação. Durante o período de exercício do cargo, não pode ser demitido, e tem assegurados mais seis meses de estabilidade após deixar o cargo. Seja pela prerrogativa de poder fazer críticas ao trabalho das editorias; seja pela capacidade de induzir mudanças na abordagem de determinados temas; seja pela visibilidade que a coluna confere; seja pelo acesso direto ao diretor de redação, o fato é que o ombudsman é um cargo de prestígio e de poder dentro das redações. O primeiro a ocupar a posição foi o jornalista e professor Caio Túlio Costa, que ajudou a dar contornos ao cargo. Em entrevista ao autor, disse que a direção do jornal teve como fontes de inspiração a nomeação do ombudsman do jornal espanhol *El País*, que à época era o modelo de jornalismo para a *Folha*; e também o trabalho dos diferentes ombudsmen do *The Washington Post*. Desde então, doze jornalistas já passaram pela função, sendo quatro mulheres. Todos brancos.

Em matéria publicada, em 28 de abril de 2019, a *Folha de São Paulo* anunciou a nomeação da jornalista Flávia Lima como nova ombudsman. Repórter especializada em economia, Lima estava na *Folha* há dois anos, atuando no caderno *mercado*, dedicado à economia e negócios. Pela primeira vez na história do jornal, uma mulher negra assumia o posto. Segundo Sérgio Dávila, a nomeação de Flávia Lima era parte do movimento para levar mais diversidade para o jornal.

Filha de um casal de trabalhadores negros - a mãe funcionária pública e o pai metalúrgico - Flávia Lima teve na família fator determinante para sua formação. Em entrevista ao autor, disse que os pais sempre trabalharam muito para que as três filhas pudessem estudar. “Minha família sempre deu muito valor ao estudo. Por isso, nunca cogitei não fazer faculdade”. Além da educação formal, recebeu como legado familiar a consciência racial. “Minha família sempre falou muito sobre questão racial, sobre discriminação. Ouvei isso desde sempre. Meus pais, meus tios sempre tiveram muita consciência do que é ser negro no Brasil”.

Flávia Lima cursou Direito no Mackenzie, uma faculdade privada de São Paulo, e Ciências Sociais na USP. Foi nesse último curso que tomou contato com estudantes do curso de jornalismo, o que acabou sendo decisivo para sua escolha profissional. Por intermédio dos colegas, ficou sabendo de um processo de seleção para o programa de trainee do jornal de negócios *Gazeta Mercantil*, e decidiu participar. Tinha início a carreira no jornalismo. Depois, teve duas passagens que totalizaram sete anos no jornal *Valor Econômico*. Trabalhou também na *TV Bloomberg*, como produtora e repórter, e foi editora do *site* da revista *Dinheiro*.

A função de ombudsman é a mais importante ocupada por Lima em sua carreira. Em toda a trajetória da imprensa em nosso país, é somente a segunda ocasião em que uma mulher negra ocupa cargo com tamanha capacidade de influência no noticiário de um veículo da mídia hegemônica. O outro caso é o da jornalista Flávia Barbosa, que em dezembro de 2017, passou a ser uma das editoras executivas de *O Globo*. Entendemos que o posto ocupado por Flávia Lima na *Folha de São Paulo* diferencia-se em função da possibilidade de representação do leitor junto à redação; do distanciamento do dia a dia da redação, o que permite melhor reflexão sobre o jornalismo; da prerrogativa da crítica pública do conteúdo do próprio veículo. Trata-se de um posto nas elites intelectuais (geralmente integradas por pessoas de pele clara) responsáveis pela elaboração do discurso público. No entanto, o fato de termos uma mulher negra em um posto importante não assegura um pensamento crítico sobre o papel da imprensa na perpetuação do racismo. É preciso que exista consciência da própria condição em uma sociedade racista, conforme afirma Sodré (2003). Por isso, além do perfil profissional, procuramos conhecer o pensamento de Flávia Lima sobre a relação da imprensa com o racismo brasileiro.

Em entrevista ao autor, Lima disse considerar o Brasil um país extremamente racista, e atribui à imprensa o papel destacado na manutenção da discriminação. Afirmou que a imprensa brasileira segue sendo um espaço da elite, em uma sociedade baseada na exclusão. Segundo ela, o racismo da imprensa se manifesta tornando o negro invisível, excluindo do noticiário. Diz, a jornalista:

Os negros não são ouvidos, não são fontes. Não estão presentes nas editorias de política e de economia. Estão restritos às editorias de esporte, de cultura e de polícia, onde aparecem de forma estereotipada, cheia de pré-julgamentos. O racismo se manifesta nas abordagens depreciativas, humilhantes. (LIMA, 2020, entrevista completa consta nos anexos da dissertação).

Flávia Lima vê a sua nomeação como uma iniciativa do jornal no sentido de mudar a postura diante do racismo. Segundo ela, ao nomear uma mulher negra, com discurso sobre racismo e discriminação, a *Folha* assumiu uma posição. Durante a entrevista, perguntamos: “Em algum momento foi dito que sua escolha se devia ao fato de ser uma mulher negra”?

Não diretamente. Mas acho que isso estava implícito, afinal sou uma mulher negra. Além disso, o jornal já conhecia o meu pensamento, os meus posicionamentos sobre algumas questões eram públicos. Eu já tinha publicado artigos no próprio jornal expressando meu ponto de vista. Também participei de um processo de seleção para uma bolsa de estudos promovido pela Folha com um artigo que abordava a questão da diversidade. Quando fizeram o convite, já sabiam como eu pensava. Foi no mesmo momento em que o jornal decidiu criar a Editoria de Diversidade. (LIMA, 2020, entrevista completa consta no Apêndice da dissertação).

Para Flávia Lima, o jornalismo brasileiro sempre foi feito ignorando a grande maioria da população. As redações eram formadas por pessoas brancas que, por sua vez, falavam para os brancos. Segundo ela, isso não era um problema mas hoje passou a ser. “Talvez pela necessidade de incorporar novos leitores, de modo a manter o negócio viável, o fato é que os jornais tem feito esforço para incorporar um leitorado que cresceu muito, que não se vê, e que quer ver suas questões abordadas nos jornais” (Idem).

Apesar da riqueza do material coletado nas entrevistas, avaliamos como sendo fundamental conhecer a voz da ombudsman em sua coluna semanal. Para isso, realizamos análise qualitativa de todas as colunas publicadas. Procuramos identificar pensamento sobre temas como: negros, racismo, discriminação, diversidade. Foram analisadas as 71 colunas publicadas entre maio de 2019 e 08 de novembro de 2020. Desse total, 15 abordaram alguma dessas questões. A seguir, apresentamos trechos que julgamos reveladores do posicionamento da ombudsman. Queremos destacar o ineditismo de termos abordagem tão explícita do racismo da mídia publicizada em espaço em veículo da mídia hegemônica.

- **Identidade** – “Em 2019, serão 30 anos de existência do cargo (de ombudsman). Sou a 13ª na função, a primeira negra”. (12.05.2019)
- **A mídia vê os negros como suspeitos** – O texto questiona a abordagem que a imprensa fez do caso de uma pesquisadora negra acusada de mentir sobre sua titulação. “Suspeito que não seja sempre que repórteres chequem credenciais de alguém com prestígio. Por que agora duvidaram de Joana”? Prossegue. “Comentários espalhados pelas matérias sugerem que a pesquisadora só chegou aonde chegou por pena de quem a encontrou pelo caminho ou que o caso é resultado direto de políticas de cotas”. (20.05.2019)
- **Sobre balas e pautas perdidas nas periferias** - Na coluna após a morte da menina Ágatha Vitoria Sales Felix - alvejada por um tiro que partiu da arma de um policial em uma localidade da periferia do Rio - a ombudsman pôs o dedo na ferida das políticas de segurança. “As estratégias de combate ao crime e a ação de forças de segurança nas grandes periferias do país vêm tirando a vida, sobretudo da população negra e pobre a mais tempo do que gostaríamos de reconhecer”. No mesmo texto, questionou a forma como a Folha aborda a periferia e seus moradores.

A maioria da população vive nas periferias e a cobertura do jornal ainda reflete essa periferização; relega a espaços menos nobres ou expõe de modo pouco contextualizado e articulado assuntos que afligem, sobretudo essa parcela da sociedade.

“À Folha cabe pautar um debate sério sobre o que leva uma sociedade a permitir que jovens morram por serem pobres, negros e terem nascido no lugar errado, e discutir o que fazer para resolver isso”. (29.09.2019)

- **Sobre a ausência de negros na imprensa** – A coluna “Ecos que ainda vem da casa-grande” aborda de forma direta a branquitude da mídia brasileira. “O destino da imprensa está atrelado à importância que dá a 56% da população”. “Mais de um século depois, o Brasil tem uma cara muito diferente. Segundo dados do IBGE, os negros – a soma dos que se declaram pretos e pardos – representam 56% da população”. “A despeito disso, a imagem que a imprensa continua fazendo do país é majoritariamente branca. Por que?” “Um longo texto da revista Piauí de outubro indica que a quase ausência de negros produzindo conteúdo e decidindo os rumos das redações é uma explicação”. “Quanto menor a diversidade, menor a pluralidade de visões e representações”. (20.10.2019).
- **A cobrança por representatividade** – “O leitor ou telespectador também vem mudando. As novas gerações são mais sensíveis ao tema e reagem mais à discriminação e ao racismo”. “Recentemente, leitores reagiram no twitter a reportagens da Folha sobre a inserção das mulheres negras na sociedade”. “O leitor aproveitou para apontar outra invisibilidade. “Quantos profissionais negros atuam no grupo Folha””. Num outro episódio, um importante crítico de televisão recebeu comentários de desaprovação por ter se disposto a contar os erros cometidos pela âncora do *Jornal Hoje*, Maria Júlia Coutinho, que é negra”. (20.10.2019)
- **Questão de democracia** - ainda na coluna “Ecos que vem da casa-grande”, Flávia Lima invocou os valores democráticos para defender a presença de negros nas redações. “Para o bem de múltiplos pontos de vista e o enfrentamento do racismo, a presença de negros na produção jornalística é um recurso fundamental”. “Ainda que os negros fossem uma minoria, mereceríamos ser bem representados na mídia. Sendo maioria, é uma questão também de democracia”. (20.10.2019)
- **A cobertura racista do 20 de novembro** – A coluna “novembrismo da mídia” fez a crítica da cobertura da mídia do mês da consciência negra. “A cobertura do mês da consciência negra mostra quão racistas somos e precisa ser ampliada”. “O novembrismo não é necessariamente ruim, mas a concentração dos temas na ocasião traz frustração para quem gostaria de se ver representado”. (17.11.2019)

- **O lugar do negro nos jornais** – no mesmo texto, Lima abordou a forma como a imprensa sempre tratou os negros e suas questões. “Num histórico rápido da relação entre a população negra e a imprensa, é possível dizer que os negros passaram a maior parte do século 20 confinados às páginas policiais, de esportes e de cultura dos jornais”. (17.11.2019).
- **A defesa das cotas** - “O debate étnico-racial ganhou força apenas no fim do período da ditadura, sobretudo após o surgimento do Movimento Negro Unificado”. “A inflexão na cobertura jornalística veio, porém, bem depois disso, a partir do debate sobre as políticas de ação afirmativa desenhadas para incrementar a participação de pretos, pardos e indígenas no ensino superior brasileiro”. “Há alguns dias, soube-se que pretos e pardos, pela primeira vez, são maioria nas universidades federais”. “O destaque merecia ter sido acompanhado de um maior refinamento dos dados, sob risco de se cristalizar a ideia equivocada de que as cotas já atingiram seu objetivo de colocar mais negros na universidade”. “Discutiu-se pouco, por exemplo, qual a presença do grupo em cursos de maior prestígio”. “No geral, os avanços na cobertura não se deram sem resistências, inclusive dos próprios jornais que, em editorial, se posicionaram contra a política de cotas. A *Folha* foi um deles”. “Pode haver falhas no processo? Sim, mas marcadores raciais têm se mostrado eficazes. Na dúvida, consulte um taxista, porteiro ou policial – extratos hábeis na definição de raça”. (17.11.2019).
- **A representação do negro associado à violência** - “Outras coberturas feitas pela imprensa mudam em velocidade bem mais reduzida. A representação do negro associado à violência, por exemplo. Não há nada mais sério ocorrendo no Brasil hoje do que violência que incide sobretudo sobre a população negra. Segundo o IBGE, a taxa de homicídio entre jovens brancos de 15 a 29 anos é de 34 por 100 mil. Sobe para 98,5 entre jovens negros. Se o recorte for masculino, a taxa de homicídio por 100 mil é de 63,5 entre os brancos e 185 entre os negros”.
“A banalização do racismo ainda faz com que as pessoas negras, mortas em certos lugares, não gerem notícia impactante e que programas de televisão explorem a violência por meio de estereótipos, terminologia vulgar e racismo explícito”. “O sujeito que é morto não é nomeado, deixa de ser visto como jovem ou trabalhador, ou tem antecedentes criminais ressaltados como se fossem justificativas para a morte”. (17.11.2019)

- **A ausência dos negros no debate econômico** – “Outro ponto a destacar é que negros não frequentam com regularidade as páginas de maior prestígio dos jornais, apartados do debate sobre medidas econômicas, cujos efeitos recaem principalmente sobre eles”. (17.11.2019)
- **A defesa da diversidade na Folha** – “Mas há avanços. A própria Folha criou uma editoria de diversidade que vem divulgando conteúdo relevante, além de trazer colunistas para discutir essas pautas – amplificar isso é fundamental”. (17.11.2019)
- **A crítica da imprensa branca** – “Feita por e para a elite, a grande imprensa sempre refletiu seus medos, preconceitos e preocupações. Ela ajudou a normalizar o quadro de desigualdades raciais e agora precisa contribuir para superar essa narrativa”. (17.11.2019)
- **A distância das periferias** – É um retorno ao tema abordado por ocasião da morte pela menina Agatha, no Rio de Janeiro. Na semana em que a Polícia Militar de São Paulo assassinou jovens que estavam em um baile *funk* em um bairro periférico, Flávia Lima dedicou a coluna, *A gente não ama Paraisópolis*, ao caso. Falou sobre a pouca presença de pessoas que moram na periferia nas redações. “A distância (física e emocional) entre os grandes jornais e as periferias ainda é grande, o que é um obstáculo porque, no geral, é possível refletir com mais empatia sobre os problemas e lugares que conhecemos”. “Quantas vezes o repórter não tem ideias para matérias zanzando por Perdizes, em São Paulo ou pela Zona Sul do Rio de Janeiro”? “Há um aspecto importante também: as pessoas que moram nas periferias e trabalham nas redações dos grandes jornais estão em minoria”. (08.12.2019)
- **A busca por novos leitores** – A coluna analisa os números da circulação do jornal, e destaca o aumento das assinaturas após os ataques do presidente Jair Bolsonaro. “O jornal deve também diversificar a base de assinantes que, pelo menos até 2018, tinha perfil mais velho e masculino. Sem descuidar deles, o jornal precisa atrair mais mulheres, jovens, negros, periféricos”. (29.12.2019)
- **O vírus do preconceito contra chineses** – A coluna “O vírus do preconceito”, de 01.03.2020, criticou o tratamento racista que cidadãos chineses receberam em matéria publicada na Folha, por ocasião da eclosão dos casos de COVID. “Embora o texto aborde o primeiro caso da doença identificado no país – o de um brasileiro que voltou de uma viagem de alguns dias à Itália –, a imagem escolhida para acompanhar a matéria é a de um homem e mulher chineses”. “Nesse calor. O outro vira alvo de demonstrações explícitas de racismo”. (01.03.2020)

- **A ausência das mulheres e o imaginário machista** - No texto “Mulheres invisíveis”, 17.05.2020, Flávia Lima reconhece as iniciativas da Folha no sentido da diversidade, mas diz que ainda há um longo caminho a ser percorrido em direção a um noticiário mais plural. “Num esforço talvez inédito entre os veículos de maior circulação, a Folha assumiu com o leitor um compromisso com a diversidade de vozes, criou uma editoria só para isso, mas ainda patina”. “Por não estar apartada da sociedade, a mídia reforça, muitas vezes de modo irrefletido, o imaginário machista, racista, homofóbico e elitista brasileiro. No esforço para virar esse jogo, vai ser preciso bem mais do que se dizer diverso”. (17.05.2020)
- **O assassinato de George Floyd** – A coluna, publicada em 31.05.2020, tratou sobre a cobertura da mídia do assassinato do cidadão americano. “O assassinato de mais um homem negro por um policial, desta vez nos Estados Unidos, leva a imprensa a repetir equívocos. A descrição de foto na capa do Estado de São Paulo de sexta-feira (29) é chocante: *Morte de negro nos EUA causa violência. A violência foi causada por quem e contra quem?*” “Na cobertura dos dias seguintes ao crime, na imprensa brasileira e americana, a discussão sobre a violência do Estado contra a população negra foi, em alguns casos, encoberta por imagens de negros ameaçadores e violentos saqueando comércios e queimando carros”. (31.05.2020)
- **O racismo da mídia e os poucos colunistas negros da Folha** - Ainda sob os ecos da morte de George Floyd, a coluna, *Sim, somos racistas*, abordou o total despreparo da mídia brasileira para a cobertura da temática racial, e a pouca presença de negros entre os colunistas da *Folha*. “Entre várias reportagens sobre o tema, a *Folha*, num bom episódio do *podcast* Café da Manhã, recorreu ao professor Thiago Amparo. É preciso lembrar que Amparo, ao lado de Djamila Ribeiro, é um entre cerca de dez pessoas negras de um total de quase 200 colunistas de todo o jornal”. “Os episódios revelaram despreparo para lidar com a falta de diversidade nas equipes e com o próprio racismo – pela primeira vez vi jornalistas (brancos) sem saber direito o que fazer com o monopólio de opinião e de imagem que sempre detiveram” (07.06.2020).
- **Um novo olhar sobre as eleições** - A coluna “Quem se anima com as eleições”, aborda a mudança na cobertura da Folha de São Paulo sobre as eleições municipais. “O jornal começou seguindo com lupa questões raciais e de gênero das candidaturas e tomou uma decisão inédita, ao decidir seguir mais de perto as eleições em uma cidade paulista:

Jaboticabal”. “A Folha também tem feito reportagens sobre a presença de candidatos negros no pleito, tema ainda mais relevante em um momento em que o debate sobre pluralidade na política ganha força e no qual o STF formou maioria para aplicação imediata de cota financeira para candidatos pretos e pardos” (04.10.2020).

Acreditamos que, a partir da análise das colunas, foi possível identificar a posição da ombudsman sobre questões relevantes para o debate sobre a relação entre a imprensa e a manutenção do racismo no Brasil. O uso sistemático de espaço de grande visibilidade de um jornal da mídia hegemônica para fazer a crítica da falta de diversidade é algo inédito no jornalismo brasileiro.

Para clarificar essa questão, recorreremos mais uma vez ao pensamento de Ana Flávia Magalhães Pinto (2018) que defende que o abolicionismo de jornalistas negros como José do Patrocínio, Ferreira de Menezes e Luiz Gama era diferente daquele praticado pelos representantes da elite, que se comportavam como “meros ‘porta-vozes dos cativos’, por considerá-los seres ‘alienados’ e ‘incapazes’”. A diferença seria consequência do fato de esses homens não separarem os dramas dos cativos de seus próprios dramas. O contato empírico com o sofrimento dos negros (escravizados e libertos) fez com que esses intelectuais praticassem um jornalismo mais combativo que o dos abolicionistas brancos.

Da forma análoga ao pensamento da historiadora com relação aos intelectuais do século XIX, acreditamos que a atuação de Flávia Lima - uma negra investida da consciência racial - como ombudsman difere do trabalho dos demais profissionais que ocuparam o cargo, mulheres e homens brancos. Acreditamos que a vivência cotidiana do racismo, a despeito da formação educacional e do lugar profissional, faz com que Lima direcione olhar crítico e atento para o racismo presente na mídia, em especial no jornal em que atua, a Folha de São Paulo. Nesse sentido, acreditamos que sua atuação tem trazido importante contribuição para o debate sobre aquele que considero o mais grave problema da mídia hegemônica brasileira: a ausência do pensamento dos negros nas redações.

4.5. OS PRIMEIROS RESULTADOS

Conforme dissemos anteriormente, a Folha de São Paulo definiu um conjunto de indicadores para avaliar a efetividade das ações que estão sendo implementadas para aumentar a diversidade. Foram definidas metas relacionadas à composição da equipe, com relação ao conteúdo e com relação à criação de uma nova cultura na redação. Os resultados

fnais, no entanto, ainda não estão disponíveis. Por isso, não vamos dispor da íntegra dessas informações para análise neste trabalho.

No entanto, em nossa pesquisa, conseguimos obter informações preliminares que julgamos indicativos de mudanças na direção de maior diversidade, as quais comentamos a seguir:

4.5.1 Aumento da presença de negros na redação

Ainda não foram disponibilizados números que indiquem alteração na composição racial da redação. No entanto, de acordo com informações que nos foram fornecidas, já foram efetivadas mudanças na forma de seleção e de inclusão. De acordo com a editora de diversidade, Alexandra Moraes, “o objetivo do jornal a curto e médio prazo é aumentar significativamente a presença de pessoas negras na redação”.

Houve uma mudança importante no programa de *trainee*, principal porta de entrada de profissionais no jornal, com a implementação do pagamento de remuneração (bolsa). A não-remuneração restringia a participação de estudantes de baixa renda, negros em sua grande maioria. Como muitos desses jovens não tinha como manter despesas básicas como transporte e alimentação, essa questão fazia com que não participassem dos processos seletivos. Agora, a expectativa é de que mais jovens negros e periféricos possam participar.

4.5.2 Aumento no número de colunistas negros no jornal

As colunas assim como os artigos assinados e as entrevistas são espaços nobres dos jornais, uma vez que reservados à livre manifestação do pensamento. Por isso mesmo, tradicionalmente pouco acessados por negros. Sobre essa questão recorremos à análise da ombudsman Flávia Lima que, na coluna o Erro do New York Times, de 15.06.2020, abordou o privilégio do acesso aos espaços de opinião dos jornais. “É possível começar refletindo sobre quem são as pessoas que frequentam com mais assiduidade os espaços nobres dos jornais. Se o critério usado para isso for diversidade, é preciso dizer que ainda estamos mal”.

No caso da *Folha de São Paulo*, o jornal conta atualmente com cerca de 200 colunistas, praticamente todos brancos. Desde a criação da Editoria de Diversidade, no entanto, teve início processo de contratação/colaboração de colunistas negros. São cerca de dez colaboradores, entre homens e mulheres. Apesar de ainda ser numericamente reduzido, o time de articulista conta com jornalistas e intelectuais com grande capacidade de reflexão sobre os problemas nacionais, em particular do racismo presente em todas as esferas da sociedade. São

nomes como Marilene Felinto, Dodo Azevedo (Quadro-negro), Cida Bento, Djamilia Ribeiro, Silvio Almeida, Thiago Amparo, Denise Mota (Preta, Preto, Pretinhos), Ana Cristina Rosa, Flavia Lima. Existem também duas colunas dedicadas ao universo das periferias, Perifa Connection e Sons da Perifa (Jairo Mota).

Julgamos importante ter a voz de alguns desses articulistas neste trabalho, e por isso entrevistamos dois deles. Thiago Amparo é advogado, professor de direito internacional e direitos humanos na FGV-Direito/SP. Doutor pela Central European University (Budapeste), escreve sobre direitos e discriminação. Perguntado se via racismo na imprensa, respondeu:

Lembro aqui do James Baldwin que escreveu na década de 1950: "todas as instituições são racistas", de uma forma ou outra. Primeiro, precisamos entender o que se quer dizer com isso. Racismo não é apenas a manifestação individual de um insulto racista, por exemplo. Racismo é a reprodução sistemática de narrativas que, direta ou indiretamente, contribuem para a subordinação de pessoas negras na economia, política, cultura, direito e outras áreas da vida. Neste sentido, a imprensa brasileira muitas vezes invisibiliza o impacto de temas reportados na mídia sobre pessoas negras, como por exemplo, ocorre com frequência com temas de economia. (2020, entrevista completa consta no Apêndice).

Constatado o racismo, Thiago Amparo diz perceber melhoras na forma como a grande imprensa trata a questão da diversidade. Segundo ele, a imprensa tem “trazido uma perspectiva racial e de gênero nas matérias que reporta, como disparidade racial em salários, desemprego, violência policial e tantos outros temas. Isto enriquece o jornalismo”. Questionado sobre a motivação para ter aceito o convite para integrar o corpo de colunistas do jornal, Amparo respondeu:

Aceitei, primeiro, por ofício. Eu sou antes de tudo um ser que escreve. Sempre gostei de escrever mais do que tudo. Escrever para um jornal que admiro é uma forma honrosa de exercer este ofício. É também uma forma de pautar uma perspectiva crítica sobre temas em que atuo como discriminação, direitos humanos e temas internacionais.

Sobre as iniciativas da *Folha de São Paulo*, considera que a “perspectiva racial tem sido trazida de forma transversal – em todos os temas do jornal, de literatura à economia”. Segundo ele, apesar de serem poucos, os colunistas negros tem sido incorporados ao jornal, o que contribui para o aumento da pluralidade. Ao tempo em que reconhece as mudanças, Amparo vê espaço para novos avanços, como a ampliação do universo temático abordado pelos colunistas negros:

Para avançar mais, eu acredito que deveria haver mais colunistas negros (as) falando sobre temas monopolizados por homens brancos, como política e economia. Colunistas negros (as) podem escrever sobre todos os temas, e este é um exercício pessoal para mim: ao mesmo tempo, sempre trazer uma perspectiva racial, mas me permitir escrever sobre tudo.

O professor Thiago Amparo considera que ainda falta ao jornal assumir a “defesa de pautas caras para igualdade racial, como por exemplo, cotas raciais, ainda não defendida em sede de editorial”. Outro ponto que considera importante é o fortalecimento de mecanismos que promovam a diversidade racial nas oportunidades de trabalho, como programas de trainee remunerado, para jornalistas e estudantes negros(as).

Entrevistamos também a jornalista Denise Mota, que mantém o blog “Preta, Preto, Pretinhos”, dedicado às “novidades da comunidade negra no Brasil e no mundo”. Mota entrou para a Folha de São Paulo via programa de trainees da Folha, onde foi selecionada após uma série de etapas. Depois foi redatora das editorias Cotidiano, Mundo, projetos especiais, e Ilustrada, quando se tornou pauteira, e depois editora-assistente. No jornal, essas etapas foram vividas ao longo de oito anos, de 1996 a 2004. Depois de deixar o jornal, a jornalista mudou-se para o Uruguai, onde vive até hoje.

Segundo a jornalista, o blog foi ao ar em 2016, a partir de um projeto apresentado diretamente ao diretor de redação da Folha, Sérgio Dávila. Desde então, segundo Mota, é um espaço acompanhado com atenção por referências da comunidade negra e também das comunidades feminista, indígena e trans. Segundo, Mota:

O blog foi criado por mim com o objetivo de construir pontes, possibilitar contatos e mostrar potências intelectuais, empreendedoras, sociais, artísticas da negritude brasileira, sem perder de vista expressões internacionais que contribuem para a construção de conhecimento e diálogo na nossa realidade. Foi o caso, para citar um exemplo, da entrevista com Nikole Hannah-Jones, jornalista do New York Times vencedora do Pulitzer, sobre seu projeto "1619".

Com longo histórico dentro da Folha, Denise Mota afirma nunca ter se sentido discriminada na redação por ser negra. No entanto, afirma estar entusiasmada com os movimentos do Jornal para ter maior diversidade. Mota declara:

Acho muito positivo, é algo que me entusiasma, particularmente, por conhecer como o jornal funciona por dentro. Também por ter me mantido no jornal como colaboradora - após a saída em 2004 - e por ser titular de um blog dedicado diretamente às negritudes brasileiras.

Denise Mota, vê ainda outros aspectos no movimento. “Sinto esse movimento como um reconhecimento crescente da necessidade de poder entender e contar o Brasil, a partir dos muitos olhares e experiências que compõem este País”.

4.5.3 Aumento do número de pessoas negras como fonte na “Entrevista da 2ª”

Outro importante espaço de opinião é a seção *Entrevista de 2ª*, publicada todas as segundas-feiras na contracapa do caderno principal. Apesar da necessidade de avanços, aqui também foi possível constatar significativo aumento da presença de negros e negras.

Espaço considerado nobre, a cada semana uma página abriga o pensamento de empresários, intelectuais, autoridades, pesquisadores e artistas. De acordo com informações fornecidas a esta pesquisa pela editora de Diversidade, Alexandra Moraes, nos últimos 12 meses (nov/2019-nov/2020), 17% das pessoas entrevistadas naquela seção eram negras. Nos 12 meses anteriores a esse período, as pessoas negras nesse espaço equivaliam a 9%. Destacamos que o aumento ocorreu após a criação da Editoria de Diversidade.

Como parte deste trabalho, pesquisamos todas as Entrevistas de 2ª disponíveis na busca da página do jornal na internet. Verificamos o seguinte:

- a) De 03.02.2020 a 26.07.2020 (6 meses), do total de 26 entrevistas, foram publicadas entrevistas com cinco negros (cerca de 20%);
- b) De 06.09.2020 a 08.11.2020 (três meses), do total de 13 entrevistas, três (cerca de 30%) foram com negros ou negras.

Como os números demonstram, verificamos aumento de entrevistados negros em 2020. Acreditamos que isso deva-se ao amadurecimento e à assimilação interna do trabalho da Editoria de Diversidade.

4.5.4 Aumento do número de pessoas negras como personagens das matérias

De acordo com informações fornecidas pela Editoria de Diversidade, o foi realizado levantamento da presença de pessoas negras como personagens das matérias do jornal. Os resultados ainda não foram divulgados. No entanto, análise preliminar do jornal, revela que houve aumento da representatividade dos negros no comparativo entre os anos de 2019 e 2020. De acordo com o levantamento, o número de pessoas representadas dobrou, enquanto o de pessoas brancas caiu. Mesmo assim, o número de pessoas brancas ouvidas ainda é cinco vezes maior do que os de pessoas negras.

4.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das fontes desta pesquisa é a dissertação de mestrado *Racismo em Pauta – a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S.Paulo na década de 2000*, de Isabel Clavelin da Rosa (2011). Nas considerações finais, a pesquisadora afirma que a Folha “não adquiriu nem incorporou na sua linha editorial os atributos necessários para fazer a máxima do pluralismo”. (ROSA, 2011, pág. 210). Em tom crítico, a autora fala ainda sobre o que seria a impossibilidade de o jornal efetivar um jornalismo crítico e moderno, uma vez que, ainda estaria preso a um passado colonial e patriarcal, não contribuiria para o desmantelamento do racismo.

Dez anos depois, a presente pesquisa encontrou a Folha de São Paulo em meio à realização de movimentos com o objetivo declarado de conferir maior diversidade à sua redação, às suas fontes, às suas pautas e ao noticiário. Parecia haver a busca por um jornalismo mais plural. A nomeação de uma mulher negra para um cargo de influência e grande visibilidade, e a criação de uma editoria de diversidade eram iniciativas inéditas no jornalismo brasileiro, que poderiam indicar mudanças na postura do jornal com relação ao racismo brasileiro.

O trabalho que realizamos mostrou que, apesar de ainda não estarem disponíveis informações sobre o atingimento das metas estabelecidas, foram efetivadas mudanças que consideramos importantes. Temos uma mulher negra com forte consciência racial realizando análises diárias do noticiário. Parte desse trabalho é publicizada semanalmente em espaço nobre do jornal. Ao analisar qualitativamente todos os textos publicados ao longo de quase dois anos, verificamos que a jornalista tem abordado de forma contundente o papel da grande imprensa na manutenção do racismo. Seus textos têm apontado a ausência de negros nas redações como um defeito, um problema do jornalismo brasileiro. A consequência seria a colaboração direta dos grandes jornais para a manutenção do racismo.

Da mesma forma, atribuímos importância ao aumento da presença de vozes negras nos espaços de opinião. Mesmo ainda em número reduzido quando comparados com o conjunto de colonistas, tratam-se de jornalistas, pesquisadores e intelectuais com grande conhecimento e capacidade para falar da realidade brasileira, em particular do racismo. Trata-se de outro feito inédito no jornalismo brasileiro: a presença de dez negros expressando livremente sua opinião em uma mesma publicação da chamada grande imprensa.

Com relação ao aumento da diversidade das fontes, apesar de ainda haver grande predominância de fontes brancas, constatamos significativo aumento da presença de negros e negras como fontes da “Entrevista da 2ª”, espaço considerado nobre no jornal. Seção ligada à Editoria

Poder, a “Entrevista da 2^a” costuma ouvir políticos, empresários, intelectuais, personalidades estrangeiras. Consideramos relevante presença de vozes negras também nesse espaço.

Destacamos que não foi proposta desta pesquisa realizar estudo sobre as vozes presentes em todo o conteúdo do jornal. Portanto, não temos como afirmar se, de forma geral, houve aumento da presença de negros e negras como fontes do noticiário da Folha.

Esta pesquisa não conseguiu obter informações sobre mudanças na composição do quadro de jornalistas, questão que consideramos fundamental para que tenhamos alterações efetivas no conteúdo do jornal. Em função da pandemia, não pudemos visitar a redação, o que permitiria constatar a presença (ou ausência) de negros.

De acordo com informações fornecidas para esta pesquisa, foi definida meta (não divulgada) para a presença de negros na redação. No entanto, esse movimento tem como condicionante o surgimento de novas vagas, o que não tem ocorrido. Pelo contrário, em função da erosão do modelo de negócios da mídia tradicional, tem havido redução dos postos de trabalho.

Pudemos constatar a adoção de medidas que podem viabilizar a contratação de profissionais negros, quais sejam: a presença da editora de diversidade nos processos de seleção de pessoal; a concessão de bolsas para os participantes do programa de trainee. De acordo com informações do jornal, verificou-se que a falta de remuneração para os participantes do programa de trainee inibia a inscrição de jovens da periferia, uma vez que estes precisavam de ter uma renda mínima.

Como destacamos, a proposta deste trabalho não foi promover análise da representação do negro no noticiário. O que nos moveu foi a curiosidade de conhecer o movimento inédito na imprensa brasileira que sinalizava intenção de, finalmente, incorporar a voz dos negros. Nesse sentido, acreditamos que este trabalho oferece contribuição para os estudos comunicacionais, em especial as pesquisas sobre jornalismo.

No entanto, estamos convictos de que realizamos uma abordagem inicial, que não permite conclusões sobre a efetividade dessas medidas na redução do racismo do jornal. Acreditamos que, sem avançar na discussão e na tradução de questões estruturais (trabalho, emprego, educação, justiça) que afetam a população negra, teremos como resultado somente uma redação mais “colorizada” (SODRÉ, 2002). O alerta foi dado pela própria ombudsman, a jornalista Flávia Lima, na coluna O ‘novembrismo’ pós-Floyd, publicada em 22.11.2020, três dias após um homem negro ser espancado até a morte por seguranças de um supermercado, na cidade de Porto Alegre. Apenas bons modos e medidas pontuais para aplacar culpas não serão suficientes para fazer a diferença no debate sobre o racismo.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo (org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1866-88). Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2015.

ARAÚJO, Joel Zito (org.). **O negro na TV pública**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2010.

ARAÚJO, Joel Zito Almeida de. **A negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira/ Joel Zito Almeida de Araújo. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

AZJENBERG, Bernardo. Os invisíveis. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardoajzenberg/2001/08/1520184-os-invisiveis.shtml>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

BAHIA, Juarez. **Três fases da imprensa brasileira**. São Paulo: Editora Presença, 1960.

BARBOSA, Marialva. **Escravos e o mundo da comunicação**: oralidade, leitura e escrita no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

_____. **Meios de comunicação**: lugar de memória ou na história? *Contracampo*, Niterói, v. 35, n. 01, p. 07-26, abr./ jul., 2016.

_____. Tempo, tempo histórico e tempo midiático. In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom; NICOLAU, Marcos. (org.). **Comunicação, mídias e temporalidades**. Salvador, Edufba, 2017. p. 19-36.

_____. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900 - Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

BASTIDE, Roger. *Imprensa Negra no Estado de São Paulo*. In: **Estudos Afro-brasileiros**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

CARRANÇA, Flávio. O combate ao racismo nos meios de comunicação. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (orgs.). **Mídia e Racismo**. Petrópolis, RJ: DP *et alii*; Brasília, DF: ABPN, 2012.

CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva. **Espelho infiel**: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

COSTA, Caio Tulio. **Ombudsman**: o relógio de Pascal. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Eduardo (org.). **Comunicação e contra hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Velhas histórias, memórias futuras**: o sentido da tradição em Paulinho da Viola. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

DARNTON, Robert. **Poesia e polícia**: redes de comunicação na Paris do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

D'AVILA, Sérgio. Uma escolha infeliz. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 de ago. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/08/uma-escolha-infeliz.shtml?wgt=klz6rusapbujjg6m7wu0voz2ecyxn9mp1mjh259z39vui7sy&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift>. Acesso em: 20 nov. 2020.

DOURADO, Tatiana. **Fact-checking como possibilidade de accountability do jornalismo sobre o discurso político**: as três iniciativas brasileiras. Trabalho apresentado n° 40 Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2016.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma reeleitura. São Paulo: Summus, 1986.

Discriminação positiva. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 ago. 2001, Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3008200103.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

FAUSTO NETO, Antonio. Transformações do Jornalismo na sociedade em vias de midiaticização. In: FAUSTO NETO, Antonio; FERNANDES, José David Campos (org.). **Interfaces jornalística**: ambientes, tecnologias e linguagens. João Pessoa, PB: Editora da UFPB, 2011. p. 17-33.

FERREIRA, Ligia Fonseca. **Com a palavra, Luiz Gama**. São Paulo: Imprensa do Estado de São Paulo, 2014.

FERREIRA, Ligia Fonseca. (org.). **Com a palavra, Luiz Gama**: poemas, artigos, cartas, máximas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

FREITAS, Jânio. A Folha no erramos; editorial ‘JairRousseff’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/2020/08/a-folha-no-erramos-editorial-jair-rousseff-trouxe-de-volta-o-tratamento-de-ditabranda.html>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

FRIAS, 2019. In: COSTA, Paula Cesarino. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 2019, Coluna, Ombusman.

FUCHS, Christian. **Social media**: a critical introduction. Londres: Sage Publication, 2014.

GOES, Francisco Moratório de Araujo. **Fake news e Pós-verdade**: o olhar dos jornalistas. 2019. 296 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2019.

GOMES, Flávio. **Histórias de Quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOIS, Alcelmo. Biografia de Charles de Gaulle revela lado racista do estadista francês. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/biografia-de-charles-de-gaulle-revela-lado-racista-do-estadista-frances.html>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Alô, alô, Velho Guerreiro! Aquele abraço ! In: **Por um feminismo afro-latino americano**: ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: O mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa, Portugal: Ed. Vega, 1993.

HAMERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HENRY, Neil. **Racial Reverberations in Newsrooms After Jayson Blair**. Disponível em: <<https://niemanreports.org/articles/racial-reverberations-in-newsrooms-after-jayson-blair/>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACOMBE, Américo Jacobina. **O pensamento vivo de Rui Barbosa**. São Paulo: Liv. Martins. Ed., [1944]: [s.n].

LAGO, Claudia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LEITAO, Miriam. A imprensa e o Racismo. In: RAMOS, Silvia (org.). **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

_____. O racismo persistente. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 24 out. 2020, p. 34.

LEWIS, Michael. **Revolta em Wall Street**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

LIMA, Flávia. É só o começo: o racismo e a imprensa brasileira. Folha de São Paulo, **Revista Piauí**, ed. 166, jul., p. 39, 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/racismo-e-a-imprensa-brasileira/>> Acesso em: out. 2020.

_____. Sobre picuinhas e jornalismo: bate-bocas e birutices fazem parte do governo, portanto merecem atenção. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 mai. 2019. Ombudsman.

_____. Perguntas de mais ou de menos: se questões incômodas deixarem de ser feitas, o que restará do jornalismo? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 mai. 2019. Ombudsman.

_____. Uma satisfação para Ágatha: ao não dar peso merecido aos fatos, o jornal alimenta a dor, mas não a reflexão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 set. 2019. Ombudsman.

_____. Ecos que ainda vêm da casa-grande: destino da imprensa está atrelado à importância que dá a 56% da população. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 out. 2019. Ombudsman.

_____. O ‘novembrismo’ da mídia: cobertura do mês da Consciência Negra mostra quanto racistas somos e precisa ser ampliada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 nov. 2019. Ombudsman.

_____. A gente não ama Paraisópolis: a imprensa cultivou a indiferença com as periferias e precisa reconstruir a relação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 dez. 2019. Ombudsman.

_____. O vaivém de assinaturas da Folha: ano agitado teve saldo positivo, mas expansão da base digital esconde desafios. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2019. Ombudsman.

_____. O vírus do preconceito: matéria sobre brasileiro infectado associada à foto de casal chinês causa ruído. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 mar. 2020. Ombudsman.

_____. Mulheres invisíveis: Folha recolocou a mulher no papel de 'rainha do lar' ao decidir ouvir quem 'produz'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 mai. 2020. Ombudsman.

_____. A cobertura da violência contra os negros: imprensa não consegue fugir de estereótipos e ajuda a manter as coisas como são. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 mai. 2020. Ombudsman.

_____. Sim, somos racistas: história não pode ser usada eternamente para justificar imobilismo da mídia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 jun. 2020. Ombudsman.

_____. Quem se anima com eleições? mesmice, promessas sem lastro e baixo nível seguem como desafios da cobertura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 out. 2020. Ombudsman.

LOPES, Nei. **Dicionário da história social do samba**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MACHADO DA SILVA, Juremir. **Raízes do conservadorismo brasileiro**: abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2018.

MALERBA, João Paulo. Vozes contra hegemônicas: uma análise gramsciana das rádios comunitárias brasileiras. In: CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 3., Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/issue/view/34/showToc>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Manual de Redação: Folha de S. Paulo. 21 ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

MATTOSO, Katia. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona Editores, 2017.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

MOURA, Clovis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MOURA, Clovis; FERRARA, Miriam Nicolau. **Imprensa Negra**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: o processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2003.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O Mundo Negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. 268 f. Tese (Tese em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=177886>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PINTO, Ana Estela de Sousa. **Folha explica Folha**. São Paulo: Publifolha, 2012.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/6432>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PRIMEIRA PÁGINA: 90 anos de história nas capas das mais importantes da Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2011.

QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2003. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento, Rio de Janeiro, n. 1-10 dez. 1948 à jul. 1950.

RAMOS, Sílvia (org.). **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro, Pallas, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

ROCHA, Ilana Peliciari. **Escravos da nação**: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. **Racismo em pauta**: a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000. 2011. 240 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/9353>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Saber do negro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SANTOS, Milton. Racismo Cordial: entrevistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 1995, p. 8.

SILVA, Wellington. A Cor da notícia. In: *Lide: a revista do jornalismo*. Rio de Janeiro, jan./fev., p. 14, 2003.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

_____. **A narração do fato**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Pensar Nagô**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

_____. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

_____. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

VIEIRA Junior, Ronaldo Jorge Araujo. **Responsabilização objetiva do Estado**. Curitiba: Jarua, 2011.

APÊNDICE

ENTREVISTA: EDITORA DE DIVERSIDADE, ALEXANDRA MORAES

Data: 08.10.2020

1) Como começou na Folha?

R. Entrei na Folha há 20 anos, no projeto de trainee. Algum tempo depois de ter terminado o programa, fui chamada para trabalhar como redatora da Ilustrada, tendo passado depois pela Folhinha, Mundo, 1ª Página. Deixei o jornal no começo de 2010. Voltei no começo de 2011, e fui editora-assistente de Ilustrada; editora-adjunta, editora especial, Editora do Caderno Ilustríssima. Desde novembro de 2019, sou Editora de Diversidade.

2) Como foi o convite?

R. Inusitado, uma grande surpresa para mim. Eu não tinha intimidade com essa área, com o trabalho que teria que desenvolver. Como editora do caderno Ilustríssima, de certa maneira, eu já tinha a preocupação com o “quem está escrevendo no caderno”. Sempre me preocupei com a prevalência dos homens brancos. Mas não era algo estruturado, sistemático. Acho que o fato de estar há algum tempo no jornal, de conhecer a redação por dentro, contou para que eu fosse escolhida.

3) Por que existem poucos negros nas redações?

R. O jornalismo é um meio elitista. As pessoas vem de um mesmo meio social, estudam nas mesmas escolas, frequentam os mesmos lugares. E aí, acontece que as pessoas buscam estar com seus iguais. Quando surge uma vaga, por exemplo, o natural é indicar alguém que vc já conheça. Se deixar no automático, vai continuar do mesmo jeito. Se não mexer no processo de trainee vão continuar a entrar os mesmos. Parecido com o que era a universidade pública. Um grupo socialmente muito homogêneo.

4) O Brasil é racista?

R. Sim

5) A imprensa é racista?

R. Sim. Racista e elitista.

6) A imprensa brasileira é uma “imprensa branca”?

R. Eu acho que sim. Os jornais, as rádios e as TVs são comandados por jornalistas brancos. Apesar da presença das mulheres nas redações há mais de 40 anos, elas não estão presentes nos cargos de chefia da mesma forma que os homens. A rede social obrigou as pessoas a

enxergar o racismo. A esquerda demorou a abrir os olhos para isso. A gente como sociedade fugiu durante muito tempo dessa discussão. Fugiu por racismo. O País se estruturou em cima do racismo. Para nós, brancos, enxergar isso é desconfortável prá caramba. Passei a começar a olhar para os ambientes que frequento. Comecei a perceber que não há negros.

7) A página 61 do Manual de Redação (verbete sobre minorias) tem uma frase dizendo as minorias devem ser tratadas com respeito. Precisa escrever isso?

R. Acho desnecessário. Mas talvez seja para reforçar, chamar a atenção.

8) Esta prevista alguma revisão do Manual de Redação?

R. Sim. Já estava prevista por conta do centenário da Folha no próximo ano. Mas vamos aproveitar para incorporar a editoria de diversidade. A editoria vai ter um verbete, que já está redigido.

9) Como já podemos perceber o trabalho da Editoria de Diversidade?

R. Houve um aumento significativo do número de colunistas (Denise Mota, Dodô Azevedo, Perifa Connection, Sou da Perifa, Ana Cristina rosa, Djamil, Marilene Felinto, Silvio Almeida, Thiago Amparo, Cida), já houve mudança na composição da redação também. Ainda não são tão perceptíveis, mas já começaram.

Outro ponto importante é o trabalho de inclusão que estamos desenvolvendo, com vista a assegurar a saúde mental das pessoas. Não adianta contratar negros, e não fazer um trabalho de inclusão. A pessoa vai para um ambiente extremamente tenso, com uma cultura predominantemente branca, masculina, que já é difícil para os próprios brancos. A gente precisa melhorar a comunicação, o ambiente, para assegurar a inclusão das pessoas que pretendemos contratar.

10) A posição do jornal sobre as cotas permanece a mesma?

R. O jornal está preparando um seminário para rever a posição do jornal. O seminário está sendo organizado pelas editorias de opinião e treinamento. Isso é resultado das novas posições dos jornais. Recentemente, em almoço de editorialistas, defendi a revisão da posição sobre as cotas. As argumentações são frágeis, por que não rever?

“Os argumentos eram: evitar o tribunal racial, evitar a divisão do País. A hostilidade brasileira era de uma via de mão única. Sempre foi do Branco para o negro. Parece haver um certo temor de ter uma hostilidade de via invertida”.

“Era quase um censo comum para quem era branco. Minha cabeça era influenciada pelos brancos intelectuais que eram contra as cotas”

“As redes sociais fizeram as informações circularem mais”.

“A gente cresce tem um negro na sala de aula. Sou filha de mãe solteira, sempre tive que circular. Eu ia para a escola de ônibus, tinha que conviver com mais gente. A vida que eu vivo é uma vida ainda muito distante do que é ser negro. Você pode cometer um crime e nada vai acontecer com vc. É difícil enxergar isso”.

ENREVISTA COM A JORNALISTA FLAVIA LIMA

Data: 05.10.2020

1) Como o jornalismo entrou na sua vida?

R. Sempre quis ser jornalista, desde a adolescência. Fiz direito, e depois entrei para Ciências sociais. Acabei conhecendo muitos estudantes de jornalismo. Através deles, fiquei sabendo que alguns jornais aceitavam estagiários mesmo sem formação em jornalismo. Acabei virando trainee na gazeta Mercantil.

Minha família sempre deu muito valor ao estudo. Por isso, nunca cogitei não fazer faculdade. Minha mãe era funcionária pública, meu pai metalúrgico. Ralaram muito para que eu e minhas duas irmãs pudéssemos estudar.

2. O Brasil é um país racista?

R. Sim. Muito. Minha família sempre falou muito sobre questão racial, sobre discriminação. Ouvi isso desde sempre. Meus pais, meus tios sempre tiveram muita consciência do que é ser negro no Brasil.

3. A imprensa contribui para a manutenção do racismo?

R. Sim, com certeza. A imprensa construída por uma elite, em uma sociedade baseada na exclusão. Isso perdura até hoje.

4. A que você atribui a postura da Folha por ocasião do debate sobre as cotas, quando o jornal foi contra?

R. O racismo é o pressuposto básico. Partindo disso, acho que teve falta de visão, falta de conhecimento da redação da época. Para nós, negros, o alcance e a repercussão eram algo meio óbvio. Os frutos em termos de inclusão, diversidade estavam claros.

5. A reação da Folha teria sido diferente se tivéssemos mais jornalistas negros nas redações?

R. Não é somente uma questão de ser negro. A gente precisa de um indivíduo que tenha postura antirracista. Mas acho, sim, que se o entendimento sobre as cotas teria sido diferente se tivéssemos mais negros na redação.

6. Como o racismo se manifesta na imprensa?

R. Na invisibilidade, na exclusão da cobertura, do noticiário. Os negros não são ouvidos, não são fontes. Não estão presentes nas editoriais de política e de economia. Estão restritos às editoriais de esporte, de cultura e de polícia, onde aparecem de forma estereotipada, cheia de pré-julgamentos. O racismo se manifesta nas abordagens depreciativas, humilhantes.

7. Como foi o convite para ser Ombudsman? Em algum momento foi dito que sua escolha se devia ao fato de ser uma mulher negra?

R. Não diretamente. Mas acho que isso estava implícito, afinal sou uma mulher negra. Além disso, o jornal já conhecia o meu pensamento, os meus posicionamentos sobre algumas questões eram públicos. Eu já tinha publicado artigos na página 2. Também participei de um processo de seleção para uma bolsa de estudos promovido pela Folha com um artigo que abordava a questão da diversidade. Quando fizeram o convite, já sabiam como eu pensava. Foi no mesmo momento em que o jornal decidiu criar a Editoria de Diversidade.

8. Qual a sua capacidade de efetivamente de interferir na visão do Jornal sobre o racismo?

R. Não sei dizer exatamente de que forma interfiro. Mas pela primeira vez a redação está vendo um ombudsman que é uma mulher negra, que escreve sobre racismo e discriminação. Além da coluna semanal, abordo o tema também nos relatórios de crítica interna do noticiário. Existe um chinese wall, um muro separando a Ombudsman da redação, mas informalmente tenho recebido retorno dos colegas de redação sobre os meus comentários. O fato é que faz diferença ter alguém que pense diferente, que tenha uma visão diversa dentro da redação.

9. É possível fazer um bom jornalismo de costas para 52% da população?

R. Sempre foi feito, sempre foi lido, mas era excludente. As redações são brancas e falam para os brancos. Até pouco tempo atrás, isso não era um problema, mas hoje é. Talvez pela necessidade de incorporar novos leitores, de modo a manter o negócio viável, mas o fato é que os jornais tem feito esforço para incorporar um leitorado que cresceu muito. Um leitorado que não se vê, e que quer ver suas questões abordadas nos jornais.

10. É possível pensar o País sem negros na redação?

R. A imprensa sempre se achou pensando o País. O que está acontecendo agora é que a imprensa está tendo que rever a forma como pensava o País. O que estamos fazendo é repensar. A gente quer fazer parte do projeto de País, uma disputa por inclusão. A gente quer fazer parte desse imaginário, quer fazer parte desse projeto.

ENTREVISTA: PAULA CESARINO COSTA, EX-OMBUDSMAN E PRIMEIRA EDITORA DE DIVERSIDADE

Data: 09.10.2020

1) Como surgiu a proposta de criar a Editoria?

R. A ideia foi do Sérgio Davila, a partir de uma discussão que começa com a Cristina Frias. Em 2018, foi feita uma pesquisa para conhecer o perfil do leitor da Folha. Esse levantamento mostrou a diminuição do número de leitoras. A partir desse dado começou uma discussão sobre o que fazer para recuperar esse segmento do público.

2) Como foi o convite para ser Editora de Diversidade?

R. Fui convidada para o cargo após o término do meu terceiro mandato de ombudsman.

3) Qual era a visão de diversidade?

R. A proposta era ter diversidade em todos de equipe, quem escreve, quem aparece no jornal. As mulheres sempre estiveram presentes na redação, inclusive em cargos de chefia. Mas sempre houve ausência de negros. Queríamos também ter pessoas de origem – formação, localização – diversa.

4) Qual era o projeto original para a Editoria?

R. A ideia foi não colocar a editoria em um nicho. Não era para ser um espaço de diversidade, era para estar presente em todas as diretorias. O projeto previa também uma página semanal com discussões sobre diversidade, com downs, autistas, cadeirantes. A ideia era colocar vozes que acabassem contaminando o restante do jornal. Seria uma função de educação do jornal.

ENTREVISTA: JORNALISTA SERGIO DÁVILA

Data: 29.10. 2020

1. O Brasil é um país racista?

R. Sim, talvez um dos países mais racistas do mundo. Basta ver critérios como porcentagem de pretos e pardos entre os assassinados, encarcerados e nas faixas mais baixas de renda.

2. A imprensa brasileira é racista?

R. A imprensa brasileira não deixa de ser um microcosmo da sociedade brasileira, com seus defeitos e qualidades. Então, sim, infelizmente a imprensa brasileira tem aspectos de racismo estrutural, na maior parte das vezes inconsciente.

3. Dada a composição da população brasileira, é possível ter jornalismo de qualidade com uma redação composta e comandada majoritariamente por pessoas brancas?

R. Não, não é o desejável. Redações como a da Folha acordaram recentemente para a questão da diversidade em seus quadros. A renovação não será um processo a curto prazo. Mas ao menos foi detectado o problema e trabalha-se em soluções para resolvê-lo.

4. A posição "contra as cotas" faz parte do ideário do jornal, juntamente com o combate à corrupção e outras posições sobre política e economia. No entanto, o combate ao racismo não é uma orientação da Folha. Por que isso?

R. O jornal revê, neste momento, sua posição editorial, que hoje é contra as cotas raciais e a favor das cotas sociais, por em tese serem mais objetivas e menos sujeitas a fraudes. Acabamos de fazer um seminário interno com este objetivo. Nos próximos dias, devemos reavaliar a posição do jornal. Sobre combate ao racismo, ele aparece de maneira mais explícita em nossa edição mais recente do Manual da Redação, à pág. 217, no verbete ETNIA. Implicitamente, também está em nosso Projeto Editorial, documento que é uma espécie de carta de intenções do jornal, renovada a cada cinco a sete anos. O mais recente é de 2017 e prega, entre seus objetivos, a diversidade como meta.

5. Entre os princípios editoriais expressos no Manual da Redação estão a promoção da "equalização das oportunidades", da "democracia representativa", e dos direitos "direitos humanos". É possível alcançar isso mantendo a exclusão de mais de 50% da população?

R. Não, não é possível. Ao falar dos pontos acima, certamente o Manual deseja a inclusão de toda a população.

6. Por que a Folha decidiu criar a Editoria de Diversidade e nomear uma mulher negra como Ombudsman?

R. Faz parte dos esforços recentes em termos mais diversidade no ecossistema do jornal. Diversidade étnica, de sexo, de opinião, de religião. Ela deve se traduzir em um quadro de jornalistas mais diverso, que proporão pautas mais diversas, ouvindo fontes mais diversas e, como consequência, atraindo um leitorado mais diverso.

7. Qual era o perfil da redação da Folha?

R. Alexandra Moraes, nossa editora de Diversidade, pode ajudar nesta resposta.

8. Que objetivos foram definidos com relação à diversidade?

R. Os acima, relatados na resposta 6.

9. Qual a influência da emergência das redes sociais nessa decisão de olhar para a diversidade de forma diferente?

R. As redes sociais fazem parte da vida de todos e sua onipresença acaba influenciando todos os aspectos de nossa sociedade, o jornalismo inclusive. Para o bem e para o mal. No caso específico da diversidade, um ponto positivo das redes sociais é propiciar o acesso mais rápido e amplo do corpo de jornalistas a fontes. O ponto negativo é que as próprias redes sociais muitas vezes funcionam como bolhas impenetráveis, dentro das quais preconceitos, discursos de ódio e radicalismos são acelerados.

Criação do cargo de ombudsman – A Folha de São Paulo foi o primeiro jornal brasileiro a nomear, em 1989, um jornalista para a função de ombudsman. De acordo com o Manual de Redação do jornal, o titular desse cargo atua como “representante dos leitores, das fontes e dos personagens do noticiário na estrutura do jornal”. (Manual de Redação, 2018, pág. 33). Na Folha de São Paulo, cabe ao Diretor de Redação escolher o profissional que vai ocupar o cargo. O mandato é de um ano, podendo haver mais duas reconduções. Em função das suas atribuições e das prerrogativas trata-se de um cargo de grande prestígio. O ombudsman é responsável.